

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ALYSON THIAGO ALMEIDA RAMOS

**MULHERES TRABALHADORAS EM EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO NORTE MINEIRO**

São Carlos, SP

2012

ALYSON THIAGO ALMEIDA RAMOS

**MULHERES TRABALHADORAS EM EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO NORTE MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

São Carlos, SP

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

R175mt

Ramos, Alyson Thiago Almeida.

Mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária no norte mineiro / Alyson Thiago Almeida Ramos. -- São Carlos : UFSCar, 2013.

148 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Economia solidária. 2. Mulheres trabalhadoras. 3. Inclusão social. I. Título.

CDD: 334.7 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Alyson Thiago Almeida Ramos

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 19 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
Orientador e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof.ª Dra. Angela Maria Carneiro Araújo
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. André Ricardo de Souza
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na ____ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em ____/____/____.

Prof.ª. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Coordenadora do PPGS



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres trabalhadoras que diretamente participam da economia solidária e que acreditam que outra economia é possível.

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres trabalhadoras que integram os grupos de economia solidária desta pesquisa. Através do acolhimento, da cooperação, da benevolência, aceitaram ouvir-me, responderam às minhas perguntas e entregaram parte de sua própria história. Eu lhes sou infinitamente agradecido por isso.

A minha família pelo apoio e pela presença nessa trajetória acadêmica.

Aos meus diversos e estimados amigos das cidades de Salinas, Montes Claros, Pirapora, São Carlos e Brasília de Minas que estiveram ao meu lado e sempre torceram por mim. Sou muito grato pela amizade e pelo companheirismo.

À FAPESP pela concessão da bolsa. Esse apoio foi fundamental para o desenvolvimento e a concretização desta pesquisa.

Ao Professor Jacob Carlos Lima por ter me recebido e pela importante orientação conduzida. Agradeço pela disposição em discutir a temática da pesquisa e por mostrar outro viés de análise investigativa o que muito veio a contribuir na minha formação.

Aos Professores André Ricardo de Souza e Maria Rosa Lombardi que, na banca de qualificação, apresentaram valiosas observações para o benefício desta pesquisa. À Ângela Araújo, juntamente com o André Ricardo, por contribuir no desenvolvimento desse estudo, por ocasião da banca de defesa.

À ITCP/UNIMONTES, pela parceria exercida e por nos fornecer as informações que foram necessárias para este estudo.

Aos amigos, do Laboratório de Estudos Sobre o Trabalho/LEST (Aline, Gláucia, Roberto, Sara, Felipe, Ângelo, Luma, Daniele, Sílvio, Bernadete e Denise), pela convivência e pelo conhecimento compartilhado.

Aos Professores, Gabriel Feltran e Maria Inês, pela amizade e atenção que me deram durante todo esse percurso acadêmico vivenciado no PPGS. São pessoas que admiro muito.

Aos Professores do PPGS que colaboraram para minha formação e ao próprio Programa pela oportunidade recebida.

À Ana Bertolo, pela acolhida, pela amizade, pelo cuidado e preocupação dispensados durante todo esse tempo. Sou muito grato por ter lhe conhecido e por ter sido uma grande força para nós.

Aos amigos que conheci no Programa das seleções 2009/2010/2011/2012 e àqueles que diretamente ajudaram-me e vivenciaram comigo as angústias e as alegrias nessa nossa trajetória acadêmica: Ângelo, Boaventura, Felipe, Guilherme, Heline, Ilunilson, Juliana Jodas,

João S. R. Junior, Luciano, Luiz Fernando, Lúcio, Márcio, Mariana, Rejane, Sílvio, Aline Pires, Danilo, Érica, Josiane, Fernando, Jacqueline, Augusto, Beatriz, Juliana Dourado, Rafael, Daniele, Audria, Charles, Gabriel, Thaís, Bernadete, Denise, Gláucia, Felipe R, Luma, Natália Máximo, Vinícius e Lidiane.

Resumo

Nos últimos anos, tem crescido a participação de mulheres trabalhadoras em iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas no associativismo e em princípios de solidariedade, cooperação e autogestão. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da Economia Solidária, são fomentadas como alternativas de trabalho e inclusão social. O objetivo deste estudo foi investigar a inserção das mulheres em três experiências de economia solidária na região norte mineira. Buscou-se analisar em que medida esse formato de trabalho possibilita o acesso a uma renda regular como a possibilidade de ganhos de autonomia, de reconhecimento, de qualificação e de autoestima/dignidade. O estudo revelou que os grupos pesquisados passam por uma série de deficiências e encontram-se em um estágio de dependência de incubação. A renda adquirida, para as trabalhadoras, não possibilitou uma mudança efetiva na saída das situações de pobreza e precariedade, embora melhorias sensíveis sejam percebidas. As mudanças na divisão sexual do trabalho, dentro e fora dos espaços de trabalho, ainda são pouco perceptíveis. Em outro plano, os impactos dessas experiências manifestam-se no fortalecimento dos laços sociais e de pertencimento e na inclusão social.

Palavras-chave: Economia solidária. Inclusão social. Mulheres trabalhadoras.

Abstract

In recent years, it has grown the participation of women workers in grassroots initiatives to generate employment and income, based on associations and on principles of solidarity, cooperation and self-management. These initiatives, called the referenced field of Economic Development, are promoted as alternatives labor and social inclusion. The aim of this study was to investigate the inclusion of women in three experiments solidarity economy in the northern mining. We sought to examine to what extent this format work provides access to a regular income as the possibility of gains autonomy, recognition, qualification and self esteem / dignity. The study revealed that the groups studied undergo a series of shortcomings and are in a stage of dependence of incubation. The income gained for workers, not allowed an effective change in the output of poverty and precariousness, although significant improvements are seen. The changes in the sexual division of labor within and outside of workspaces, yet are barely noticeable. At another level, the impact of these experiences manifest themselves in strengthening social ties and belonging and social inclusion.

Keywords: Solidarity Economy. Social inclusion. Women workers.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Empreendimentos Econômicos Solidários incubados pela ITCP/UNIMONTES.	62
Quadro 2 - Caracterização das mulheres dos grupos Cozinha Bem Servir e Padaria Semear.	63
Quadro 3 - Caracterização das mulheres envolvidas na COOPRARTE.	65
Quadro 4 - Síntese dos resultados da pesquisa com a cooperativa.	98

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais ocupada, por sexo e posição na ocupação – Brasil, 2008.	33
Tabela 2 - Indicadores Socioeconômicos das Mesorregiões de Minas Gerais.	59

Lista de abreviaturas e siglas

- ABRELPE** - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
- ADS** - Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANTEAG** - Associação Nacional de Trabalhadores em Autogestão
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CÁRITAS** - Entidades Católicas
- CBO** - Classificação Brasileira de Ocupações
- Cedronorte** - Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio/Pirapora - MG
- CESE** - Coordenadoria Ecumênica de Serviços
- CNAE** - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CODEVASF** - Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
- CONAES** - Conferência Nacional de Economia Solidária
- Coopercred** - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- DIIESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- ECOSOL** - Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária
- EES** - Empreendimentos Econômicos Solidários
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FASE** - Federação de Órgãos Para a Assistência Social e Educacional
- FICA VIVO** - Programa Social do Governo do Estado de Minas Gerais
- FJP** - Fundação João Pinheiro
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
- INSEA** - Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ITCP** - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
- MINAS LIGAS** - Companhia Ferroligas de Minas Gerais
- MNCR** - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
- MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho
- ONGS** - Organização Não Governamental
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

RITCP - Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira de Desenvolvimento e Colonização Agrária

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDESE - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESI MINAS - Serviço Social da Indústria

SIES - Sistema de Identificação e Registro dos Empreendimentos Econômicos Solidários

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 01: GÊNERO, TRABALHO E POBREZA	21
1.1 O conceito do gênero.....	21
1.2 Desigualdades de gênero no espaço do mercado de trabalho.....	24
1.2.1 Contexto brasileiro.....	26
1.3 Pobreza na perspectiva de gênero.....	35
1.4 Economia solidária na percepção de mulheres trabalhadoras pobres.....	40
CAPÍTULO 02: MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL ?	42
2.1 A origem da economia solidária.....	42
2.2 Economia solidária no Brasil e as definições conceituais.....	44
2.3 Economia solidária como instrumento de inclusão de mulheres trabalhadoras.....	50
2.4 Economia solidária e seus problemas.....	54
CAPÍTULO 03: DESCREVENDO O CAMPO: UM OLHAR SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	58
3.1 Mulheres no mercado de trabalho em Minas Gerais.....	58
3.2 Mulheres na economia solidária no norte de Minas Gerais.....	60
3.3 A escolha dos grupos.....	61
3.4 Caracterização das mulheres envolvidas.....	63
3.5 Caracterização dos empreendimentos.....	67
3.5.1 PADARIA SEMEAR.....	68
3.5.2 COZINHA BEM SERVIR.....	70
3.5.3 Analisando os grupos informais.....	73
3.5.4 A reciclagem e a economia solidária.....	78
3.5.5 COOPRARTE.....	83
3.5.5.1 Divisão sexual das tarefas, conflitos e dificuldades na gestão.....	84
3.5.5.2 Comercialização, renda e despesas.....	89
3.5.5.3 A dependência de assessoria para manter-se no mercado.....	90
3.5.5.4 A visibilidade diante da cidade.....	91
3.5.5.5 Discutindo a organização da cooperativa a partir da observação.....	92

CAPÍTULO 04: ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS A PARTIR DOS POSICIONAMENTOS DAS MULHERES.....	102
4.1 Economia solidária além da perspectiva econômica.....	102
4.2 Diferenças percebidas do trabalho comum para o solidário.....	102
4.3 Mudanças nas relações familiares.....	105
4.4 Mudanças em relação à qualificação.....	110
4.5 Mudanças na relação com a comunidade.....	111
4.6 Mudanças na subjetividade.....	113
4.7 Mudanças nas relações de trabalho.....	115
4.8 Mudanças em relação à autonomia/independência.....	117
4.9 Aprendizado sobre a solidariedade e a cooperação na prática.....	118
4.10 Economia solidária como inclusão.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	132
ANEXOS.....	144

Introdução

Nas últimas décadas do século XX, o mercado de trabalho passou por mudanças decorrentes do processo de globalização, das políticas de cunho neoliberal e da reestruturação produtiva que transformaram não só a inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho, mas também a forma e o conteúdo do trabalho (NEVES, 2004a). Esse processo aumentou o número de desempregados, de demissões e subempregados, estabelecendo de acordo com as circunstâncias, contratos de trabalho mais flexíveis, temporários, parciais, subcontratados e/ou informais.

A participação das mulheres no mercado de trabalho intensifica-se nesse contexto o que representa uma conquista relevante no que diz respeito à independência financeira e a busca da autonomia, mas, por outro lado, esta entrada está relacionada com a divisão sexual do trabalho gerando consequências na vida dos/as trabalhadores/as (HIRATA & KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2003). Aquelas inseridas no mercado, da mesma forma que os homens, também foram atingidas pela instabilidade/insegurança, pelos rebatimentos da reestruturação, da flexibilização dos direitos trabalhistas e pelo desemprego. Todavia esses elementos tiveram impactos diferentes para ambos os sexos. Permanece um contingente expressivo de mulheres em postos de trabalho mais vulneráveis como trabalho doméstico, o não remunerado e o trabalho realizado para o consumo próprio.

No conjunto desses postos, é possível encontrar várias situações de mulheres trabalhadoras com baixa qualificação, baixa escolaridade, com maior idade, pardas/pretas, pobres, chefes de domicílio que possuem poucas expectativas quanto aos empregos bem remunerados ou com direitos sociais garantidos. Muitas estão submetidas a condições de precariedade no trabalho e vulnerabilidade social, em certa medida, afetadas pelo desemprego, pela exclusão, pela ausência de rendimentos, onde a escassez de recursos responde apenas à sobrevivência cotidiana, sem contar que, na maioria das vezes, além do trabalho externo, restam-lhes ainda o trabalho doméstico em seus próprios lares e o cuidado dos filhos, ocasionando uma sobrecarga devido à dupla jornada.

A vulnerabilidade nessas situações/posições vem conduzindo muitas dessas trabalhadoras às atividades associadas ligadas a economia de solidária. O conceito desta forma de organização de trabalho tem servido para identificar iniciativas de grupos sociais, na sua maioria de base popular, que se organizam sob os princípios da cooperação e da solidariedade para enfrentar as situações de pobreza e de desemprego por meio da elaboração de atividades econômicas (GAIGER & ASSEBURG, 2007; RAZETO, 1997a; FRANÇA

FILHO & LAVILLE, 2004). São iniciativas fomentadas como alternativas de geração de renda, oportunidade de trabalho e inclusão social. Em outras palavras, essas experiências surgem como respostas aos desafios impostos àqueles/as que, sem recursos econômicos, passam a encontrar meios de sobrevivência e novas possibilidades de inclusão dentro do atual modelo de mercado.

A economia solidária vem viabilizando atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Para Guérin (2005) e Ribas Bonet (2005), a inserção das mulheres nessa organização é uma possibilidade para a conquista de maior igualdade de gênero. Guérin destaca que essas experiências apresentam-se, em primeiro lugar, como um meio de aliviar o cotidiano das mulheres que as animam. Trata-se de espaços intermediários entre o público e privado que contribuiriam para o rompimento de algumas dificuldades impostas às mulheres que se inserem, sobretudo, devido às suas necessidades (GUÉRIN, 2005).

Entretanto, muitas dessas atividades estão vinculadas a políticas públicas assistenciais e a projetos de desenvolvimento local, destacando-se pela sua heterogeneidade e apresentando uma série de deficiências em relação à falta de infraestrutura, de capital de giro, de financiamento, de assessoria, além de tornar-se um grande desafio a execução de uma gestão coletiva na prática.

Esta pesquisa propõe as seguintes questões: em que medida a economia solidária representa um processo inclusivo de mulheres trabalhadoras vinculadas a contextos de vulnerabilidade e exclusão ao mercado de trabalho? Mesmo diante dos problemas que diretamente afetam essas atividades, é possível que as mesmas adquiram ganhos de qualificação, de autonomia, de reconhecimento, de dignidade/autoestima ou mesmo o acesso a uma renda regular? Pode-se considerar que essas iniciativas são caminhos eficazes para exercitar práticas mais democráticas, solidárias e igualitárias em se tratando das relações de gênero/sexo?

Investigar o procedimento da economia solidária em oferecer inclusão social a mulheres trabalhadoras pobres é averiguar como se processa o dia a dia desse trabalho numa perspectiva de gestão coletiva vivenciada por essas protagonistas, sua permanência no mercado, as possibilidades de ascensão da posição precária que ocupam ou mesmo de saída das situações de pobreza/vulnerabilidade que as vitimizam na sociedade, como também as dificuldades, os desafios e os ganhos propiciados por esses espaços. Além disso, é relevante visualizar se continuam responsáveis pelos serviços domésticos, atividade essa atribuída a

divisão sexual do trabalho, assim como a ocorrência da reprodução dessa divisão no interior dos próprios grupos da economia solidária.

Tudo isso auxilia para a compreensão sociológica dessa incipiente forma de organização. Nesse sentido, a investigação caminha na intenção de oferecer respostas ou mesmo confirmações tanto dos discursos conceituais defensivos quanto das várias críticas existentes a esse formato de trabalho.

A região norte mineira foi selecionada para esta pesquisa pela multiplicação de empreendimentos de economia solidária, nos últimos anos, com forte participação de mulheres que se organizam frente à escassez de recursos. Segundo os dados do Sistema de Informação da Economia Solidária/SIES, a região apresenta 214 empreendimentos (cooperativas, associações e grupos informais) cadastrados. Neste universo, delimitamos uma amostra de três destas experiências como recorte de análise para tal estudo.

Analizamos a inserção das mulheres na economia solidária observando em que medida propiciou uma entrada ao mercado de trabalho com geração de renda ou mesmo inserção social em três empreendimentos em duas cidades do norte de Minas Gerais: Pirapora e Montes Claros. A escolha destes municípios deu-se por critérios como o maior número de empreendimentos e por apresentar uma maior articulação municipal com o Fórum Regional de Economia Popular Solidária. Buscamos, ainda, (i) identificar se o trabalho associado possibilitou geração de renda de forma contínua e sustentável, (ii) se esse trabalho possibilitou aquisição de autonomia/independência e ganhos de autoestima, dignidade e reconhecimento social, (iii) se essas experiências ofereceram uma qualificação para o mercado de trabalho e (iv) e em que medida as integrantes incorporaram os princípios de solidariedade e cooperação.

Os grupos selecionados foram:

- **Cozinha Bem Servir:** empreendimento situado no bairro Santos Reis, na cidade de Montes Claros. Constituído há dois anos, possui sete mulheres e um homem. A fonte de renda do grupo é oriunda da cozinha (venda de comida/marmitex). O local de funcionamento é cedido.
- **Padaria Semear:** empreendimento situado no bairro Eldorado na cidade de Montes Claros. Apresenta cinco integrantes sendo todas mulheres. O grupo está constituído há mais de dois anos e concentra-se na venda de produtos como: sucos, pão de queijo, rosca caseira, bolos e biscoitos em geral. O local de funcionamento é alugado.
- **COOPRARTE** (Cooperativa de Produção Artesanal Ltda.): localizada no bairro Cidade Jardim na cidade de Pirapora. A cooperativa é formalizada, o tempo de funcionalidade está há mais de 10 anos e apresenta 35 sócios, sendo 25 mulheres e 10 homens. O trabalho vai desde

a produção de vassouras de garrafas Pet até coleta, triagem, prensagem e comercialização de materiais recicláveis: plásticos, sacolas, papeis, garrafas Pet, papelão etc.

A escolha desses três grupos decorreu da regularidade e permanência da produção e comercialização. São predominantemente constituídos por mulheres e estão reunidas por motivos comuns, sociais, econômicos, culturais e às vezes religiosos. Esses são acompanhados e assessorados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

Tivemos como ponto de partida, a constatação que, através da participação de mulheres nos empreendimentos solidários, dado seu cotidiano e suas relações sociais, pode ser desencadeado um processo educativo interno, contribuindo para a disseminação de novas práticas coletivas de trabalho. Os empreendimentos representam uma atividade importante para as trabalhadoras pobres, tornando-se uma experiência de resistência ao desemprego e à exclusão. Entretanto, a participação nesses espaços significa uma inserção social mais no sentido de pertencimento, de integração a um grupo do que efetivamente um ganho de uma renda regular que contemplaria as necessidades básicas. Em outro plano, as atividades conjuntas no cotidiano favorecem ganhos de qualificação, de autonomia e de visibilidade pública.

Em relação aos procedimentos metodológicos foram utilizados documentos fornecidos pelos órgãos de assessoria (Prefeitura de Pirapora e a ITCP/UNIMONTES) que trazem o contexto histórico e as informações sobre esses grupos e desenvolvida pesquisa de campo com aplicação de questionários, utilização da observação direta e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Na primeira foi aplicado um questionário (anexo) avaliando os motivos que as levaram a ingressar nos grupos, o tempo que estão nessa atividade, as ocupações que antes exerciam, a escolaridade, a idade, o estado civil, se foram as responsáveis pelos encargos domésticos, se são as chefes de seus domicílios e a renda adquirida nesse trabalho. O questionário foi aplicado a 30 participantes dos três grupos que no momento estavam em atuação, no próprio espaço de trabalho, no período de fevereiro a abril de 2011.

A segunda etapa foi constituída de dois momentos: *no primeiro* observamos as formas de liderança destas mulheres, as tomadas de decisões, os desafios de administrar, coletivamente, o empreendimento, bem como os indícios da divisão do trabalho e a visibilidade dessas experiências diante da comunidade local. Esse procedimento visou, de

modo geral, analisar a gestão promovida por estas mulheres. As observações foram realizadas entre abril a junho de 2011.

Já *no segundo* momento foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturado (anexo) composto por questões abertas. A intenção foi avaliar a dimensão da economia solidária além da geração de trabalho e renda, nesse caso, averiguando possível ocorrência de melhoria em relação aos aspectos pessoal, subjetivo, grupal ou mesmo na relação com seus familiares, com a comunidade e a possibilidade de acesso a uma qualificação.

Das 37 mulheres que compunham os grupos, sete estavam afastadas. As entrevistas foram realizadas com 15 mulheres distribuídas nos três empreendimentos, representando a metade das que estavam em atuação. Apenas no grupo Padaria Semear que as entrevistas foram feitas na residência, isso devido ao fato de o trabalho executado pelas trabalhadoras não possibilitar tempo livre para que fossem feitas no local. O roteiro foi aplicado em épocas diferentes por serem grupos localizados em duas cidades distantes e pelas próprias condições de disponibilidade que as trabalhadoras apresentavam. Ele foi aplicado no período de maio a junho de 2011, sendo que cada entrevista teve duração média de 30 minutos.

Este texto está organizado em quatro capítulos. No primeiro discutimos o conceito de gênero, a divisão sexual do trabalho com um recorte voltado para a sociedade brasileira e uma reflexão sobre a pobreza numa perspectiva de gênero. Isso visou contribuir no entendimento da desigualdade na vida social entre mulheres e homens sustentando de modo direto todo o conjunto e o andamento da pesquisa. O segundo capítulo concentrou-se em apontar estudos sobre o surgimento do cooperativismo, o aparecimento da economia solidária no Brasil com suas definições conceituais e tornando-se um possível instrumento de inclusão ao mercado de trabalho a mulheres trabalhadoras pobres/vulneráveis devido aos problemas relacionados à pobreza e à exclusão.

O terceiro e quarto capítulos foram destinados aos resultados da pesquisa de campo. No terceiro, enfatizamos uma análise do perfil geral dessas trabalhadoras, realizando um levantamento de vários elementos que as caracterizam e mostram em que situação/posição de vulnerabilidade encontram-se. Além disso, introduzimos, através dos documentos fornecidos pelos órgãos de assessoria, um breve apanhado sobre o contexto inicial e atual dos grupos selecionados e com a utilização da observação, averiguamos a gestão coletiva, a divisão das tarefas, a visibilidade no meio social, a autonomia e a própria dificuldade e limitação que ocorrem nessas experiências.

No quarto capítulo analisamos os relatos obtidos por meio de entrevistas realizadas com as trabalhadoras. A intenção foi apresentar os significados, as situações e os sentidos vivenciados por elas, a partir da inserção nessas atividades.

CAPÍTULO 01

GÊNERO, TRABALHO E POBREZA

1.1 O conceito do gênero

O termo gênero, como categoria de análise, foi um procedimento desenvolvido pelo movimento feminista contemporâneo na reivindicação de um campo de definição, esse campo insistia na inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre homens e mulheres. A força do movimento¹ veio questionar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribui ao poder, as formas em que é exercido como também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas e conceitos (COSTA, 2006).

A categoria gênero desenvolve-se no intuito de buscar entender e explicar, a partir de análises científicas, a situação da desigualdade entre os sexos e como este processo manifesta na realidade e interfere nas relações sociais. Seria um modo de referir-se a organização social das relações entre homens e mulheres, buscando explicações para a discriminação da mulher sujeita aos papéis que as inferiorizam, baseado em sua função reprodutiva, ou na força física do sexo masculino. A partir da visão de gênero, os estudos deixam de ser isolados para serem estudos de relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1990).

Cunhada na década de 1970, a categoria gênero enfatiza a construção social do “ser homem” e do “ser mulher”. A utilização do conceito tem contribuído para um melhor entendimento da opressão da mulher e do conjunto das relações sociais, permitindo compreender de que modo a sociedade opera a construção do masculino e do feminino em relação a uma diferença sexual. O conceito obstina-se na não aceitação do determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. Trata-se de uma visão relacional na qual se busca indicar as construções sociais sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. Esse procedimento diz respeito às representações do masculino e do feminino, às imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas (SAFFIOTI, 2004).

¹ Costa (2006) observa que a dicotomia público/privado, que era base do pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder, começa a ser quebrada pelo movimento feminista. Na visão da autora, o pensamento liberal via o conceito de público ligado ao Estado junto com suas instituições como também à economia e à política, já o privado relacionando com a vida doméstica, familiar e sexual.

Gênero é a organização social da diferença sexual. Esse conceito mostra-se relevante para colocar em evidência as diferenças socialmente construídas entre os sexos, expondo as hierarquias e as desigualdades que se produzem a partir delas. Nesse sentido, estudar as relações de gênero significa também estudar as relações de poder que se estabelecem a partir do sexo. O gênero vem sublinhar o aspecto relacional entre as mulheres e os homens e nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado (SOIHET, 1997).

Scott (1990) utiliza o gênero como uma categoria analítica, sendo, portanto, um instrumento metodológico de entendimento das relações entre homens e mulheres, da construção, reprodução e mudança das identidades de gênero. Para a autora, o gênero indica construções sociais e papéis adequados aos homens e mulheres. Scott define essa categoria a partir de duas premissas: 1ª) “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; 2ª) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

A autora privilegia as relações de gênero e as relações de poder que são derivadas das relações sociais², na medida em que o gênero constrói o poder, a partir de uma distribuição diferencial, acarretando um acesso diferenciado de homens e mulheres aos recursos materiais e simbólicos. O conceito postula que as relações entre os sexos são aspectos primários da organização social, que a construção da identidade masculina e feminina é determinada culturalmente e que as diferenças entre os sexos constituem e são constituídas pelas relações sociais.

O conceito central de categoria de gênero, de acordo com Sorj (1992), unifica o conjunto de estudos feministas e lhe fornece um argumento fundamental que envolve duas dimensões. A primeira avalia que o equipamento biológico sexual inato não é capaz de explicar o comportamento diferenciado masculino e feminino, existente na sociedade. Diferente do sexo, o gênero é um produto social³, apreendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. A segunda mostra que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos colocando as mulheres numa posição subalterna na organização da vida social (SORJ, 1992, p. 15-16).

² Flax (1992) destaca que na perspectiva das relações sociais homens e mulheres são ambos prisioneiros do gênero, embora de modos altamente diferenciados, mas inter-relacionados, articulados entre si.

³ Ao dirigir o foco para o caráter social, entendemos que as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. Dessa forma, recoloca-se o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre homens e mulheres (LOURO, 2008).

Nesse sentido, historicamente vivemos numa sociedade em que dominam relações de gênero, em que as construções simbólicas e as elaborações culturais materializam-se em práticas sociais hierarquizadas e desiguais, no caso o masculino sobrepõe-se ao feminino, resultando numa condição de prestígio, privilégios e poder maior para os homens e numa situação desfavorecedora de subordinação para as mulheres.

Kergoat (2003) também corrobora que as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, e sim construções sociais. O diferencial que a autora apresenta é que homens e mulheres formam dois grupos sociais engajados em uma relação social específica: “as relações sociais de sexo”, tendo como base material o trabalho. Estas por sua vez exprimem-se através da divisão sexual do trabalho, que compreende uma relação de poder e dominação do homem sobre a mulher. A relação entre os grupos assim definidos é antagônica e hierárquica.

As relações sociais de sexo são estruturadoras da vida em sociedade e constituem tensões que perpassam todo o campo social. Assim, esses dois grupos sociais antagônicos (homens e mulheres) estão em conflito permanente em torno da questão da divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003). Para a autora, nessa divisão ocorrem dois princípios: o da separação (atribuição de trabalhos diferenciados para homens e mulheres) e o da hierarquização (as tarefas masculinas tornam-se socialmente mais valorizadas ao longo do processo de constituição das sociedades).

As sociedades através de vários contextos, ao longo da história, produziram e mantêm as diferenças de gênero/sexo, através de processos sociais e das relações de poder. Nesse sentido, a diferenciação de gênero influencia no comportamento, nas instituições sociais, principalmente no mercado de trabalho⁴, onde são organizadas, evidenciando as desigualdades entre os sexos. Dessa forma, a construção do gênero (Ferreira, 2007) no mercado de trabalho é produto das formas pelas quais são designadas as funções baseadas no sexo, ou seja, determinadas funções reconhecidas como mais apropriadas para as mulheres e outras para os homens. Assim sendo, normalmente o trabalho executado por homens é hierarquicamente separado e valorizado mais do que o executado pelas mulheres. Assim, nos deparamos com construções de gênero em várias esferas do mundo do trabalho.

⁴ Na contemporaneidade, ao observar a análise das relações de gênero no mercado de trabalho contribui-se não apenas no progresso geral sobre o entendimento do mundo do trabalho quando se observa as relações hierárquicas de poder, a segregação, as desigualdades entre o masculino e o feminino, como também se acumulam saberes sobre a atividade, a identidade e a subjetividade de homens e mulheres na sociedade.

1.2 Desigualdades de gênero no espaço do mercado de trabalho

A temática da divisão sexual do trabalho mostra o lugar onde estão destinadas as ocupações entre homens e mulheres. Trata-se da forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos modulada histórica e socialmente na sociedade (HIRATA & KERGOAT, 2007). Na contribuição das autoras, essa divisão apresenta uma desigualdade sistemática entre os sexos como se trata de um processo mediante o qual a sociedade utiliza essas diferenças no processo de hierarquização das atividades criando um sistema de gênero.

No discurso que envolve a divisão sexual do trabalho, é relevante observar a inserção e a permanência feminina tendo em vista o entendimento das relações de gênero no contexto mais amplo da sociedade. Para Neves (2006), compreender a forma como as mulheres incorporam-se e são incorporadas ao mercado de trabalho significa entender as construções históricas, culturais na dinâmica das relações sociais entre os sexos, os significados como também as representações do feminino e do masculino. O trabalho feminino⁵ tem se tornado o fio condutor para descobrir o lugar das mulheres na sociedade. Nessa perspectiva, estudá-lo é interessar-se pelo estatuto social e pela a posição das mulheres. A atividade feminina, ao mesmo tempo, é uma realidade econômica e uma construção social (MARUANI, 2008).

Nas últimas décadas do século passado, observa-se que homens e mulheres têm se deparado em um contexto marcado por grandes mudanças nas esferas econômica, política, social e cultural, em caráter global, as quais têm sido amplamente questionadas. Destacam-se modificações radicais nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo, nas configurações geográficas, geopolíticas e as novas tecnologias (HARVEY, 1995). Em meados do século XX, o período de expansão do pós-guerra, o qual teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias e configurações específicas de poder político-econômico, interrompe-se e inicia uma época de rápidas mudanças, de fluidez, inseguranças e incertezas na vida de muitos trabalhadores.

Harvey (1995) destaca que a acumulação flexível apoia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Esse sistema é caracterizado pelo surgimento de “[...] setores de produção de produtos inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e por taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (p. 140). O modelo

⁵ No estudo que envolve o trabalho feminino faz-se uma discussão não apenas restrita às mulheres, como também aos homens e à sociedade (MARUANI, 2008).

flexível⁶ envolve a importância de uma equipe cooperativa, projetada para aproveitar a capacidade mental total e a experiência prática dos envolvidos no processo de fabricação. Esse contexto marca um novo estágio do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, tendo como destaque novas tecnologias, novas formas de organização da produção, da gestão e da força de trabalho (LIMA, 2010a, p. 17).

Por outro lado, esse modelo de flexibilização está ligado com a precarização. Em curto prazo impõem-se processos ágeis de produção e de trabalho, e nesse caso, conta-se com trabalhadores que se submetem a inseguras condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças (DRUCK & THÉBAUD-MONY, 2007). Além disso, nesse contexto, observam-se muitos desempregados, homens empregáveis no curto prazo, através das novas e precárias formas de contrato, dentre elas, a terceirização e subcontratação. De acordo com Bosltanski & Chiapello (2009)⁷, a precarização, no modelo flexível, levou à uma dualização dos assalariados e à fragmentação do mercado de trabalho com a formação de dois mercados marcados por um lado, por uma mão de obra estável, qualificada, beneficiada por salários elevados e por outro, por uma mão de obra instável, pouco qualificada, mal remunerada e por uma desproteção dos trabalhadores nas pequenas empresas de serviços subsidiários.

De acordo as múltiplas transformações ocorridas nesse contexto, é visível acompanhar os impactos ocorridos para as mulheres no mercado de trabalho. Os procedimentos de inserção implementados nos espaços do trabalho são marcados por valores culturais e sociais que definem os lugares, as ocupações de mulheres e homens, evidenciando não apenas o processo discriminatório, como também a perpetuação das desigualdades entre os sexos.

⁶ Castells (1999, p. 211) aponta que as transformações no trabalho organizacional, em suas várias formas, tinham como objetivo enfrentar a incerteza causada pelo ritmo das mudanças no ambiente econômico, institucional e tecnológico da empresa, aumentando a flexibilidade na produção e no gerenciamento. Além dessas medidas, muitas organizações buscaram introduzir o modelo da produção enxuta com o propósito de economizar mão de obra mediante a automação de trabalhos, eliminação de tarefas e supressão de camadas administrativas (CASTELLS, 1999).

⁷ Os autores destacam que com o passar do tempo foram sendo “exteriorizados” e “precarizados” trabalhadores menos competentes, os menos maleáveis, os mais frágeis física e psicologicamente, desfavorecendo-os na corrida pelo emprego (p. 258). Esse processo não garantia mais um nível de vida e nem proteção social adequados, assim, aumentou o número de desempregados, das demissões e subempregados, impondo de acordo com as circunstâncias, contratos de trabalho mais flexíveis seja temporários, parciais ou mesmo subcontratos. O peso da instabilidade, da insegurança desse novo contexto abateu-se sobre as populações menos qualificadas reforçando a perpetuação do processo de seleção e exclusão no mercado de trabalho, sobretudo para as mulheres.

1.2.1 Contexto brasileiro⁸

A partir da década de 1970, no Brasil intensificou-se a participação das mulheres na atividade econômica remunerada em um contexto de expansão da economia marcado com acelerado processo de industrialização e urbanização. Prosseguiu na década de 1980⁹, apesar da estagnação da atividade econômica, das taxas inflacionárias, instabilidade política e da deterioração das oportunidades de ocupação, o que veio ocasionar o aumento do desemprego, da informalidade e a alteração na distribuição da população economicamente ativa (HOFFMANN & LEONE, 2004; BRUSCHINI, 1998). Na década de 1990, apesar do desenvolvimento crescente da precariedade, informalidade, desemprego e pobreza, a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro continuou aumentando persistindo até a primeira década do século XXI.

No entanto, trata-se de uma realidade complexa, heterogênea, caminhando por progressos, atrasos e não isenta de contradições onde, por um lado, amplia-se e diversifica a participação feminina nos espaços do trabalho, destacando a conquista de postos e acesso a carreiras e profissões de prestígio por uma parcela de mulheres escolarizadas, por outro, reproduzem-se segregações como, por exemplo, a maior precariedade da ocupação feminina relacionada com a masculina, às segregações setorial, ocupacional e hierárquica sofridas pelas trabalhadoras, bem como as remunerações inferiores às dos homens (LOMBARDI, 2012).

1.2.1.1 Aumento da PEA feminina

Na década de 1990 para 2008, a participação feminina no mercado de trabalho cresce chegando a representar mais de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana. Nesse período, a população brasileira no mercado de trabalho cresceu quase 44%. Esse movimento decorreu tanto do crescimento populacional quanto do aumento da participação feminina e masculina (MARQUES & SANCHES, 2010). As mulheres vêm conquistando o trabalho remunerado, o que representa um marco importante, diante das possibilidades que

⁸ Neste sub-item apresentamos alguns dados gerais comparativos entre a década 1990 em relação a primeira do presente século.

⁹ Os estudos de gênero e trabalho receberam grande impulso, nesse período, em função das transformações sociais expressas no crescimento do emprego feminino industrial a partir dos anos 70 e pelo desenvolvimento das análises de gênero, sobretudo na teoria do patriarcado que analisa o poder explicativo da dominação/supremacia masculina e as desigualdades de gênero sobre o conjunto da vida social (SORJ & HEILBORN, 1999).

isto traz para a conquista da autonomia/independência financeira ou mesmo para a realização pessoal.

Alguns indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/IBGE de 2007 apontam que em 2006, as mulheres representavam 43,7% da população economicamente ativa (PEA), somando 42,6 milhões de mulheres na força de trabalho. A PEA feminina cresceu 59,1%, enquanto a masculina aumentou 33,7%. As mulheres, que representavam 39,8% em 1992, chegaram a 44,1% em 2006. Apesar desse crescimento, os homens ainda representam 55,9% da PEA (MARQUES & SANCHES 2010).

O aumento dessa participação favoreceu as mulheres casadas, mais velhas, mais escolarizadas e com responsabilidades familiares. Em 2005, a maior taxa de atividade feminina foi encontrada entre as mulheres de 30 a 39 anos, representando 74%, seguida 69% de 40 a 49 anos e de 54% de 50 a 59 anos (BRUSCHINI, 2007). Estudos apontam que a crescente participação feminina no mercado de trabalho¹⁰ está relacionada com o aumento da escolaridade das mulheres em comparação aos homens, ao aumento de vagas no ensino superior, a busca pela autonomia profissional, queda da fecundidade, mudanças no comportamento demográfico, necessidades econômicas, assim como os novos valores culturais relativos à inserção das mulheres na sociedade brasileira em seus diferentes ambientes.

1.2.1.2 Maior escolaridade e acesso a espaços de prestígio

As mulheres brasileiras de maneira geral adquiriram maior nível de escolaridade em relação aos homens. A expansão da escolaridade¹¹ é um dos fatores de maior impacto sobre a inserção das mulheres ao mercado. Em 1995, 18% das mulheres e 12% dos homens tinham mais de 11 anos de estudo, ou seja, tinham completado no mínimo o 2º grau. Já em 2005, esse percentual subiu para 24% para os homens em relação a 32% para as mulheres. Entre aqueles/as que possuem mais de 15 anos de estudo, observou-se também maior escolaridade feminina, em 1995 era 4,8% dos homens em relação a 6,5% mulheres, em 2005, foram 6,2% homens contra 9,5 mulheres (BRUSCHINI, RICOLDI & MERCADO, 2008). Mesmo com

¹⁰ São encontrados e discutidos em Neves (2004b), Guimarães (2004), Bruschini & Lombardi (2003) e Bruschini (2007).

¹¹ “Dados do Ministério da Educação reiteram, do lado da oferta educacional, a maior escolaridade feminina frente à masculina. Assim, no ensino médio, as matrículas femininas somavam 54,1%, em 2006. No ensino superior, as conclusões femininas se mantêm próximo dos 60% desde a década de 1990.” (LOMBARDI, 2012, p. 115).

essa conquista, analisando as demais posições na ocupação dos trabalhadores, Bruschini & Lombardi (2003) destacam que a grande inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada pela marca da precariedade¹².

Entretanto, em contraste com as ocupações precárias, mulheres mais escolarizadas, instruídas, além de permanecerem inseridas em tradicionais guetos femininos que têm alguma relação com as tarefas domésticas e de cuidados da família: enfermeira, professora, secretária, assistente social entre outras, vêm ocupando áreas de maior valorização e reconhecimento. Destacou-se a presença feminina entre chefes, gerentes, administradores de empresas e profissões técnicas, administração pública e nas carreiras de prestígio¹³ como a arquitetura, engenharia, jornalismo, odontologia, medicina e professoras universitárias. Aumentou também a participação das mulheres nas ocupações jurídicas como a advocacia, defensoria pública, procuradoria, promotoria e juízas.

Mesmo em nichos femininos como a educação, houve um crescimento da participação no ensino médio e superior (NEVES, 2004b; ROCHA, 2005). Isso pode ser considerado um avanço importante desenvolvido pelas mulheres no que diz respeito a sua participação no mercado de trabalho.

Todavia, isso não significou alterações no rendimento se comparado aos homens com mesmos níveis de escolaridade. Entre a PEA com 11 a 14 anos de escolaridade, 50% dos homens percebiam até cinco S.M contra apenas 23,5% das mulheres. Para aqueles/as com 15 anos ou mais de escolaridade, 2/3 dos homens encontravam-se na faixa de até 10 S.M, contra apenas 1/3 das mulheres na mesma situação (ROCHA, 2005). De maneira mais restrita, mesmo em desvantagem em relação à remuneração¹⁴ que aproximou com a dos homens, essas conquistas com o aumento da escolaridade formal/superior e acesso às carreiras de prestígio foram restringidas apenas a uma parcela de mulheres. Observa-se que, referindo às áreas e atividades de trabalho, ao prestígio e à remuneração, visualiza-se a reprodução da desigualdade e estabelece a hierarquia de gênero (LOMBARDI, 2012).

É relevante também constatar a relação da escolaridade com a taxa de atividade exercida pelos trabalhadores, ou seja, quanto maior escolarização, maior torna-se a taxa de

¹² Na década de 1990, mais de 10 milhões de mulheres situavam-se em ocupações precárias como: empregadas domésticas, trabalhadoras não-remuneradas e aquelas que trabalham para consumo próprio ou do grupo familiar principalmente no setor agrícola (BRUSCHINI & LOMBARDI, 2003).

¹³ O acesso a essas ocupações de qualidade é resultado de vários fatores. Entre eles, uma intensiva transformação cultural a partir do final dos anos 1960 na esteira dos movimentos sociais e políticos, impulsionando as mulheres ingressarem nas universidades em busca de um projeto de vida profissional.

¹⁴ Bruschini & Lombardi (2003) observam uma redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres que pode ter sido provocada tanto pela flexibilização das atividades industriais, que atingiu especialmente os homens, quanto pelo ingresso maciço das mulheres em ocupações mais qualificadas e mais bem remuneradas.

atividade. Lombardi demonstra que em 2007, a taxa de atividade feminina total era 52,4%, a taxa de atividade das mulheres com 11 a 14 anos de estudo ficou entre 72,2% e a das com 15 anos ou mais, 82,1%, indicando, segundo a autora, a determinação de permanecer no mercado de trabalho e desenvolver uma carreira profissional. Diferentemente, os homens tiveram sua taxa de participação total de 72,4% e a taxa dos com 15 e mais anos de estudo foi 88,7% (LOMBARDI, 2012).

1.2.1.3 As mudanças no mercado de trabalho e a permanência das desigualdades

Os anos recentes, referindo-se ao período anterior e posterior à crise econômica, que atingiu o mundo nos anos de 2008 e 2009, vêm revelando um cenário positivo ao Brasil em relação à retomada do crescimento econômico e melhorias no mercado de trabalho. Além da queda do desemprego, os indicadores mostram uma leve elevação dos salários reais. As altas taxas de desemprego que caracterizavam o país desde o início dos anos 1990, aliadas à precariedade estrutural das formas de inserção dos/as trabalhadores/as, à implementação de medidas neoliberais e à reestruturação das empresas, levaram ao surgimento e à consolidação de iniciativas de políticas de emprego e de geração de trabalho e renda por parte de organismos governamentais e de outros atores sociais (MARQUES & SANCHES 2010).

O mercado de trabalho brasileiro dos últimos poucos anos tem revelado certas melhorias no que diz respeito ao crescimento da ocupação, aumento da formalização, reinício da recuperação dos níveis salariais, além da queda significativa do número de trabalhadores/as com rendimentos inferiores à linha de pobreza. Apesar dos progressos alcançados recentemente, a organização do mercado de trabalho do país continua a ser marcada pela desigualdade entre homens e mulheres tanto no que se refere aos postos ocupados, aos rendimentos auferidos como nas áreas de atuação.

Utilizando dados da PNAD/IBGE (2008), Vasconcelos, Berg, Pinheiro, Melo & Fontoura (2010) constataram que a taxa de participação das mulheres era cerca de 30 pontos percentuais menor que a dos homens: 52% contra 80,5%. A taxa de desemprego foi superior para as mulheres no período de 1995 a 2008, sendo este último ano, de 8,3% para as mulheres brancas e de 10,8% para as mulheres negras – uma comparação superior observando os números para homens brancos e homens negros: 4,5% e 5,7%. Para o ano de 2007, o rendimento médio dos homens era de R\$ 1.070,07, já o das mulheres ficou entre R\$ 700,88, representando 65,5% do rendimento dos homens (VASCONCELOS, BERG, PINHEIRO, MELO & FONTOURA, 2010).

Esta diferença amplia-se: *a*) na área rural¹⁵, onde as mulheres recebem somente 38% do que recebem os homens; *b*) nas faixas de idade mais avançada, nas quais as mulheres com 60 anos ou mais de idade recebiam 42% do que recebiam os homens na mesma faixa; e *c*) nas camadas mais pobres, nas quais as mulheres das famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo recebiam 51% do rendimento masculino nas mesmas famílias (FONTOURA & GONZALEZ, 2009, p. 23).

Por exercer, na maioria das vezes, funções definidas socialmente e culturalmente como menos qualificadas, as mulheres percebem um rendimento menor, sendo sempre mantidas, hierarquicamente, em posição inferior em relação a dos homens. O que se verifica é que, embora as mulheres também tenham ocupado determinados espaços importantes, em termos de rendimentos e mais escolaridade, isso não se traduz em grandes alterações. Continuaram recebendo rendimentos mais baixos e enfrentando o problema da segregação limitando as possibilidades de melhores empregos.

De acordo com Bruschini, Ricoldi & Mercado (2008), em 2005, 36% das trabalhadoras do país recebiam menos de um salário mínimo em relação a 27,7% dos homens. Entre os/as trabalhadores/as que recebiam entre 2 a 5 salários, 14% eram mulheres e 24% eram homens. A estrutura ocupacional apresentou pouca alteração nas últimas décadas, mostrando continuidades da ocupação do padrão feminino. Em atividades formais, as mulheres estiveram relacionadas em setores tradicionais da indústria: costureiras no ramo da confecção, serviços de cuidado pessoal, higiene e alimentação como também persistiram em outros tradicionais guetos femininos como enfermagem, nutrição, assistência social, psicologia, magistério, secretaria e auxiliares de contabilidade e caixas (BRUSCHINI, RICOLDI & MERCADO, 2008).

A responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e com a família continuou sendo um dos fatores determinantes na posição secundária¹⁶ ocupada por elas no mercado de trabalho. Há algumas pequenas mudanças nesse cenário, com a integração dos homens nos afazeres domésticos¹⁷, mas não traduzindo em grandes alterações. As mulheres continuam,

¹⁵ 80,7% das mulheres ocupadas em atividades agrícolas não têm nenhum rendimento do trabalho. O percentual de homens nessa situação é significativamente menor, 27%. Entre os homens, 46,1% dos ocupados recebem até um salário mínimo. Entre as mulheres somente 19,3% auferem renda do trabalho e a maior parte das que são remuneradas recebe até meio salário mínimo (CAMPOS, 2011).

¹⁶ Ainda continuam sendo as principais responsáveis por esses encargos, o que representa uma sobrecarga para aquelas que realizam atividades econômicas. O cuidado de filhos pequenos, por exemplo, é o que mais dificulta a atividade produtiva feminina. Essa é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres.

¹⁷ Em 2008, a PNAD demonstrou que 87,8% das mulheres ocupadas realizavam afazeres domésticos, com uma média de 18,3 horas semanais dedicadas a estas atividades. Para os homens, estes números são

diretamente, responsáveis por esses encargos, mostrando a continuidade de modelos familiares tradicionais. Nesse quesito, muito pouco se vê de transformação. Devido às necessidades econômicas, são realizados arranjos com a rede de parentesco para coletivizar o cuidado das crianças, principalmente entre mulheres muito pobres ou em famílias chefiadas por mulheres (ROCHA, 2005). Nesse procedimento são situações que dificultaram e ainda dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho remunerado, colocando-as conseqüentemente em desvantagem no mercado comparando com os homens.

Há de ressaltar duas questões importantes: a inserção das mulheres tende a ser mais precarizada e a entrada no mercado não faz com que se desobriguem dos afazeres domésticos. Esses dois pontos estão inter-relacionados (IPEA, 2010).

1.2.1.4 Ocupações precárias

O aumento da formalização dos empregos, o crescimento da economia e a diminuição do desemprego nos últimos recentes anos não foram suficientes para amenizar as desigualdades de gênero nem reduzir de modo significativo a inserção de um grande número de trabalhadoras em espaços precários (ARAÚJO, 2012). As mulheres continuam mais vulneráveis que os homens no mercado, pois há uma maior proporção delas concentrada em atividades informais, precárias de má qualidade, marcadas por baixos salários e sem a proteção da legislação¹⁸. De acordo com o IPEA (2010), ainda permanece uma parcela de trabalhadoras precarizadas no que diz respeito ao nível de renda, a formalização, ao vínculo de trabalho e as condições de trabalho.

Entre 1998 e 2008 o número de mulheres que trabalhavam em ocupações precárias passou de 48,3% para 42,1%, enquanto o número de homens que desempenhavam as mesmas passou de 31,2% para 26,2% (IPEA, 2010). Um dos motivos que levou trabalhadores, sobretudo mulheres, a estar relacionados/as a essa situação deve-se ao intenso processo de terceirização da economia brasileira, da década de 1990, resultando numa deterioração geral das relações de trabalho, com diminuição do assalariamento e crescimento dos empregos sem carteira afetando a todos no geral (LEONE, 2010).

significativamente inferiores: 46,5% dos homens ocupados realizavam afazeres domésticos, com uma média de 4,3 horas semanais.

¹⁸ No que diz respeito aos direitos legais, na área da previdência, por exemplo, as perdas das mulheres foram imensas com a alteração do conceito de aposentadoria por tempo de serviço para tempo de contribuição. A presença feminina se destaca no mercado informal, o que reduz em muito o direito à aposentadoria por tempo de contribuição. As propostas governamentais, ao combinarem o tempo de contribuição com a idade mínima, 55 anos para as mulheres, obrigam que essas tenham um tempo maior de trabalho para adquirirem esse direito (ROCHA, 2005).

Ainda predomina uma parcela significativa dos/as trabalhadores/as na informalidade¹⁹, mesmo que tenha diminuído nos últimos anos. Reis (2012) mostra que o grau de informalidade ficou praticamente estável entre 1996 a 1999, e a partir desse período apresentou uma tendência decrescente, diminuindo de 57,6% para 48,5% em 2009. Em relação à taxa de informalidade por gênero, mostrou-se muito pequena em 1996, em torno de 57% para ambos os grupos. Entre 1996 e 2009, o grau de informalidade diminuiu 9 p.p. entre os homens: 47% e 7,1 p.p. entre as mulheres: 51%.

A informalidade continua acompanhando um amplo contingente de trabalhadores que, de outra forma, não teriam trabalho nem rendimento. A maior parte não se insere no mercado informal por escolha, mas por necessidade e pelo acesso mais fácil vis-à-vis o mercado formal, em especial no caso dos trabalhadores desprovidos de escolaridade ou qualificação. Não é outra a razão por que a maioria que trabalha informalmente é pobre, situação em que a parcela mais expressiva é constituída por mulheres e negros, sabidamente as pessoas em situação mais vulnerável no mercado de trabalho (LEONE, 2010, p. 08).

Diante dessa análise, visualizamos que, de acordo com as pesquisas expostas, há uma concentração significativa de mulheres em ocupações desprotegidas, precárias e informais, nesse caso, é relevante conhecer qual tem sido o comportamento dessas ocupações e/ou mesmo o perfil dessas trabalhadoras.

Estudiosas dessa temática, Bruschini & Lombardi (2003), Araújo (2012), Cappellin (2004), Leone (2010), Hirata (2009) e Abramo (2001) apresentam que parte da inserção precária das mulheres se dá em atividades voltadas tanto para as velhas ocupações informais para a sobrevivência, de baixa produtividade, desprotegidas, sem acesso aos direitos trabalhistas como o trabalho por conta própria, o trabalho doméstico, seja realizando atividades não remuneradas ou trabalhos destinados ao consumo próprio ou do grupo familiar, o emprego sem carteira assinada, quanto às novas modalidades de trabalho eventual, em tempo parcial, ou subcontratado, pois há uma aceitabilidade por parte das mulheres, que se adaptam mais facilmente a este formato de emprego aceitando rendimentos inferiores para conjugar o trabalho profissional com o doméstico incluindo o cuidado com os filhos pequenos.

¹⁹ Lima (2009) e Leone (2010) destacam que se associam às atividades informais características como indefinição dos locais de trabalho, condições de trabalho com baixos níveis de qualificação e de produtividade, baixos rendimentos, longas jornadas de trabalho, ausência de contratos, perda ou inexistência de direitos sociais. Essa diversidade de situações adversas que atinge aos trabalhadores informais induz, muitas vezes, ao uso dos conceitos de precariedade, subemprego e informalidade como sinônimos (LEONE, 2010, p. 09).

Os dados do IPEA (2010) revelam que em 2008, 42,1% das mulheres ocupadas com 15 anos ou mais estavam em ocupações consideradas precárias. Eram empregadas sem carteira (13,7% das ocupadas), trabalhadoras domésticas (15,8%), trabalhadoras sem remuneração (6,3%), trabalhadoras na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (6,3%) (PNAD/IBGE 2008). Em todas essas ocupações, elas estão mais presentes que os homens, proporcionalmente, salvo no emprego sem carteira. A proporção desse contingente na ocupação feminina vem diminuindo desde a década de 1970, concomitantemente, como mencionado antes, devido à ocorrência do ingresso feminino em outras áreas de atividades e ocupações e ao próprio aumento dos níveis de escolaridade.

Entretanto, a condição dessas principais ocupações mencionadas está acompanhada pela precariedade e vulnerabilidade, sendo ainda mal remuneradas, desvalorizadas socialmente, além de serem amparadas por direitos sociais limitados ou inexistentes, atingindo as mulheres envolvidas (HIRATA, 2009).

Na posição de ocupação, os segmentos mais precários estão os trabalhadores domésticos, os não remunerados e os trabalhadores para o consumo próprio ou do grupo familiar, onde se observa uma maior concentração de mulheres como mostra a tabela abaixo.

Tabela 01
Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais ocupada, por sexo e posição na ocupação – Brasil, 2008

Ocupações	2008	
	Mulheres em %	Homens em %
Trabalhadores Não Remunerados	6,3	2,8
Trabalhadores Consumo Próprio/Autoconstrução	6,3	2,9
Trabalhadores Domésticos	15,8	0,8
Empregado Com Carteira	29,5	39,1
Empregado Sem Carteira	13,7	19,7
Militar e Funcionário Público Estatutário	9,4	5,3
Conta Própria	16,0	23,8
Empregador	2,9	5,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE 2008.

Nas ocupações não remuneradas inserem-se os membros (mulheres principalmente) que auxiliam seus familiares nos empreendimentos por conta-própria, sem remuneração, principalmente em áreas rurais (agricultura familiar). As mulheres que atuam na zona rural são excluídas dos processos de negociação e comercialização, permanecendo sem rendimentos, dependentes e com seu trabalho não reconhecido (IPEA, 2010). Apesar do predomínio na área agrícola, destaca também trabalhadoras no comércio, na prestação de serviços e indústria de transformação (BRUSCHINI, RICOLDI & MERCADO, 2008).

Os/as trabalhadores/as na produção para o próprio consumo relacionam-se na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, como também para a própria alimentação da unidade domiciliar (PNAD/IBGE). As pessoas que têm se dedicado diretamente na produção para o autoconsumo ou autoconstrução representavam 7,7% da ocupação não-formal em 2008. Esta ocupação é constituída, principalmente, por mulheres (60,5%), devido à elevada participação delas em atividades agrícolas voltadas para o consumo próprio (LEONE 2010).

O trabalho doméstico também se mantém como uma das ocupações mais marcadas pela precariedade dos vínculos e pelo não cumprimento da legislação do trabalho (SANCHES, 2006). Com a baixa contribuição à previdência, não se estabiliza uma série de direitos relacionados – como aposentadoria e acesso a pensões e seguros. Aliando à baixa remuneração dessas trabalhadoras, amplia-se o quadro de precariedade, pois muitas exercem extensas jornadas de trabalho somando com o serviço doméstico feito em suas casas e uma grande parcela delas não possui carteira assinada, acesso ao décimo terceiro e a planos de saúde.

Conforme os dados do IPEA (2010), em 2008, 6,2 milhões eram trabalhadoras domésticas. Na atualidade esta é a ocupação que mais emprega mulheres. Em termos absolutos, vem crescendo nos últimos anos: em 1998, eram 4,7 milhões de trabalhadoras domésticas. A análise de suas remunerações médias revela a desvalorização deste trabalho. A renda média mensal advinda do trabalho entre as trabalhadoras domésticas era de R\$ 350,77 em 2008, e chegando elas com uma média de seis anos de escolaridade (IPEA, 2010).

Lombardi (2012) mostra que o contingente envolvendo trabalhadoras domésticas e as que exercem trabalho não remunerado ou para consumo próprio ou do grupo familiar, em 2007, correspondia a 30,5% (cerca de 12 milhões) das mulheres ocupadas em relação a 8,3% dos homens. No caso do mercado de trabalho brasileiro ocorre a existência de uma bipolarização da inserção das mulheres. Se de um lado existe há um crescente grupo de profissionais liberais mais escolarizadas, qualificadas e bem remuneradas, envolvidas em carreiras de prestígio, do outro, observa-se uma população de trabalhadoras precarizadas, com baixos salários, inseridas em ocupações desfavoráveis sem proteção trabalhista.

As ocupações precárias ou de má qualidade relacionadas ao trabalho doméstico, ao não remunerado e ao trabalho para o consumo próprio, por exemplo, continuam ainda uma realidade constante para uma parcela de trabalhadoras. A presença da mulher nessas ocupações tende a penalizá-la mais do que os homens, uma vez inseridas nesses espaços, apresentam maiores dificuldades de sair deles. Além disso, observa-se a invisibilidade do

trabalho feminino nessas categorias, o que esconde sua participação na economia e corrobora em algumas situações e/ou casos, na noção de que a mulher desempenha uma posição desvalorizada, secundária ou complementar em relação aos homens. As mulheres, nesses segmentos, constituem o grupo mais passível de sofrer as consequências da extrema precariedade.

A baixa produtividade, os baixos rendimentos e a falta de proteção trabalhista dessas ocupações contribuem para tornar este tipo de trabalhadoras, se não no todo pelo menos uma parcela delas, vulneráveis a situações de pobreza (LEONE, 2010).

1.3 Pobreza na perspectiva de gênero

A configuração do mercado de trabalho nas décadas de 1980/90 tem um importante peso para a discussão do aumento da pobreza entre as mulheres. As que foram inseridas no mercado, juntamente com os homens, também foram atingidas pela insegurança/instabilidade, pelos rebatimentos da reestruturação produtiva²⁰, pelo desemprego, pela terceirização como pela flexibilização dos direitos trabalhistas. Esses elementos tiveram impactos diferentes para homens e mulheres devido à nova organização nas fronteiras da divisão sexual do trabalho (CARLOTO & GOMES, 2010a). Na argumentação de Melo (2004), o enfraquecimento da capacidade do Estado, de investir e de promover políticas sociais universais, produziu o agravamento das desigualdades sociais e da pobreza principalmente na década de 1990. Essa deterioração atingiu as parcelas mais vulneráveis da população, particularmente, as mulheres.

Abramo (2004) analisa que a pobreza não é neutra e sim heterogênea, significando que os fatores ligados à condição da família, ao ciclo de vida, ao sexo, à idade, à raça e à etnia, determinam formas diferentes de vivenciá-la e que determinados grupos da população são mais vulneráveis e possuem mais dificuldade de superá-la. Dessa forma, reforça que ocorrem alguns processos e características que são comuns na pobreza de homens e mulheres, negros e brancos, mas existem outros que são diferentes e geram maiores dificuldades e desvantagens.

O sexo e a raça, nesse processo, são os fatores que mais fortemente condicionam a forma pela qual as pessoas e suas famílias vivenciam a pobreza, deparando-se com uma maior ou menor dificuldade de superação dessa situação (ABRAMO, 2004). Tendo como referência as mulheres, essas encontram vários obstáculos articulados dentro das relações de gênero que

²⁰ Apesar de que foram os homens os mais atingidos pela reestruturação na economia e pelo desemprego.

direta ou indiretamente muitas estiveram e estão relacionadas com os aspectos da pobreza numa dimensão mais acentuada que os homens.

Segundo Melo (2005), quando se trata de pobreza, é fundamental o recorte de gênero, uma vez que as condições objetivas de trabalho apresentam-se de maneiras diferentes para homens e mulheres, nesse caso, por exemplo, a materialização das práticas femininas – historicamente invisíveis quando relacionadas com a esfera produtiva – permanecem subalternizadas, tornando-se um elemento estrutural, dificultando ou até mesmo impedindo o acesso e a permanência em atividades remuneradas. “Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família [...] fatores que as fazem [...] dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias” (MELO, 2005, p. 14). Lavinias (2002) define o pobre como sendo aquele indivíduo que não tem meios suficientes para consumir o mínimo necessário à sua sobrevivência e que tal mínimo vital, varia de acordo com o grau de desenvolvimento e do nível de riqueza de uma dada região.

Para Rocha (2003), a pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definida de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada, podendo ser *absoluta* quando vinculada às questões de sobrevivência devido ao comprometimento das necessidades básicas em virtude do não provimento dos mínimos vitais, ou *relativa*, quando as necessidades a serem satisfeitas estão direcionadas ao modo de vida predominante na sociedade (ROCHA, 2003). Para Schwartzman (2007), a forma absoluta de medir a pobreza está ligada à busca de identificar as pessoas que estão abaixo de um padrão de vida considerado minimamente aceitável. E para medir a pobreza relativa, visam-se as pessoas que tenham um nível de vida baixo em relação à sociedade em que vivem. Assim sendo,

No caso da pobreza relativa, trata-se de identificar as pessoas que se situam abaixo de um ponto qualquer na distribuição de renda, definido arbitrariamente. No caso da pobreza absoluta, trata-se de identificar as pessoas cujos rendimentos são inferiores ao necessário para adquirir um conjunto mínimo de bens e serviços considerados indispensáveis. Uma variante em relação à pobreza absoluta é a chamada “metodologia das necessidades básicas não satisfeitas” – nesse caso, trata-se de identificar as pessoas que, de fato, não conseguem satisfazer necessidades essenciais como habitação, nutrição, educação, saúde, etc. independente da renda disponível (SCHWARTZMAN, 2007, p. 96).

Autores como Schwartzman e Rocha reconhecem que a pobreza possui características que se desenvolvem conforme o tempo e as relações sociais. Amparada pela mensuração monetária, tem sido revelada enquanto uma parcela da sociedade que convive com ausência

ou escassez de renda²¹. Em determinadas sociedades e regiões, ela tem um caráter absoluto, agrupando a ausência de renda a não satisfação das necessidades vitais, comprometendo o desenvolvimento das famílias e sociedade, bem como os vínculos e sentimentos ligados à segurança e ao bem-estar. O que se adquire, supre somente suas necessidades de alimentação mínima, aos quais nos últimos tempos vêm sendo destinadas políticas de transferência de renda ou assistenciais. Para entender a pobreza enquanto o não atendimento das necessidades é preciso considerar o padrão de vida estabelecido e de que forma as necessidades serão atendidas em determinado contexto socioeconômico²². Em última instância, em nossa visão, ser pobre significa ter renda insuficiente e não dispor dos meios para operar adequadamente o grupo social em que se vive (ROCHA, 2003).

A pobreza afeta homens e mulheres de forma diferente. Existem processos e características comuns a homens e mulheres na situação de pobreza, mas também outros nos quais se pode observar uma clara incidência de determinantes de gênero. A relação das mulheres com o mercado de trabalho, assim como as transformações de ordem econômica, social e cultural observadas tanto no Brasil como em outros países, geraram consequências responsáveis por novas configurações na divisão sexual do trabalho, bem como na condição de vida dos trabalhadores e trabalhadoras (CARLOTO & GOMES, 2010a, p. 16).

As mulheres representam um número grande entre os pobres. Estão mais concentradas em posições mais desfavoráveis e mais vulneráveis, executando funções em grande medida desprotegidas, sujeitas a longas jornadas de trabalho e com baixa ou nenhuma remuneração. Em outras palavras continuam ainda relacionadas em segmentos menos organizados da atividade econômica, submetidas a contratos informais, flexíveis encontrando-se mais expostas à pobreza e ao desemprego (MELO & BARROS, 2000).

Nesse caso, consideramos principalmente o trabalho doméstico, o não remunerado e o para o consumo próprio. No setor onde elas predominam mais, desses mencionados, como o

²¹ A maioria dos estudos nacionais define pobreza como uma situação na qual as necessidades não são atendidas, depende basicamente do padrão de vida e da forma como estas diferentes carências podem ser satisfeitas num contexto socioeconômico. Estuda principalmente a renda como variável básica na discussão da pobreza (MELO, 2005). Por outro lado, nos últimos anos houve uma ampliação de concepções sobre a definição de pobreza indo além da renda. Nesse caso, a abrangência da definição está relacionada com a desigualdade, a exclusão social e a vulnerabilidade. Ver em Melo (2005), Bronzo (2009), Carneiro (2005) e Magalhães (2009). A pobreza reflete sobre homens e mulheres, sendo, portanto, um problema estrutural, produto do conflito entre capital e trabalho (CARLOTO & GOMES, 2010a).

²² Na grande maioria dos estudos, a identificação de um indivíduo pobre ou indigente é feita com base no indicador de nível de renda familiar per capita. O Governo Federal, para o ano de 2010, utiliza como corte para definir a linha da indigência, aquelas famílias cuja renda *per capita* não ultrapasse a R\$ 70,00 (13,7% do salário mínimo). Para a linha de pobreza considera-se o valor de R\$140,00 *per capita* (27,4% do salário mínimo). Para órgãos como IBGE, IPEA, dentre outros, são pobres aqueles que tenham renda *per capita* abaixo de 1/2 salário mínimo, e indigentes aqueles que possuam renda *per capita* abaixo de 1/4 do salário mínimo.

trabalho doméstico, no qual conseguem superar as barreiras para exercer um trabalho remunerado, ainda assim, essa ocupação mostra-se precária, desvalorizada e mal remunerada. Por diversas razões, frequentemente, as mulheres apresentam maiores níveis de vulnerabilidade frente à pobreza e experimentam formas de pobreza mais severas que os homens (OIT, 2005).

Melo (2005) constata que a desigualdade é uma realidade para todas as mulheres, elas estão mais vulneráveis socialmente, sobretudo se forem pretas²³ ou pardas. Outra categoria que costuma relacionar-se com situações de maior pobreza e precariedade social, refere-se ao domicílio chefiado por mulheres sem o cônjuge. Como os rendimentos do trabalho constituem a principal fonte de renda da maioria das famílias brasileiras, a precária condição feminina no mundo do trabalho contribui para que a pobreza no Brasil tenha, cada vez mais, uma face de mulher. A pobreza feminina tem um efeito multiplicador na sociedade, uma vez que em um número crescente de domicílios o trabalho feminino constitui-se em uma importante e muitas vezes na única fonte de renda familiar.

Estudos de gênero têm demonstrado que na maioria dos arranjos familiares é grande a vulnerabilidade feminina frente à pobreza devido ao fato delas terem posse de poucos ativos e de muitas não terem rendimentos próprios. Esse procedimento vem suscitando nos últimos tempos teorias a respeito da “feminização da pobreza²⁴”. O uso deste argumento vem sendo debatido devido ao crescimento da pobreza entre as mulheres, principalmente pelo aumento da chefia familiar entre as mulheres, por se acreditar que a falta do provedor masculino seria o fator complicador para o crescimento da pobreza das famílias chefiadas por mulheres (CARLOTO & GOMES, 2010a).

No Brasil, nas últimas décadas ocorreu um aumento expressivo de famílias compostas por chefes mulheres e filhos sem a presença do cônjuge. Esse é o segundo tipo de família mais comum no país, tendo passado de 12% nos anos 1980 para 18% em 2006 (SORJ, FONTES, MACHADO, 2007). Compartilhando com essa constatação, Hasenbalg (2003), corrobora que um dos grupos mais vulneráveis à pobreza é o de domicílios chefiados por mulheres. Essa categoria social cresceu significativamente, nas últimas décadas, no amplo

²³ As mulheres negras têm sido, ao longo de sua história, as maiores vítimas da desigualdade de gênero somada à racial (Boletim Dieese, 2003), pois, os estudos realizados revelam um quadro que não está apenas nas precárias condições socioeconômicas em que vivem, mas, sobretudo, na negação cotidiana de ser mulher negra, através do racismo e do sexismo que permeiam todas as esferas de sua vida. Estão expostas à violência, à pobreza, às discriminações no mercado de trabalho e à precariedade dos serviços de saúde e educacionais, o que resulta em uma precarização geral da vida (BANDEIRA, 2005).

²⁴ Ganha público o termo feminização da pobreza, nos EUA, por exemplo, na década de 1970, em especial em agências de governo e de financiamento, associando-se o aumento da visibilidade de mulheres entre os mais pobres devido ao aumento do divórcio, das separações e da viuvez das mulheres (CASTRO, 1999).

contexto da América Latina, particularmente nas regiões urbanas. No caso específico do Brasil, em 1999, contavam-se 9,9 milhões de domicílios chefiados por mulheres, dos quais 2,5 milhões ou 22% eram pobres (HASENBLAG, 2003).

Com dados para o ano de 2005, Fontes & Sorj (2008) apontam um aumento expressivo da vulnerabilidade dessas famílias onde mais da metade dessa categoria era pobre²⁵ (55,7%). A renda familiar *per capita* desses domicílios era R\$ 231,00 a menor entre todos os arranjos familiares²⁶ pesquisados pelas autoras.

A origem da pobreza e da menor renda dos domicílios femininos estaria associada ao próprio perfil da chefe do domicílio, geralmente sem cônjuge, com baixa escolaridade e com maior idade, bem como às dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho, que usualmente se expressam pela maior taxa de desemprego e inserções vulneráveis (BOLETIM DIEESE, 2004). Bruschini & Lombardi (2003) apontam que essas famílias estão mais bem representadas nos estratos mais pobres da população, as chefes geralmente são pretas e pardas e um parcela delas possui rendimentos inferiores a um salário mínimo.

A grande maioria da população pobre é constituída por pessoas sem nenhuma ou pouca remuneração, que ocupam postos de trabalho não qualificados, extremamente precários e que carecem de um patamar constante de proteção social, o que ocorre de maneira muito mais acentuada entre as mulheres que entre os homens. Referimos nesse estudo, principalmente, às trabalhadoras domésticas, às sem remuneração e àquelas que trabalham para o consumo próprio. Além disso, é relevante mencionar que muitas dessas são chefes dos domicílios pobres.

As mulheres estão sobre-representadas entre os mais pobres, são as mais vulneráveis a essa condição e experimentam suas formas mais severas. Enfrentam a pobreza em desvantagem em relação aos homens devido a sua condição de gênero. A pobreza enfraquece a cidadania feminina²⁷ e impede as mulheres de assumir ações políticas, interferências institucionais e legais para modificar sua condição (MELO, 2005).

²⁵ As autoras destacam que em setembro de 2005, a linha da pobreza foi estimada em R\$ 163,00 e a linha de indigência, a metade desse valor.

²⁶ Família chefiadas por homens sem a presença da cônjuge; famílias com a presença do casal; famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge e famílias chefiadas por homens, com a presença da cônjuge.

²⁷ Ficando marginalizadas ou excluídas da vida social, da tomada de decisões, inseridas numa posição de inferioridade dentro do grupo social. A cidadania é relevante para as mulheres no sentido de lutarem por condições dignas de vida, educação e trabalho objetivando a democratização das oportunidades.

1.4 Economia solidária na percepção de mulheres trabalhadoras pobres

O país, nas últimas décadas, deparou-se com uma ampla agenda de reformas referentes ao papel do Estado no campo social. Mudanças significativas com destaque para a instituição - pela Constituição Federal de 1988 - da seguridade social, sistema de proteção social por meio do qual a sociedade proporcionaria a seus membros uma série de medidas públicas contra as privações socioeconômicas. Nesse caso, auxiliando na enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, invalidez, velhice, morte, bem como em situações de desemprego, pobreza e vulnerabilidade (JACCOUD, 2009). Dessa forma, as privações socioeconômicas devem ser enfrentadas pela esfera pública de seguridade social, pela oferta pública de serviços e benefícios que permitam um conjunto de medidas, favorecendo os mais necessitados.

A partir dos anos 1990, e especificamente nos anos 2000, o Estado brasileiro passou a operar com uma gama progressivamente mais ampla de políticas sociais, respondendo a problemas sociais que se impuseram à agenda pública (JACCOUD, 2009). A abrangência da política social do governo concentrou-se em várias áreas de atuação como: previdência social, emprego e proteção ao trabalhador, desenvolvimento agrário, alimentação e nutrição, saúde, educação, cultura, habitação e urbanismo, saneamento e meio ambiente, e assistência social²⁸. Mesmo que a participação do Estado venha amenizar os problemas socioeconômicos que afetam os mais desfavorecidos, ainda não é suficiente e não tem sido a única estratégia.

Somando-se com as ações das políticas públicas sociais, um dos caminhos que se propõe para aliviar as situações de pobreza, do desemprego e da exclusão social, pode se dizer, está nas iniciativas da economia solidária. Movimentos sociais, organizações não governamentais e setores do poder público incentivam a criação de empreendimentos autogestionários nos quais trabalhadoras e trabalhadores vivenciam a posse dos meios de produção por meio da gestão coletiva. O objetivo dessas iniciativas é oferecer a inclusão de trabalhadores/as ao próprio mercado de trabalho por meio de uma proposta emancipatória baseada em princípios de cooperação, autogestão e solidariedade.

Nessa circunstância, tem crescido a participação de mulheres em atividades populares de geração de trabalho e renda, baseadas no associativismo, criando assim, uma forma de produção, distribuição constituída por organizações coletivas em defesa dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, consumidores e trabalhadores. Propõe-se uma nova configuração do trabalho, a partir do trabalho associado. Observa-se uma tendência dos

²⁸ Sendo o Bolsa Família um dos principais benefícios que mais assiste a população pobre.

espaços constituídos pela economia solidária de agregar uma participação crescente de mulheres trabalhadoras pobres, principalmente as que estão mais relacionadas com a vulnerabilidade social como as mencionadas anteriormente. Ramos, Peixoto e Pessoa (2008) apresentam a economia solidária como alternativa econômica para as mulheres. Nesses espaços, segundo as autoras, elas têm a oportunidade de adquirir ganhos de cidadania e de inserção social.

Guérin (2005) observa as organizações solidárias como espaços em que os indivíduos dialogam, decidem, elaboram e colocam em prática projetos adequados a seus contextos, sendo que essas experiências não são capazes de resolver todas as dificuldades das mulheres, mas pelo menos superar algumas delas. A economia solidária aparece nesse contexto sendo percebida como produto das metamorfoses gerais. Falar desse movimento significa falar de formas alternativas de trabalho que de certa forma vêm auxiliar trabalhadores, sobretudo mulheres pobres, excluídas, desempregadas, a reintegrarem-se ao mercado de trabalho possibilitando o resgate da autoestima, do acesso à renda e à dignidade.

CAPÍTULO 02

MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL?

2.1 A origem da economia solidária

A economia solidária tem como antecedente o cooperativismo surgido das lutas de resistência durante a Revolução Industrial ao longo do século XIX e XX. O cooperativismo nasce no contexto do capitalismo industrial, devido ao empobrecimento dos trabalhadores artesãos provocado pela introdução crescente das máquinas e pela organização fabril da produção. No século XIX, várias experiências com comunidades ou mesmo aldeias cooperativas foram implementadas. Trabalhadores envolviam-se em cooperativas de consumo devido às dificuldades de acesso ao mercado de produtos essenciais, ao mesmo tempo, operários em greve abriam sua própria cooperativa de produção competindo com seus empregadores (PINTO, 2004).

Essas organizações associadas estão na base do chamado socialismo utópico²⁹ que almejava substituir mediante ação direta, as empresas capitalistas por cooperativas administradas pelos próprios trabalhadores. No entanto, essas organizações mantiveram-se por poucos anos. As experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês foram extintas pela reação da classe patronal, pelo avanço tecnológico (máquinas fabris) e pela declarada hostilidade do governo (LECHAT, 2002). A mais conhecida e a que teve maior expressão foi a cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale³⁰,

²⁹ Os socialistas utópicos almejavam a autogestão do trabalho como reação defensiva ao desemprego e as condições de vida e de trabalho aos operários industriais (LIMA, 2004). Entre os pensadores da época, que estruturaram a filosofia que fundamenta o cooperativismo em todo o mundo, destacam-se Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1796-1882). O contexto histórico sobre a emergência dos socialistas utópicos em prol da criação de formas autogestionárias de cooperativas, sindicatos e organizações está presente na obra de Singer (2002).

³⁰ Criada na Inglaterra em 1844, ano que vem marcar o cooperativismo, por 28 tecelões (27 homens e 01 mulher), em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester na Inglaterra. Foi uma forma de defesa econômica dos trabalhadores no contexto do capitalismo concorrencial. Foram os membros que orientaram a estrutura e as regras gerais de seu funcionamento, registradas no Estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. A carta de princípios cooperativistas, ao longo da história, passou por inúmeras reformulações, sendo a última concluída em 1995, a partir do XXI Congresso Mundial promovido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão de representação mundial do movimento cooperativista. No contexto atual, os princípios cooperativistas se constituem em: adesão livre e voluntária dos cooperados, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, treinamento e informação e preocupação com a comunidade.

onde a mesma estabeleceu uma carta de princípios que ainda hoje referencia o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

Na passagem para o século XX, as cooperativas assumem diversas formas como produção, habitação, produção agrícola, comercialização e crédito (SOUZA, 2003; LIMA, 2010b). Contudo, com o passar do tempo, muitas foram deixando de lado a proposta autogestionária, devido ao próprio crescimento econômico que dificultava a democracia participativa como o desinteresse dos membros (CULTI, 2006). Pinto (2004) salienta que o desenvolvimento dessas diferenciadas formas de cooperativismo variou no tempo e no espaço e com a competição dos empreendimentos capitalistas houve, no pós-guerra, uma regressão dos experimentos cooperativos e sua descaracterização devido ao processo de burocratização (profissionalização de sua gerência) e de assalariamento.

A partir da segunda metade da década de 1970, o desemprego estrutural em massa destaca-se tornando uma constante na vida dos trabalhadores. Nas décadas seguintes, com a desaceleração da economia de vários países, o problema agrava-se eliminando milhões de postos de trabalho formal (Nascimento, 2004) e ocasionando também o aumento da informalidade e de outras formas precárias e flexíveis de trabalho. Nesse sentido, essas transformações provocaram a retomada do cooperativismo como alternativa ao desemprego e à crise da sociedade salarial no capitalismo avançado.

Assim, o processo de internacionalização do capital, de reestruturação produtiva, de inovação tecnológica, da difusão dos ideais do neoliberalismo, das transformações no mercado de trabalho (Pereira, 2007) e o próprio colapso do socialismo de Estado influenciaram para que o cooperativismo ressurgisse. Muitos estudiosos têm colocado esse retorno relacionando a um movimento nascente de atividades autogestionárias realizadas dentro e fora do Brasil, tais como: socioeconomia solidária³¹, economia social³², economia do trabalho³³, economia popular solidária³⁴, empresas autogestionárias, empresa social³⁵ e economia solidária³⁶. No Brasil, o termo mais usado é o de economia solidária, que não se resume, concretamente, ao cooperativismo, vai além abrangendo diferentes formas de

³¹ ARRUDA, Marcos. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

³² LAVILLE, J. L. Economia Social. In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

³³ CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

³⁴ TIRIBA, Lia. Economia Popular Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

³⁵ LISBOA, A. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

³⁶ SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

organização econômica, onde sua orientação baseia-se em princípios de igualdade, solidariedade, democracia e presume a autogestão dos empreendimentos econômicos.

2.2 Economia solidária no Brasil e as definições conceituais

No Brasil antes da década de 1980, existiam apenas experiências de cooperativas de crédito, habitacionais e agrícolas. As cooperativas de trabalho só começam a ter expressão, a partir da metade da mesma década, com as crises do fim do período militar, a adoção de medidas neoliberais no país e as mudanças resultantes do processo de reestruturação produtiva nas empresas. Singer (2002) sublinha ainda que a crise econômica que atingiu o país entre 1981 e 1983 e a crise dos anos 1990, após a abertura dos mercados; no governo Collor, resultaram na falência e fechamento de muitas fábricas, deixando muitos desempregados, os quais passaram a buscar novas alternativas de renda. Nesse contexto, tanto nos países europeus quanto nos EUA, apoiando-se no retorno do cooperativismo, a economia solidária aparece no Brasil³⁷ como alternativa de defesa da classe trabalhadora.

(...) muitos segmentos das classes trabalhadoras assalariadas perderam seus empregos formais ou foram fortemente estimulados por intermédio de Planos de Demissão Voluntária (PDVS) – utilizados por várias estatais que alegavam necessidade de se adequarem as exigências de mercado, inclusive para entrarem em processo de privatização – a incluir seus próprios negócios, individualmente ou em cooperativas e associações (ARROYO & SCHUCH, 2006, p. 34).

A partir disso, começaram a surgir iniciativas, por parte dos trabalhadores, de assumir o comando das empresas afetadas pela crise. Esta ensejou que os trabalhadores procedessem à recuperação de empresas que entraram em processo falimentar, com o propósito de garantir seus empregos (LEITE, 2009). Nessa conjuntura, “[...] trabalhadores de diversos ramos de atividades iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, [...] entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos cooperativados” (PEREIRA, 2007, p. 18).

No ano de 1994, foi criada a ANTEAG³⁸ com o objetivo de apoiar experiências de recuperação de indústrias falidas assumidas pelos trabalhadores, especialmente, em termos de

³⁷ Singer afirma que a economia solidária se destaca no país de forma esparsa na década de 1980 e se fortalece a partir da segunda metade dos anos 1990. O movimento resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que se inicia em 1981 e se agrava a partir de 1990 com a abertura do mercado interno às importações (2000).

³⁸ A ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) é uma associação de trabalhadores e empresas autogestionárias. Tem sua origem em meio à conjuntura política e econômica do Brasil do início da década de 1990, momento de abertura do mercado nacional ao internacional e

assessoria técnica como auxiliando empresas autogestionárias. Lima (2010b) nos chama atenção ao constatar que a partir da criação da ANTEAG, “[...] surge o que poderíamos chamar de novo cooperativismo [...]” (p. 181), em oposição ao existente no país, caracterizado pelas grandes cooperativas agrícolas. Para o autor, a “[...] diferença do novo estaria no compromisso político com os princípios da autogestão, autonomia e democracia do trabalho e voltada basicamente às cooperativas de produção, trabalho e geração de renda” (p. 181). Nesse período destaca-se o debate sobre o cooperativismo autêntico *versus* as falsas cooperativas (LIMA, 2010b). O novo cooperativismo vem estar, portanto, na base da economia solidária no Brasil.

Além da criação da ANTEAG, destacaram-se a fundação da CÁRITAS³⁹ e da FASE⁴⁰, onde ambas, em seus trabalhos nas comunidades, propuseram desenvolver e apoiar a economia solidária por meios de ações específicas. Além disso, em 1998, surgiu à primeira Incubadora Universitária, a partir de uma iniciativa do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (Cope) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No mesmo ano foi fundada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (RITCP), com o propósito de unir pesquisa tecnológica à perspectiva da cooperação e do popular, reunindo professores, acadêmicos e pesquisadores nas assessorias às iniciativas nascentes da economia solidária.

Outra entidade nacional que passou a assessorar e fomentar a economia solidária no país foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁴¹, a maior central sindical brasileira. Em

apogeu da chamada 3ª reestruturação industrial, com seu avanço tecnológico e a substituição da força humana pela automação. A instituição representa e assessora empresas de autogestão, defendendo seus interesses políticos e econômicos através de uma direção eleita pelas próprias empresas e um corpo de assessores especializados em autogestão. Organiza, apoia e orienta a recuperação de empresas em situação falimentar como de grupos que pretendem constituir uma empresa autogestionária.

³⁹ A CÁRITAS (Entidades Católicas) foi criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No início foi incumbida de articular todas as obras sociais católicas e assumir a distribuição dos alimentos para a paz. Nos anos 1990 a CÁRITAS brasileira projetou iniciativas inovadoras como a dos Projetos Alternativos Comunitários e com equipes estáveis (nacional, regionais e muitas dioceses), assumindo uma liderança ativa no conjunto das pastorais sociais. A missão da instituição é defender e promover a vida e participar da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situação de exclusão social.

⁴⁰ A FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos atuando em seis Estados brasileiros. Tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde sua origem, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Esta organização trabalha junto aos movimentos sociais rurais e urbanos, em ações educativas que tem por objetivo contribuir com a construção de alternativas para o desenvolvimento, fundadas na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. A FASE realiza convênios com órgãos públicos, monitora projetos e faz parcerias com universidades.

⁴¹ A Central Única dos Trabalhadores - CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo/SP. É uma organização sindical brasileira, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Apoiando em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do

parceria com a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisadores sobre o Trabalho (UNITRABALHO)⁴² e com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁴³, a CUT organizou em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)⁴⁴, com o objetivo de difundir conhecimentos sobre a economia solidária entre as lideranças sindicais e entidades de fomento. Essa agência visa oferecer apoio logístico, educacional e financeiro na formação de cooperativas de trabalhadores. Além disso, a CUT trabalha, conjuntamente, com a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL)⁴⁵ e com a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (ECOSOL)⁴⁶.

A partir de 2003, a economia solidária ganhou uma maior expressão institucional através do Ministério do Trabalho no governo Lula. Assim foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁴⁷. A iniciativa do Governo visou fortalecer a dimensão estratégica da economia solidária tornando-se uma proposta que auxiliaria no desenvolvimento do país. Pode-se considerar que vem sendo apresentada como um desafio de afirmação, de reconhecimento e modelo de desenvolvimento sustentável e solidário voltada para uma forma de organização econômica cuja finalidade principal é a redução das desigualdades econômicas e a promoção do desenvolvimento humano e social (II CONAES/2010)⁴⁸. Além disso, nos últimos anos, a economia solidária vem acumulando

setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática.

⁴² Trata-se de uma Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social.

⁴³ É uma instituição de pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical brasileiro.

⁴⁴ Foi formada em dezembro de 1999 com representação da CUT, DIEESE e UNITRABALHO com o objetivo de promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores, inserindo-os num processo de desenvolvimento sustentável e solidário.

⁴⁵ A UNISOL Brasil foi criada no final de 2004. É constituída e dirigida pelos sócios/trabalhadores das cooperativas e empreendimentos filiados. Tem por finalidade organizar, representar e articular em nível nacional as cooperativas, associações ou outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, resgatando e promovendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável.

⁴⁶ Atualmente seu quadro social tem nove mil sócios, em 22 cooperativas filiadas à central de crédito com sede em São Paulo, abrangendo mais os Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia.

⁴⁷ A Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criada em junho de 2003, vem desenvolvendo ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil com os diversos setores do próprio MTE e com outros órgãos governamentais. O objetivo da SENAES é formular e articular políticas de fomento à economia solidária visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Ligados a SENAES, destacam-se o SIES (sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

⁴⁸ Trata-se da II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília em junho de 2010. A Conferência debateu sobre o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na

experiências de formação, produção, trabalho, consumo e comercialização que valorizam o trabalho associado. Assim esse movimento:

(...) organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação ... visando ... à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade (II CONAES, 2010, Documento Final, p. 20).

Segundo Nascimento (2004), a economia solidária baseia-se em um “[...] conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (p. 02). A literatura de autores que buscam explicar ou mesmo conceituar essas organizações é diversificada e varia de cada um e de cada país onde esse movimento é apresentado. No Brasil, o termo foi introduzido por Singer e tem repercutido nos últimos anos, tanto na academia, quanto em movimentos sindicais, em órgãos governamentais e em organizações da sociedade civil. A inserção de homens e mulheres nessas formas de trabalho não assalariado é explicada pelo contexto econômico que não garante mais facilmente a aquisição do pleno emprego. Por se tratar disso, Schwengber (2003) afirma que esse movimento consiste em:

(...) um conjunto de iniciativas associativas: cooperativas de produção, crédito e prestação de serviços, grupos solidários, associações, empresas em processo falimentar recuperadas por seus trabalhadores em forma de autogestão, empresas familiares articuladas em redes de cooperação, mutirões, redes solidárias, clubes de troca, entre tantas outras (SCHWENGBER, 2003, p. 118).

Essas iniciativas desenvolvem parceria conjunta com órgãos de apoio e fomento e destacam-se em diversas formas de organização econômica assumindo distintos estatutos legais. Muitos empreendimentos são caracterizados como informais, agregando pessoas com baixa escolaridade, pouca qualificação, excluídas do mercado de trabalho que neles se inserem como meio de inclusão, outros se constituem como empreendimentos formais como associações, empresas autogeridas/fábricas recuperadas ou cooperativas com a presença de pessoas mais instruídas. Para Holzmann (2009),

propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento. Os delegados da CONAES elaboraram o Documento Final reconhecendo a economia solidária como direito dos trabalhadores/as e como dever do Estado em fomentar e apoiar as formas de organização econômica baseadas no trabalho associado.

Esses empreendimentos têm sido objeto de um sem número de investigações empíricas, que buscam analisar e interpretar a realidade do seu dia a dia, e identificar práticas e valores novos, negadores da experiência heterônoma do trabalho em empresas capitalistas, e fundamentos de uma nova realidade no trabalho e na vida (2009, p. 02).

Por se tratarem, ainda, de experiências recentes e tendo um grau de articulação apenas incipiente, essas atividades são vistas como estratégias de resistência (SCHWENGBER, 2003). Por outro lado, alguns estudiosos em um viés mais defensivo apontam que a finalidade dessas iniciativas é valorizar o associativismo comunitário, tornando-se um modelo de desenvolvimento local e solidário, a partir de um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a gestão coletiva e a cooperação. O universo conceitual da economia solidária envolve uma heterogeneidade de posições que buscam sistematizar e elaborar teoricamente o conceito e também expressar nestas construções novas matrizes ideológicas. Desse modo, são projetados neste termo, desejos, valores e práticas referentes a uma economia e a uma sociedade a serem construídas (KRAYCHETE, 2006).

A discussão acarreta diversas reflexões no tocante às abordagens tradicionais e recentes, caracterizando este termo como uma variável multidimensional, pois abrange diversas realidades/situações e questões sociais. Assim, no campo teórico, várias linhas de análise⁴⁹ vêm ganhando destaque. Barbosa (2007) destaca que a economia solidária é uma organização inicial em curso, que começa a apresentar-se numa conjuntura social extremamente marcada por incertezas, em que ainda não se dispõe de dados efetivos sobre essas experiências. A intenção de alguns estudiosos é apresentar um modelo de trabalho que se insere na sociedade com ganhos concretos de cidadania e democracia como também uma nova forma de organização do modo de produção e de consumo guiada, pelo menos em termos discursivos, por princípios diferenciados do sistema capitalista. Razeto (1993) apresenta a economia solidária como:

Uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas (...), que compartilham alguns traços constitutivos essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferentes de outras racionalidades econômicas (1993, p. 40).

⁴⁹ A dimensão conceitual amplia-se e diversifica a partir das concepções teóricas apresentadas por vários autores como Arruda (2003), Laville (2003), Coraggio (2003), Mance (2000), Santos (2002), Guérin (2005), Gaiger (2008), Pinto (2004), Razeto (1993), França Filho (2009), Kraychete (2006) entre outros. O estudo que compreende essa forma diferenciada de organização de trabalho tem conduzido a uma complexidade no seu tratamento, tornando a temática um objeto sujeito a múltiplas possibilidades de interpretação (França Filho, 2007).

França Filho (2009) compreende a economia solidária como um campo de práticas marcado por organizações heterogêneas envolvendo atores (EES⁵⁰, Entidades de Apoio e Fomento e Poderes Públicos) que se articulam criando espaços de auto-organização econômica e de auto-organização política⁵¹, na busca de construção de uma nova institucionalidade para “o fazer” econômico em sociedade. Para Arruda (2003), trata-se de uma proposta que rompe com as hierarquias, onde o jogo está na partilha social da riqueza, do poder, do saber, no compartilhar, no empoderamento de todos.

Na perspectiva de Laville e Gaiger (2009) esse movimento relaciona-se com a ideia de solidariedade em contraste com o indivíduo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico nas sociedades de mercado. Segundo os mesmos autores, nessas atividades, com a utilização de práticas solidárias, adotam-se critérios igualitários entre os membros participantes e socializam-se os recursos produtivos. Além disso, esses espaços dão condições para que os integrantes estabeleçam entre si vínculo de reciprocidade fortalecendo as relações de cooperação (LAVILLE & GAIGER, 2009).

A questão que permanece é entender como os empreendimentos ligados a essa diferente modalidade de organização de trabalho sobrevivem enquanto proposta e princípios inseridos no mercado capitalista? Conforme Missio, Alves e Vieira (2007), essas experiências não se colocam, de fato, como um projeto alternativo ao capitalismo global, sendo mais uma ação espontânea que emerge dos setores populares mais carentes e vulneráveis da sociedade que encontram na organização coletiva uma forma de enfrentar a sua exclusão individual ou mesmo um meio de lidar com as emergências, a saber, o desemprego e a pobreza.

Diante das abordagens apresentadas, definimos a economia solidária por uma diferente racionalidade na organização de trabalho que adota valores, princípios que não correspondem à lógica capitalista. Em outras palavras, é um movimento que caminha por uma racionalidade contraposta sob certos aspectos à lógica econômica intrínseca à acumulação contínua de capital. Na nossa concepção, a economia solidária, além de simples geradora de trabalho e

⁵⁰ Empreendimento Econômico Solidário, conceituação teórica mais abrangente utilizada por alguns estudiosos e adotado no Atlas da Economia Solidária do MTE.

⁵¹ França Filho apresenta a auto-organização política das práticas de economia solidária em pelo menos dois níveis: 1º) *política como democratização dos processos de gestão dos empreendimentos*: através de aprendizado de uma cultura política democrática no ambiente de trabalho em que as pessoas (antes acostumadas a serem mandadas) são confrontadas a necessidade de trabalhar em grupo, de compartilhar resultados e responsabilidades e de ter que tomar decisões comuns. 2º) *política como ação pública*: onde os membros envolvidos nos empreendimentos podem participar de coletivos mais amplos como reuniões de fóruns de economia solidária ou de redes mais amplas.

renda, propicia novas formas de convivência, a promoção da autonomia dos/as trabalhadores/as participantes, assim como auxilia na redução das desigualdades sociais.

A economia solidária vista por Culti (2004) é uma reação contemporânea, onde o agir coletivo coloca-se como uma alternativa possível para os atores sociais, onde grande parte está desvinculada do mercado de trabalho formal e do consumo. São trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em vias de desemprego, trabalhadores do mercado informal, subempregados e empobrecidos que se envolvem predominantemente nos empreendimentos solidários (CULTI, 2006). Demonstra que as “[...] pessoas mesmo empobrecidas e excluídas, pela necessidade de sobrevivência, buscam a sua valorização, a sua capacidade para trabalhar e empreender [...]” (2004, p. 10). Embora sejam necessidades individuais e isoladas, essas pessoas ganham força e expressividade com a solidariedade e desenvolvem vínculos de organização (CULTI, 2004).

Ainda em suas argumentações, Culti (2004) declara que pessoas excluídas podem se envolver em empreendimentos de economia solidária “para compensarem, pela agregação de recursos que cada uma dispõe, a ausência de direitos sociais e econômicos provocada pela concentração capitalista” (p. 02). Para Gaiger (2008), a união coletiva dos trabalhadores nesse processo é fundamental para que os empreendimentos lidem com a realidade contingente e logrem sua sobrevivência. A proposta é “prover e reproduzir os meios de vida dos trabalhadores associados, algo de alcance improvável na ausência de um projeto comum, a partir do qual se exerce a criatividade, cultivam-se vínculos não-utilitários e realiza-se o aprendizado coletivo” (GAIGER, 2008, p. 62).

2.3 Economia solidária como instrumento de inclusão de mulheres trabalhadoras

Segundo o Atlas da economia solidária no Brasil, elaborado no âmbito do SIES com base nos dados de 2007, há 21.859⁵² empreendimentos contabilizados em todo o país. Estes foram criados, em sua maioria, entre 1991 e 2007, tendem a localizar-se em áreas rurais e empregam mais de 1,6 milhões de pessoas, sendo que mais de 15 mil possuem entre 10 e 50 pessoas, e pouco mais de cinco mil têm mais de 50 trabalhadores. A forma de organização consiste, especificamente, em associações (51,8%), cooperativas (9,7%) e grupos informais com menos de 20 participantes (36,5%). Os dados desse mapeamento estão desatualizados

⁵² Os tipos de produção e atividades que realizam os empreendimentos são de grande diversidade. De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) a distribuição de EES se concentra 1º: Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal, 2º: Indústrias de Transformação, 3º: Comércio, Consertos e Objetos Pessoais e 4º: Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais.

para a realidade de hoje, por outro lado, continuam sendo utilizados devido ao fato de terem sido coletados de forma ampla em nível nacional pela SENAES.

Ao observar esses grupos atualmente, é preciso indagar, considerando as peculiaridades econômicas, culturais e regionais de cada empreendimento, como essas experiências tornam-se instrumentos de inclusão. Na prática, essa modalidade de trabalho pode oferecer ganho de autonomia, de qualificação, de autoestima/dignidade e de reconhecimento aos trabalhadores envolvidos? Reis (2005) opina que as formas solidárias são um instrumento para promover a inclusão social. O autor destaca que na medida em que ocorre a exclusão também aumentam as alternativas solidárias. “[...] na medida em que a exclusão, em suas diferentes expressões se apresenta [...] o contraponto é dado pela solidariedade, também em suas diferentes formas (2005, p. 25)”.

Essas atividades vêm agregando, nos últimos anos, milhares de pessoas, o Atlas mostra que são 1.057.114 homens e 630.382 mulheres. Mulheres desvinculadas do mercado de trabalho formal, com baixa escolaridade e qualificação, em situação de vulnerabilidade, desempregadas, pobres ou mesmo aquelas que nunca tiveram relacionadas como o assalariamento vêm se inserindo nas iniciativas solidárias. Nessa situação, muitas encontram nesse movimento a única opção de trabalho e muitas vezes, até mesmo, como questão de sobrevivência.

Na concepção de Culti (2004), a economia solidária pode auxiliar o papel das mulheres na sociedade, apesar de não ser uma ação coletiva composto apenas por elas. Atualmente, em muitos empreendimentos, observa-se a presença de mulheres como gestoras. Culti (2004) considera que essas atividades coletivas, em funções de liderança, possibilitam reconhecimento e dignidade para as trabalhadoras. Nessa mesma linha, Angelin & Bernardi (2007) argumentam que essas experiências contribuem para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas obrigações, auxiliando para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional.

Por se tratarem de organizações com propostas democráticas, solidárias, abertas e voluntárias, os princípios destacam a igualdade de todos perante o trabalho sem discriminação. Nesse sentido, Ribas Bonet (2005) e Guérin (2005)⁵³ enaltecem essas práticas

⁵³ Ribas Bonet e Guérin apresentam enfoques distintos sobre a economia solidária e gênero, por outro lado, ambas são economistas e dissertam de um contexto recente Europeu. No caso específico de Guérin, a autora faz um estudo comparativo analisado grupos de economia solidária com participação feminina entre dois países: França e Senegal. Já Ribas Bonet, apresenta seus estudos para a sociedade espanhola, nesse caso, analisa possíveis mudanças/alterações nas relações de gênero no interior das cooperativas e sociedades laborais que compõem a Economia Social da Espanha. A abordagem das análises e das conclusões dessas autoras assemelha-se com muitas experiências de mulheres no Brasil. É relevante a utilização dessas literaturas, uma vez que a

ao observar que as mulheres podem participar em igualdade com os homens, obtendo os mesmos direitos. Conjuntamente, podem se envolver nas tomadas de decisões, na gestão no grupo, recebendo a mesma formação e informação usufruindo dos benefícios, além de trabalhar em prol da comunidade em que vivem. Nessas experiências, as mulheres têm a oportunidade de questionar e expor suas opiniões. Além disso, na participação diária, podem valorizar a autoestima, conhecer novas práticas de organização de trabalho e adquirir capacidade de decisão (RIBAS BONET, 2005).

A economia solidária, na perspectiva de Guérin (2005), foi definida a partir das ações dos atores, sendo as mulheres as primeiras atrizes a desenvolver esse trabalho. Acredita que a economia solidária é um caminho possível tanto do ponto de vista conceitual como do operacional. Afirma que tanto nos países do hemisfério norte quanto do sul, muitas dessas iniciativas são animadas por mulheres e destinadas a elas mesmas. Com o aparecimento dos problemas que diretamente afetam mais as mulheres (desemprego, pobreza, exclusão), são frequentemente as primeiras a desenvolver uma mobilização por essas atividades se auto-organizando (GUÉRIN, 2005).

Guérin (2005) valoriza e apresenta as *iniciativas da economia solidária* por acreditar que elas desempenham um papel de justiça de proximidade⁵⁴ relevante diante do caráter multidimensional da pobreza como também constituem espaços de discussão e de deliberação coletivas, tornando-se modos de acesso à fala pública para pessoas que não a possuem.

Ao participar desses espaços, as mulheres adquirem respeito por si mesmas e controem sua autonomia pessoal a partir da definição de um projeto de vida. Elas se desvinculam de pertencimentos familiares ou comunitários às vezes opressores. Por fim, elas ganham consciência de seus direitos e conseguem fazê-lo valer graças ao aprendizado ou ao reaprendizado das relações de cooperação e de solidariedade, e graças a uma participação na sociedade civil até então inacessível (2005, p. 148-149).

Segundo as considerações de Culti, Ribas Bonet, Guérin e Angelin & Bernardi, no trabalho solidário, as mulheres contam com espaços de discussões, partilham ideias, opiniões, sentimentos e podem desenvolver caminhos para uma articulação entre a vida familiar e as várias experiências que vivenciam. Também aprendem na participação diária a desenvolver ações conscientes e efetivas na busca do bem comum. Oliveira (2008) destaca que a

presença das mulheres na economia solidária tem aumentado nos últimos anos e os estudos envolvendo-as nesse trabalho ainda são restritos.

⁵⁴ “[...] que vise diminuir as lacunas de uma justiça centralizada e padroniza e completá-la, mostra-se necessária para garantir o acesso à liberdade real” (GUÉRIN, 2005, p. 19). No que diz respeito a complementar, se destina a corrigir as desigualdades auxiliando as mulheres a converter seu direitos formais em direitos reais, seria uma justiça democrática e igualitária (GUÉRIN, 2005). As iniciativas da economia solidária “[...] desempenham um papel de justiça de proximidade porque atenuam as insuficiências de uma justiça centralizada, padronizada e assexuada” (p. 148).

participação das mulheres nesses espaços possibilita acesso ao trabalho, à renda, à inclusão e à qualificação.

(...) os empreendimentos solidários aparecem como uma possibilidade de geração de trabalho e renda e se posicionam como um instrumento que reforça a organização social, a solidariedade, gera capacitação e trabalho e contribui para a promoção da cidadania e inclusão social, sobretudo das mulheres. (...) por sua característica autogestionária, o exercício da participação, da convivência, constrói novas relações entre as pessoas e se torna um campo fecundo de luta por reconhecimento social. Nesse sentido, as organizações solidárias aparecem como uma possibilidade de organização e associação dos indivíduos, sobretudo das mulheres, com vistas a oferecer-lhes possibilidade de transformarem suas vidas através do trabalho, união e solidariedade (2008, p. 332-333).

Para Oliveira (2005), a participação das mulheres nessas atividades possibilita uma inserção no mundo do trabalho e condições para ganhar seus próprios recursos, bem como viabiliza ganhos de empoderamento psicológico e social⁵⁵. O empoderamento psicológico refere-se à percepção da força individual, manifestando-se em um comportamento autoconfiante. Fortalece-se quando é desenvolvido o sentimento de pertença a um grupo, quando predomina o aumento da autoestima⁵⁶, à participação no processo decisório, o acesso à qualificação, à ampliação de capacidades de trabalho e à agregação de renda. Para a autora, isso tem auxiliado muitas mulheres trabalhadoras a expressarem uma tomada de consciência de suas capacidades e potencialidades.

No que diz respeito ao empoderamento social, Oliveira refere-se ao acesso à informação, ao conhecimento, à participação em organizações sociais e aos recursos financeiros. Em outras palavras trata-se dos níveis educacionais e do acesso a outras técnicas laborais. A intenção da economia solidária é também fornecer o processo de educação e qualificação aos participantes. Nesses espaços, a apropriação do conhecimento pode gerar criticidade, propiciar mais autonomia, ampliar os horizontes e gerar independência (OLIVEIRA, 2005). Nesse sentido, muitas trabalhadoras têm sido beneficiadas.

O autodesenvolvimento das mulheres é permeado pela valorização de seu saber, bem como pela apreensão de novas informações que fundamentam seu posicionamento, que lhes dão argumentos, sustentação e autonomia. (...) muitas vezes o acesso à renda, à participação e qualificação possibilitam uma atitude de comprometimento, uma postura crítica, o reconhecimento da

⁵⁵ “O empoderamento consiste na importância de aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida. Refere-se ao poder de defesa das especificidades das mulheres, da luta pela igualdade com os homens no acesso a direitos e aos espaços deliberativos” (2005, p. 162).

⁵⁶ “O aumento da autoestima relaciona-se à mudança de mentalidade dos participantes do grupo em relação às suas capacidades” (2005, p. 164).

importância da ação de cada sujeito no processo de transformação, na busca por inclusão social, por cidadania (2005, p. 166-167).

A vivência diária no grupo é o principal potencializador desses processos. Por meio de uma participação constante; como assessorias; e cursos, as mulheres podem ter acesso às informações, o que influencia no processo de aprendizagem/qualificação. Nessa vivência, também têm a oportunidade de trocar ideias umas com as outras, refletir sobre suas dificuldades, produzir, crescer e até mesmo empoderar-se (OLIVEIRA, 2005).

2.4 Economia solidária e seus problemas

Embora o movimento da economia solidária tenha se fortalecido e ganhado destaque de forma cada vez mais territorializada, ainda é possível dizer que grande parte dos empreendimentos no país apresenta muitas deficiências. Em uma avaliação sobre os resultados empíricos do primeiro levantamento nacional sobre a economia solidária realizado no Brasil, onde foram coletados dados sobre mais de 21 mil experiências, Gaiger (2007) apresenta alguns problemas que marcam os grupos.

Para o autor, as deficiências estão relacionadas com a falta de recursos e de infraestrutura, fatores de dependência como também o baixo grau de envolvimento dos associados na vida cotidiana de alguns grupos implicando riscos de cisão entre o corpo diretivo e a base social. Essa constatação também é compartilhada por França Filho (2009), que destaca que falta um quadro institucional favorável em termos de leis específicas, assegurando o pleno desenvolvimento dos empreendimentos. Também aponta que ocorre um acúmulo de déficits (déficit de qualificação e capacitação das pessoas, de cultura política democrática etc.), fazendo com que muitos grupos sejam marcados por grande instabilidade e precariedade em termos econômicos, principalmente, nos primeiros anos de atividade.

Os rendimentos mensais obtidos pelos sócios e pelas sócias é um dos fatores que pode ser considerado ainda em construção. São diferentes e bem abaixo do padrão de remuneração e consumo da economia capitalista. Segundo os dados do SIES, a remuneração de mais de 70% dos empreendimentos do país varia em torno de meio a um salário mínimo. No que se refere à participação dos governos no apoio e fomento, ainda mostra-se insuficiente, restringindo, de maneira mais ampla, apenas ao Governo Federal. Esse movimento ainda não se tornou uma prioridade como política pública para governos estaduais e municipais, sendo visto como uma política assistencialista e/ou emergencial.

(...) as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real. Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional. A implementação de programas e ações é seriamente comprometida pelas normativas e pela cultura institucional que favorecem a fragmentação das políticas, dificultando apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado e em alguns setores, inexistente (II CONAES, 2010, Documento Final, p. 07).

Constata-se que ocorre uma ausência de leis específicas tanto na organização, na capacitação, no financiamento, quanto na produção e na comercialização dos produtos. Por falta de leis e assessoria técnica e jurídica adequadas, muitas experiências deixaram de existir. São limitações que fragilizam e tornam insuficiente a ação da economia solidária na agenda de desenvolvimento do país (II CONAES, 2010). Não existe um lugar adequado no Estado para a sua implantação ou mecanismos eficientes de divulgação, planejamento e controle social. Falta o reconhecimento legal, ao lado do setor estatal e do setor privado, e faltam articulação e comprometimento nas políticas das três esferas dos poderes públicos, com o objetivo de dar sustentabilidade com formação, assessoria técnica e acesso ao crédito apropriado às necessidades da economia solidária (II CONAES, 2010).

Em relação ao tempo de existência dos empreendimentos, de maneira geral, nascem inicialmente como grupos informais e quando conseguem se estruturar, registram-se, posteriormente, como associações ou cooperativas (GAIGER, 2007). As cooperativas, geralmente, estão há mais tempo no mercado e são as mais consolidadas em relação às associações e aos grupos informais. Isso se deve às exigências contidas na transição para o formato cooperativo, quanto às regras formais de gestão e aos demais requerimentos institucionais. Nessa comparação, os grupos informais ficam em desvantagens, pois são os mais marcados pela pobreza e pela precariedade/instabilidade (ARAÚJO & DURÃES, 2010; II CONAES, 2010).

Outro problema que também ocorre no dia a dia de muitos empreendimentos, refere-se ao fato de que os trabalhadores associam-se não pela ideologia da solidariedade ou pelos princípios democráticos que orientam o movimento, mas sim, pela situação circunstancial do desemprego e da vulnerabilidade. Muitos associados não se integram de forma espontânea ou por acreditar que a economia solidária é um espaço capaz de lhes garantir uma sobrevivência

de forma digna. Há trabalhadores/as que não conhecem e não têm afinidades com os ideais e princípios dessa organização⁵⁷, não praticando esses ensinamentos no cotidiano.

Em relação à análise sobre as questões de gênero, observa-se que a participação das mulheres na composição dos empreendimentos tem crescido nos últimos anos. A presença delas nesse campo⁵⁸ vem sendo inicialmente estudada. A maioria dos grupos de mulheres constitui-se em grupos informais com até dez ou quinze participantes. Muitos dos mapeados ainda estão em fase de formação, sem condições de remunerar suas participantes ou formalizar-se como uma associação ou cooperativa. Esses dados chamam atenção no que se refere à realidade da participação das mulheres na economia solidária, nesse caso, a composição do quadro social dos empreendimentos mostra que quanto menor o seu tamanho, maior é a inserção relativa das mulheres (PEREIRA, 2007).

Esses grupos apresentam muitas deficiências como falta de infraestrutura, de capital de giro, do local fixo de comercialização, de assessorias entre outras e são marcados por rendimentos que muitas vezes tornam-se inferiores a um salário mínimo. Além de não disporem da proteção trabalhista, são experiências relacionadas a atividades como o artesanato, a confecção e a produção de alimentos. Estas são ocupações, tradicionalmente, direcionadas ao universo do trabalho feminino e sendo menos valorizadas. Araujo & Durães (2010) constatam que grupos informais de mulheres com menos de 10 participantes têm maior dificuldade de sobreviver ou manter-se por um longo tempo e até mesmo de assegurar uma renda regular aos membros envolvidos.

Diferentemente das mulheres, a maioria dos homens está nos empreendimentos de maior porte⁵⁹, que apresentam maior estabilidade, maior remuneração e têm possibilitado benefícios como férias, abono de natal e contribuição previdenciária (ARAÚJO & DURÃES, 2010). Diante das abordagens apresentadas, observa-se que são diversas as dificuldades e os desafios que a economia solidária enfrenta no contexto atual. No entanto, não podemos nos esquecer de que as políticas públicas direcionadas para essa forma de organização do trabalho

⁵⁷ Consoante as circunstâncias, o associado pode se apresentar em condições de vida tão precárias que levaria muito tempo para incorporar os princípios ou mesmo os ensinamentos que regem a economia solidária. Nesse caso, o trabalhador precisa de respostas rápidas, de um retorno financeiro rápido para que possa custear suas despesas familiares ou mesmo a sua sobrevivência. Esta situação faz com que sinta motivado a migrar para qualquer outro trabalho na primeira oportunidade que tenha em busca de uma maior segurança/estabilidade.

⁵⁸ De acordo com o mapeamento são 3.672 empreendimentos formados exclusivamente por mulheres sócias/trabalhadoras, 1.728 empreendimentos formados exclusivamente por homens sócios/trabalhadores e 16.455 composto por mulheres e homens.

⁵⁹ “Os homens predominam nas fábricas recuperadas e nos empreendimentos de profissionais qualificados [...] que estão em melhor situação seja quanto ao patamar da remuneração de seus associados (em cerca de 20% desses empreendimentos, os rendimentos são maiores do que dois salários mínimos), seja quanto ao acesso a certos direitos trabalhistas, parecendo indicar maior consolidação, bem como melhor adaptação dessas organizações às condições de mercado” (LEITE & SOUZA, 2010, p. 15-16).

são ainda muito recentes no país e juntamente com esse movimento encontram-se em processo de construção.

CAPÍTULO 03

DESCREVENDO O CAMPO: UM OLHAR SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

3.1 Mulheres no mercado de trabalho em Minas Gerais

De acordo com os indicadores, o Estado de Minas Gerais está bem posicionado em relação ao mercado de trabalho do Brasil e do Sudeste. De maneira geral, tem maior participação da população potencialmente produtiva na força de trabalho e um maior aproveitamento dessa mão de obra. Em linhas gerais, utilizando os dados do IBGE/2010, a taxa de desemprego – um dos principais indicadores para medir os níveis da população ociosa que busca um novo trabalho – ou a relação dos desocupados em relação à PEA vem apresentando quedas significativas. A taxa de desemprego, que chegou a atingir 14,2% em 2000, decresceu para 6,8% em 2010 (Censo/IBGE, 2010).

Apesar da taxa nos anos recentes ser baixa, a população desempregada ainda é grande, persistindo as desigualdades de gênero. A taxa de participação das mulheres no mercado é menor que a dos homens, sendo que elas ainda representam 58,6% dos desocupados e 64,5% dos desalentados, além de um rendimento mensal de 70,4% do salário masculino (Censo/IBGE, 2010). “[...] Quanto às características pessoais, observa-se que a maior parte dos desempregados mineiros é constituída de mulheres, negros e pardos, jovens, solteiros e filhos de pessoa de referência no domicílio” (ESCRITÓRIO DE PRIORIDADES ESTRATÉGICAS, 2011, p. 17). Em relação à posição na ocupação, entre 1997 e 2007 houve um crescimento da população feminina e masculina ocupada no setor formal da economia, sendo que a proporção dos homens ocupados nesse setor é ligeiramente maior que a das mulheres, 52% e 46% respectivamente.

O setor informal precário envolvendo o trabalho sem carteira assinada, o trabalho doméstico e o sem remuneração, apesar da queda observada entre os anos de 1997 e 2007, continua absorvendo um percentual maior de mulheres: 32% em relação aos homens: 26%. Minas Gerais é uma das unidades federativas mais expressivas em termos econômicos. Está entre os Estados mais ricos do país, sendo responsável pela geração de parte considerável da renda nacional. No entanto, apresenta altos índices de pobreza e de concentração de renda em suas microrregiões.

Economicamente, a região central é a maior responsável pelos maiores índices de riqueza e desenvolvimento, os municípios do centro produzem juntos 45% das riquezas de todo o Estado. Enquanto as regiões menos desenvolvidas: Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce contribuem juntas com apenas 13,0%. Observa-se um registro acentuado de disparidades regionais no desenvolvimento socioeconômico. A disparidade atinge traços marcantes quando se analisa a contribuição regional na geração da riqueza Estadual. Em relação o norte mineiro⁶⁰, os indicadores socioeconômicos revelam a enorme precariedade da região: (IDH-M) médio de 0,651, contribuindo, seus 89 municípios, com 4% do PIB do Estado.

Tabela 02
Indicadores Socioeconômicos das Mesorregiões de Minas Gerais⁶¹

Mesorregiões de MG	PIB %	IDH	Municípios	Urbanização %	Renda domiciliar/ Per Capita
Norte	4,2	0,651	89	67,7	455,33
Jequitinhonha/Mucuri	2,0	0,638	66	61,9	431,75
Noroeste	1,8	0,758	19	77,3	622,67
Triângulo	12,0	0,742	35	93,2	908,04
Alto Parnaíba	3,8	0,755	31	86,1	761,04
Mata	7,8	0,719	142	79,8	710,11
Central	45,8	0,730	158	93,2	961,82
Sul	12,2	0,761	155	80,6	727,41
Rio Doce	6,0	0,684	102	79,5	599,69
Centro Oeste	4,4	0,758	56	87,6	721,28

Fonte: Elaboração própria a partir de Lessa (2007) e dos dados da FJP e IBGE/2008/2009/2010.

Além dos baixos indicadores de desenvolvimento humano, a região apresenta um território diverso em população e também nos aspectos geoclimáticos. O ambiente humano plural do norte mineiro comporta tanto um modo de vida rural e tradicional, com presença de comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, pescadores, quanto outro urbano, composto de pequenas cidades e centros urbanos com um assalariamento formal de trabalhadores/as voltado para o agronegócio, o comércio/serviços, o extrativismo vegetal e para a indústria de transformação.

⁶⁰ A região norte mineira foi incorporada em 1959 à macrorregião do Nordeste, sendo formada por 24 municípios; em 1962 possuía 44 municípios dos quais, 42 compunham a área do Polígono da Seca. Em 1990 foram criados outros municípios, e a região passou de 44 para 89 compondo a região de Planejamento número VIII do Estado de Minas Gerais. Atualmente conta com uma população de cerca de 1.6 milhões de pessoas. 76% dos municípios são de pequeno porte, com população inferior a 20 mil habitantes. Cerca de 18% dos municípios têm um contingente populacional entre 20 e 50 mil habitantes e 5% com população entre 50 e 200 mil habitantes. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), todos os municípios dessa região classificam-se como médio desenvolvimento humano (entre 0,50 a 0,80); em média a mesorregião possui um IDH de 0,65, sendo a média de MG (IDH = 0,75).

⁶¹ Dados referentes aos anos de 2007 a 2010.

As mulheres seguem crescendo seus percentuais na ocupação formal em três setores, 1º) na indústria, aumentando os contratos para 20,10% em 2006, 2º) no comércio, com 28,26% e 3º) no setor de serviços, deixando a marca de 30,61% da ocupação em 1995 para atingirem 55,20% em 2006 (RAIS/MTE, 2006). Ainda que a entrada das mulheres no mercado seja importante para essa localidade, essa é uma das regiões de maior concentração de pobres.

Aproximadamente 360 mil famílias estão em situação de pobreza⁶². A região concentra 40% da população socialmente vulnerável⁶³ do Estado. Parte destas famílias é constituída apenas por mulheres, onde são as provedoras, as chefes do domicílio. Muitas destas trabalhadoras estão submetidas às atividades informais, precárias com baixa remuneração como o trabalho doméstico, além do trabalho para o consumo próprio entre outros. Ainda se observa que esse contingente de famílias tem recebido assistência financeira dos governos públicos.

As tentativas de auxiliar essa população de maior carência têm estado concentradas nas políticas públicas e nos esforços de vários órgãos sociais e filantrópicos⁶⁴ que diretamente vêm promovendo alternativas que visam gerar trabalho, renda, educação e inclusão social por meio de ações concretas. Uma delas destina-se à área da economia solidária. Tem crescido a participação de mulheres trabalhadoras pobres, desempregadas, que sempre estiveram concentradas, em sua maioria, na informalidade, nos empreendimentos solidários dessa região.

3.2 Mulheres na economia solidária no norte de Minas de Gerais

No Estado de Minas são 43.811 pessoas diretamente inseridas nos EES, sendo 21.399 mulheres (48,8%) e 22.412 homens (52,2%), em 1.236 empreendimentos (SIES/2007). O Estado tem se destacado na economia solidária pela multiplicação de empreendimentos situados nas várias regiões (Noroeste, Vale Jequitinhonha, Central/Belo-Horizonte, Vale do

⁶² Apesar dos avanços recentes no combate à pobreza e à desigualdade, ainda persistem altos contingentes de pessoas extremamente pobres. Segundo o Censo 2010, há 909.660 indivíduos com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00, linha de extrema pobreza recém definida pelo Governo Federal. Esse número representa 4,64% da população total do Estado de MG. A extrema pobreza persiste principalmente em algumas regiões, com destaque para a Grande Norte/MG. As regiões do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte são historicamente marcadas pelo fraco dinamismo econômico e pelo baixo grau de integração a mercados.

⁶³ Encontro Regional do Seminário: Pobreza e Desigualdade realizado em Montes Claros/MG pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em setembro de 2011.

⁶⁴ SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais); RURALMINAS (Fundação Rural Mineira de Desenvolvimento e Colonização Agrária) e CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). Essas instituições atuam na região através de projetos econômicos, políticos e sociais, os chamados Projetos de Desenvolvimento e Projetos Especiais/Sociais.

Mucuri, Triângulo/Alto Paranaíba, Vale do Rio Doce, Belo-Horizonte, Oeste, Sul/Sudoeste e Zona da Mata). De modo geral, a maioria dos participantes desse movimento nessas regiões são homens. Em contrapartida, o norte de Minas apresenta um grande número de empreendimentos com destaque para a participação de mulheres.

Os empreendimentos da mesorregião norte, tais como muitos em todo o país, são constituídos por grupos predominantemente informais. No geral, são assessorados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES e pelas prefeituras municipais locais juntamente com a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais/SEDESE. Esta secretaria possui uma diretriz em decreto de Lei Estadual que prevê a promoção da economia solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários em atividades econômicas.

As mulheres nessa região desenvolvem o trabalho em diversos ramos de atividades como: alimentação, oficina de costura, artesanatos, padarias, lanchonetes, reciclagem, finanças solidárias entre outros. A mesorregião, segundo o Atlas da economia solidária 2007, comporta 214 empreendimentos, sendo 10 cooperativas, 44 associações e 157 grupos informais. Com o total de 214 empreendimentos, o número de participante é de 4.784, sendo 2547 mulheres e 2237 homens.

3.3 A escolha dos grupos

Na tentativa de materializar a interação universidade e sociedade foram implantadas, em meados da década de 1990, em diversas instituições de ensino superior, as ITCPs, cujo objetivo tem sido utilizar os recursos humanos e o conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias visando à sua inclusão ao mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2003).

No ano de 2007 foi criada a Incubadora de empreendimentos comunitários da UNIMONTES⁶⁵. Trata-se de um projeto que associa pesquisa e extensão. O processo de incubação proposto pela incubadora visa à inserção social de pessoas que estão em estado de vulnerabilidade, desempregadas, com baixa escolaridade, com experiências em subempregos e emprego informal, bem como em situação de risco social.

⁶⁵ A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros é um projeto vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e ao Departamento de Ciências Sociais. Atualmente é composta por estudantes e professores dos cursos de Ciências Sociais, Pedagogia, Serviço Social, Administração, Psicologia e Economia.

No âmbito da extensão comunitária, de acordo com os grupos que predominam nessa região, a ITCP acompanha atualmente 12 empreendimentos, todos em fase de incubação, sendo eles rurais e urbanos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 01
Empreendimentos Econômicos Solidários incubados pela ITCP/UNIMONTES

Empreendimentos Econômicos Solidários – EES	Atividade Econômica	Município/Estado
1- <u>Associação dos Pequenos Irrigantes da Gleba A</u>	Fábrica de polpas de frutas	Jaíba/MG
2- <u>Associação de Pequenos Produtores da Comunidade do Tanque</u>	Fábrica de ração animal	Porteirinha/MG
3- <u>Granja Caipira Solidária</u>	Galinha poedeira, de corte e produção de ovos	Jaíba/MG
4- <u>Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba</u>	Extração de óleo, pó para ração, extrato para shampoo	Riacho Dantas/MG
5- <u>Essências do Cerrado</u>	Remédios naturais	Claros dos Porções/MG
6- <u>Padaria Comunitária “Sabor Caseiro” – Pedra Preta</u>	Produção e comercialização de: biscoitos, pães, bolos e doces, etc.	Distrito de Pedra Preta /Montes Claros/MG
4- <u>Coperveste</u>	Oficina, produção e comercialização de corte e costura	Pirapora/MG
7- <u>Padaria Semear</u>	Produção e comercialização de: biscoitos, pães, bolos, doces, etc.	Montes Claros/MG
8- <u>COOPRARTE: Cooperativa de Produção Artesanal LTDA</u>	Reciclagem	Pirapora/MG
9- <u>Oficina Solidária de Produção de Vídeos, Documentários e Programas de TV independentes Montes Claros</u>	Produção de vídeos, documentários e programas de TV	Montes Claros/MG
10- <u>Cozinha Bem Servir</u>	Produção de marmitex	Montes Claros/MG
11- <u>Lanche Bem</u>	Produção e comercialização de: biscoitos, pães, bolos, doces, etc.	Montes Claros/MG
12- <u>Delícias Lanches</u>	Produção e comercialização de: biscoitos, pães, bolos, doces, bombons etc.	Montes Claros/MG

Fonte: ITCP/UNIMONTES/2011. Os grupos sublinhados são da zona rural.

Os empreendimentos escolhidos nesse estudo foram: “Cozinha Bem Servir” empreendimento situado na cidade de Montes Claros⁶⁶, a fonte de renda do grupo é oriunda da cozinha (venda de comida-marmitex); “Padaria Semear” empreendimento situado na cidade de Montes Claros, sua atividade está na produção e comercialização de produtos

⁶⁶ Em relação aos municípios da região norte mineira, Montes Claros destaca-se por ser o pólo econômico regional, único considerado de grande porte (363 mil habitantes) (IBGE, 2010). A economia do município é diversificada pelas atividades agropecuárias, industriais e de prestação de serviços. A principal fonte econômica está centrada no setor terciário, com seus diversos segmentos de comércio e prestação de serviços de várias áreas, como na educação e saúde. Embora situado na região Sudeste do país, o município devido às suas características edafoclimáticas, econômicas, sociais e culturais, está inserido na região mineira da SUDENE, recebendo incentivos fiscais e financeiros concedidos por essa agência de desenvolvimento regional.

voltados a padaria e a “COOPRARTE” (Cooperativa de Produção Artesanal Ltda.) localizada na cidade de Pirapora⁶⁷, o trabalho do grupo vai desde a produção de vassouras de garrafa Pet até a comercialização de materiais recicláveis.

A escolha desses três grupos deve-se à regularidade das atividades desenvolvidas na produção e comercialização, todos estão mapeados pelo Fórum Brasileiro e Mineiro de Economia Solidária. Os grupos da cidade de Montes Claros são acompanhados e assessorados pela ITCP/UNIMONTES diretamente, o grupo de Pirapora é assessorado pela Secretaria de Infraestrutura do próprio município e tem recebido assistência da incubadora mencionada. Os níveis de desenvolvimento de cada grupo são diferenciados em relação ao sentimento de propriedade, sobre os frutos do próprio trabalho, sobre a determinação do quê, como e por que produzir ou comercializar determinado produto.

3.4 Caracterização das mulheres envolvidas

Com os resultados da aplicação do questionário, apresentamos separadamente uma visualização do perfil das trabalhadoras que participam do universo dessa pesquisa. Nesse caso, juntamos, por serem grupos semelhantes em relação à atividade econômica, os grupos informais Cozinha Bem Servir e Padaria Semear num só quadro, em outro, por serem dados mais diferenciados, o perfil das mulheres da COOPRARTE.

Quadro 02

Caracterização das mulheres dos grupos Cozinha Bem Servir e Padaria Semear

Perfil Geral	
Quantidade	12 Mulheres
Média de Idade	De 20 a 30 anos: 02 De 41 a 50: 07 De 51 a 60 anos: 03
Estado Civil	Solteira: 02 Casada: 08 Viúva: 01 Vive c/ companheiro: 01
Escolaridade	Não Alfabetizada: 01 Alfabetizada (1ª a 4ª Série Concluída): 04 Ensino Fundamental Incompleto: 02 Ensino Fundamental Completo: 04 Ensino Médio Completo: 01

⁶⁷ Conforme o IBGE/2010, o município de Pirapora possui 53 mil habitantes. É o segundo maior pólo de industrialização do norte de Minas, sendo classificado, portanto, como de porte médio em relação a sua estrutura e funcionabilidade dentro de sua microrregião. Em relação à economia, destaca-se, principalmente, o setor secundário com complexos industriais na área de alumínio e tecidos, além do turismo, da pesca e da fruticultura.

Raça/Cor	Branca: 02 Parda: 07 Preta: 03
Atividades de trabalho que já desenvolveram antes	Serviço doméstico em casa: 03 (sem remuneração) Empregada doméstica: 04 Emprego formal (costura/reflorestamento/hospital): 02 Serviços gerais (Limpeza): 03 Manicure: 01
O que fazia antes de se envolver no empreendimento	Estava desempregada: 02 Ajudava em casa nos serviços domésticos: 04 Trabalhava em outra atividade: - Empregada doméstica: 03 - Programa Fica Vivo/MG: 02 - Fábrica de costura: 01
Os motivos que a levaram a participar do empreendimento	Alternativa de ter um trabalho e uma renda: 07 Interessante a proposta: 02 Para melhorar a realidade da minha comunidade: 01 Oportunidade de ter uma qualificação: 02
Renda Média Mensal/Familiar, Chefe do Domicílio e Benefícios	
Renda Média mensal adquirida no EES nos últimos seis meses	De ½ a 01 salário mínimo: 12
Renda Média Familiar	De ½ a 01 salário mínimo: 02 01 – 02 salários: 05 02 – 04 salários: 04 Não sabe informar: 01
Recebe Benefícios	Bolsa Família: 02
Chefe da família e o/a que mais contribui nas despesas da casa	Marido/Companheiro: 09 A própria componente do EES: 03

Fonte: Pesquisa direta 2011.

Esses dois empreendimentos são praticamente constituídos por mulheres e relacionados à área de alimentação. No que diz respeito à faixa etária, predominam mulheres com uma média de 40 anos, sendo, a maioria, de cor parda. Em relação à escolaridade, mostra-se baixa para quase todas, tendo apenas uma completado o ensino médio. A maioria delas está envolvida nesses grupos há mais de dois anos. A jornada de trabalho varia de sete a oito horas. No que diz respeito aos afazeres domésticos, todas foram as responsáveis por cuidar dos serviços da casa e dos filhos.

Em relação à vida familiar, grande parte é casada, sendo o marido/companheiro o provedor e o chefe da residência. A maioria possui uma renda familiar geral entre dois e quatro salários mínimos. A quantidade de filhos é um aspecto comum no conjunto delas, a média supera dois filhos para cada trabalhadora, praticamente quase todas são mães. Duas das

participantes possuem filhos pequenos que fazem uso do Bolsa Família. Em se tratando da renda obtida no grupo, pode-se constatar que todas recebem menos de um salário mínimo.

Antes de se envolverem nesse trabalho, já desempenhavam atividades remuneradas. Algumas foram empregadas domésticas, trabalhadoras em setores públicos do Governo de MG, outras na indústria de confecção, área hospitalar, reflorestamento e serviços gerais de limpeza. Os motivos que as levaram para empreendimentos de economia solidária foram a busca de uma renda regular, a proposta de um trabalho em grupo, assim como a oportunidade de possuir uma qualificação.

Quadro 03

Caracterização das mulheres envolvidas na COOPRARTE

Perfil Geral	
Quantidade	18 Mulheres
Média de Idade	De 20 a 30 anos: 02 De 31 a 40 anos: 05 De 41 a 50: 06 Mais de 50 anos: 05
Estado Civil	Solteira: 09 Casada: 02 Viúva: 01 Desquitada: 01 Divorciada: 02 Vive c/ companheiro: 03
Escolaridade	Não Alfabetizada: 07 Alfabetizada (1ª a 4ª Série Concluída): 06 Ensino Fundamental Incompleto: 03 Ensino Médio Completo: 02
Raça/Cor	Branca: 02 Parda: 08 Preta: 08
Atividades de trabalho que já desenvolveram antes	Empregada doméstica: 03 Emprego formal (firma de reflorestamento): 02 Serviços gerais (Limpeza): 03 Trabalhadora rural: 02 Balconista: 01 Ambulante: 01 Cozinheira: 01 Trabalhava no lixão: 05
O que fazia antes de se envolver no empreendimento	Estava desempregada: 02 Ajudava em casa nos serviços domésticos: 01(sem remuneração) Empregada doméstica: 04 Ambulante: 01 Firma de reflorestamento: 01 Trabalhadora rural/boia fria: 02 Trabalhava no lixão: 07
Motivos que a levaram a participar do empreendimento	Alternativa de ter um trabalho e uma renda: 06 Interessante a proposta na cooperativa: 07 Estava desempregada: 01 Oportunidade de ter uma qualificação: 02 Fica perto de casa: 02

Renda Média Mensal/Familiar, Chefe do Domicílio e Benefícios	
Renda Média adquirida no EES nos últimos seis meses	Até ½ salário mínimo: 02 De ½ a 01 salário mínimo: 16
Renda Média Familiar	Até ½ salário mínimo: 01 De ½ a 01 salário mínimo: 10 01 – 02 salários: 04 02 – 04 salários: 03
Recebe Benefícios	Bolsa Família: 08
Chefe da família e o/a que mais contribui nas despesas da casa	Marido/Companheiro: 03 O casal junto: 02 A própria componente do EES: 13

Fonte: Pesquisa direta 2011.

O perfil das mulheres envolvidas na cooperativa mostra-se mais diversificado e oposto em relação aos grupos informais. Dentro do movimento da economia solidária é mais comum encontrar maior grau de vulnerabilidade social dos/as trabalhadores/as em atividades de catação e/ou reciclagem. No geral, são pessoas excluídas do universo do trabalho formal, marginalizadas, desempregadas, desprotegidas, com baixa ou nenhuma escolaridade, com poucas experiências em atividades profissionais remuneradas, em outras palavras, são pessoas que estiveram envolvidas em inserções informais precárias, em certa medida, ligadas com a pobreza e/ou miséria.

Os dados do perfil das trabalhadoras da COOPRARTE vão de encontro com essa realidade. As mulheres desse grupo, em sua maioria, são majoritariamente pardas e pretas, com média de 45 anos de idade. No que se refere à escolaridade, destacam expressivamente aquelas que não foram alfabetizadas e as que possuem apenas quatro anos de estudos, o que representa mais de 72% das envolvidas sem nenhuma ou pouca instrução escolar.

A maioria participa do grupo há mais de três anos. A jornada é de oito horas diárias, em alguns momentos, algumas ultrapassam esse horário devido ao aumento do serviço e pela oportunidade de receber horas extras. Além disso, praticamente, quase todas foram as responsáveis por cuidar dos serviços domésticos e dos filhos.

A maioria declarou que não tem marido/companheiro, representando um conjunto de 13 trabalhadoras que se declararam solteiras, viúva, desquitada e divorciadas. Nessa situação, são as chefes do domicílio, responsáveis pelo sustento familiar, recebendo, geralmente, apenas a remuneração do trabalho exercido na cooperativa. Oito das participantes apresentam filhos pequenos que fazem uso do Bolsa Família, o que vem acrescentar na renda familiar. A renda obtida no grupo possibilita a sobrevivência. Quase todas dependem dessa renda que varia em torno de meio a um salário mínimo.

A grande parte delas já desempenhava atividades remuneradas antes de ingressar para esse trabalho. Algumas foram empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, cozinheira, ambulante, uma minoria teve registro em carteira em setores como restaurante, firmas de plantação de eucalipto, serviços gerais de limpeza, e outras trabalhavam numa situação mais precária como catando materiais recicláveis no lixão da cidade. Os motivos que as levaram para a cooperativa, segundo seus depoimentos, foram: a possibilidade de ter um trabalho com uma renda regular, a proposta de um trabalho em grupo, a pobreza e desemprego, a oportunidade de ter uma qualificação e de morar perto do trabalho.

Os três empreendimentos demonstram que essas mulheres em suas trajetórias estiveram inseridas em ocupações informais precárias antes de abraçar esse trabalho. O contingente de trabalhadoras é caracterizado pela baixa escolaridade e qualificação, com idade elevada, oriundas de segmentos sociais desvalorizados de baixa renda, desvinculadas de setores formais, pardas e negras. Além do trabalho doméstico ser o que mais se destaca entre as ocupações que antes exerciam, a maioria não possui marido/companheiro, sendo, portanto, as chefes da família. Trabalhadoras domésticas e famílias compostas por chefes mulheres e filhos sem a presença do cônjuge estão entre os segmentos mais vulneráveis à situação de pobreza, de desemprego e de desproteção social.

Conforme Culti (2004), Ramos, Peixoto, Pessoa (2008), Guérin (2005), Ribas Bonet (2005), Oliveira (2008) e Oliveira (2005), mulheres em situação de exclusão social, pobres, buscam sua valorização, sua capacidade para empreender no trabalho cooperativo. Nesse espaço, tomam decisões, recuperam a cidadania, a dignidade como adquirem qualificação, inclusão social e acesso à renda. Importa agora analisar o universo empírico com o intuito de verificar em que medida as considerações supracitadas por tais estudiosas vão de encontro com o cotidiano do trabalho no interior desses grupos.

3.5 Caracterização dos empreendimentos

Os grupos selecionados são diferenciados em relação às atividades que desempenham. Em termos de organização do trabalho, de problemas com a gestão, de relações de sexo, a autonomia efetivamente existente e o reconhecimento social das mulheres envolvidas, a situação dos grupos varia. No intuito de compreender a realidade enfrentada nesses espaços ou mesmo a organização geral dessas atividades, achamos pertinente apresentar separadamente o procedimento de cada grupo analisando essas questões.

3.5.1 PADARIA SEMEAR

A “Padaria Semear” está localizada no bairro Eldorado na cidade de Montes Claros/MG. O bairro tem aproximadamente 650 famílias, segundo dados do Programa de Saúde da Família da cidade, sendo caracterizado como um dos mais carentes e apresentando um grande número de desempregados, subempregados, além de altos índices de criminalidade. Com o objetivo de melhorar essa situação, a Associação dos Moradores locais juntamente com *órgãos públicos e filantrópicos* (ITCP/UNIMONTES, CESE⁶⁸, FICA VIVO⁶⁹ e Mediação de Conflitos⁷⁰) trabalharam na articulação de projetos sociais visando atuar na atenuação da pobreza, do desemprego, da marginalidade, oferecendo oportunidades de trabalho, oficinas, cursos e capacitação profissional aos moradores. Um desses projetos foi elaborado e direcionado para área alimentícia, na venda de quitandas caseiras, pois o número de padarias no bairro era insuficiente para atender a demanda local.

No ano de 2008, a Associação dos Moradores, através da parceria com a ITCP/UNIMONTES, desenvolveu uma proposta de criar uma “padaria comunitária” para o bairro. A ITCP explicou que os parâmetros característicos para esta atividade estariam na Economia Popular Solidária, informando que este processo exigiria muita reflexão, discussão e conscientização de todos/as. Fez-se necessário também avaliar concorrentes, averiguar os tipos de alimentos que os moradores do bairro mais consumiam, os hábitos, posteriormente a escolha dos participantes e como seria a organização.

A Padaria Semear teve no seu surgimento, o financiamento da CESE⁷¹ no valor de R\$ 8.000,00 para a compra inicial dos equipamentos. O financiamento do projeto propiciou ao grupo realizar algumas atividades como: capacitação dos executores do projeto na área de gestão de empreendimentos, curso sobre produção de pães e biscoitos e curso técnico de padeiros.

⁶⁸ Coordenadoria Ecumênica de Serviços. Entidade Ecumênica sem fins lucrativos composta por Igrejas que se unem tendo como compromisso de afirmar a vida com base na promoção, garantia e defesa de Direitos, Justiça e Paz. Atua em todo o território brasileiro visando fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas na luta pela promoção da plena cidadania.

⁶⁹ Programa do Governo de Minas Gerais cujo objetivo é atingir jovens de 12 a 24 anos em situação de risco social e residentes nas áreas com maior índice de criminalidade, reduzindo as taxas de homicídios, além de oferecer oficinas de capacitação.

⁷⁰ Núcleo de Prevenção à Criminalidade que atua nas regiões periféricas da cidade de Montes Claros.

⁷¹ Aprovou o projeto na compra de alguns equipamentos solicitados pela Padaria Semear. A CESE tem formas diferenciadas de atuação. A principal é a intermediação de recursos financeiros para projetos socioeconômicos locais. O principal programa da instituição é direcionado ao apoio a projetos de caráter pontual.

Além da parceria estabelecida entre a ITCP e a CESE, destacaram-se também em dar suporte e assessoria ao empreendimento: o programa Fica Vivo e a Mediação de Conflitos. No decorrer desse processo, com assessorias e treinamento diário, o empreendimento conseguiu se estabelecer. O grupo começou com 10 mulheres, porém, algumas não conseguiram entender o significado do trabalho associado. O trabalho em início de incubação não proporciona renda e a atividade é precária e instável. Devido a isso, algumas mulheres desistiram ficando apenas cinco. As que ficaram permanecem atuantes e a atividade se concentra na comercialização de produtos ligados à padaria como: bolos, roscas caseiras, biscoitos, pães, tortas, pães de queijo, salgados, doces, sucos entre outros.

O empreendimento é pequeno, fisicamente estruturado em três cômodos⁷². O espaço é alugado pelo valor de R\$ 250,00, pago pelo grupo, o que acarreta uma sobrecarga nas retiradas financeiras mensais. A Padaria funciona de domingo a domingo das 05h:30 às 19h:00 e dificilmente fecha devido à demanda e à insegurança em perder os clientes⁷³. Nesses cômodos são feitas toda a produção e comercialização dos produtos. As participantes fazem uso de um uniforme⁷⁴ de trabalho e realizam por igual às receitas.

A jornada de trabalho é de sete horas diárias sem intervalo. As decisões são tomadas em comum acordo, os problemas que aparecem são solucionados, coletivamente, conforme vão surgindo. Reuniões formais acontecem apenas quando há assessoria. Palestras, cursos vindos de alguma entidade, principalmente da ITCP, são realizados após o expediente. O grupo não dispõe de capital de giro com o qual possa comprar os ingredientes de uma só vez. São comprados, diariamente, com o dinheiro arrecadado no dia. O trabalho é intenso, as participantes não sentam e nem ficam paradas. Mesmo sendo um ambiente pequeno, a movimentação de pessoas é constante, tornando-se alguns momentos cansativos e estressantes, pois as integrantes têm que comprar, preparar os alimentos e atender uma grande quantidade de pessoas tudo ao mesmo tempo⁷⁵.

Por se tratarem, a maioria, de donas de casas, essas participantes já possuíam experiência em atividades domésticas (já praticavam o hábito de cozinhar). Por outro lado, não tinham qualificação para assumir, mesmo sendo pequena, uma padaria. Envolvendo no

⁷² Em menos de dois anos de funcionamento, através de financiamento e doações das entidades mencionadas, as participantes do grupo conseguiram todos os materiais e equipamentos necessários para esse trabalho, incluindo fogão, freezer, forno, batedeira elétrica, vasilhas, talheres, assadeiras, mesa para preparo/suporte e balcão. O espaço, por ser pequeno, impede os consumidores de usufruírem os produtos no próprio local.

⁷³ Em sua maioria são os próprios moradores do bairro.

⁷⁴ Composto por calça, blusa e toca.

⁷⁵ Para facilitar o trabalho, a maioria dos ingredientes de consumo diário é comprado por telefone aos fornecedores que levam ao local de trabalho.

comando dessa atividade, passaram por um processo de aprendizado profissional. Nesse intervalo, fizeram cursos de culinária, curso de padaria e receberam treinamento e assessoria. Duas participantes foram contratadas para participar da realização de oficinas em um dos programas sociais do Governo de Minas: o FICA VIVO, dão aulas nesse projeto duas vezes por semana em oficinas de culinária. Nesse caso, houve não só uma qualificação vinda da padaria como também a atividade propiciou uma renda extra mensal de R\$ 400,00 pela realização dessas oficinas.

Percebe-se uma boa interação da população local com o empreendimento. Ao adentrarem nesse espaço para comprar os produtos, os clientes locais sempre dialogam com as participantes. Destacam-se muitas conversas, os mesmos contam seus problemas, pois todos já são conhecidos. As participantes ouvem, dão conselhos, da mesma forma, apresentam seus problemas e suas lutas. Assim, o ambiente torna-se não apenas um espaço de comercialização, mas também um espaço de socialização e de familiaridade. Além dos consumidores locais, o grupo vende para comerciantes e fornece encomendas para festas e eventos.

A retirada é semanal, cada participante dependendo da época chega a receber entre R\$ 70,00 e R\$ 80,00. O trabalho exige tempo e dedicação. As dificuldades principais estão relacionadas à falta de infraestrutura para aumentar a comercialização e melhorar o atendimento aos clientes e a necessidade de contratação de mais pessoal, tendo em vista que, em alguns momentos, esse trabalho as sobrecarrega e as desestimula.

3.5.2 COZINHA BEM SERVIR

A “Cozinha Bem Servir” surgiu no final do ano de 2006 como uma alternativa de trabalho diante do desemprego vivenciado pelos moradores do bairro Santos Reis, na cidade de Montes Claros/MG. A comunidade do bairro, através da parceria com a Mediação de Conflitos e com a Associação dos Amigos e Moradores⁷⁶, iniciou uma discussão direcionada a um projeto social de “Cozinha Comunitária”⁷⁷. No final do ano de 2007, a Associação convidou a ITCP/UNIMONTES para ajudar na articulação desta proposta e formar técnica e

⁷⁶ A Associação dos Amigos e Moradores do bairro Santos Reis foi fundada em 16 de maio de 1965. O objetivo principal da Associação é a defesa dos interesses comunitários em busca de melhorias de infraestrutura e qualidade de vida dos moradores. Desempenha um papel de fortalecimento das relações sociais e integração das diversas forças locais: cultura, igrejas, esporte, programas governamentais, cidadania, etc. A Associação vem apoiando em parceria com a ITCP/UNIMONTES, a “Cozinha Bem Servir” que envolvem membros da comunidade onde a Associação atua.

⁷⁷ A intenção de tal proposta iria contribuir para o atendimento das necessidades sociais e econômicas da comunidade ao propiciar oportunidade de trabalho tendo em vista a vulnerabilidade que a população local se encontrava.

socialmente o grupo que posteriormente assumiria este projeto. Em parceria com a Mediação de Conflitos e a Associação dos Amigos e Moradores, a ITCP realizou um processo de formação para um grupo de 25 pessoas, por meio de encontros semanais e cursos de qualificação.

Depois de seis meses de trabalho de formação, 15 pessoas iniciaram o processo produtivo e de comercialização em um local provisório no próprio bairro. Iniciou-se este trabalho fornecendo as refeições para 150 participantes da 3ª Feira Regional de Economia Popular Solidária, por demanda da própria ITCP. Entretanto, no início, o grupo não tinha os equipamentos necessários para produzir os alimentos. Com o objetivo de levantar recursos para comprar os equipamentos, foi realizado um bazar junto à comunidade. Além disso, recebeu apoio financeiro e utensílios de funcionários de uma empresa da região.

Em 2009, o grupo conseguiu junto ao pároco da comunidade um espaço/lugar na sede da Pastoral da Criança⁷⁸ localizada no próprio bairro. O empreendimento desenvolve produção e comercialização de Marmitex e Prato Feito (venda de refeições⁷⁹) aos moradores do bairro e adjacências.

O grupo é assessorado pela ITCP/UNIMONTES e composto por oito pessoas, sendo sete mulheres e um homem. O horário de expediente é das 07h:00 às 15h:00, de segunda a sábado. Possui um regimento interno que declara como objetivo a geração de renda aos participantes, assim como a promoção social e profissional dos mesmos. O local de funcionamento é uma das salas⁸⁰ da Pastoral da Criança. A estrutura geral da Pastoral é precária, embora apresente bom estado de segurança e acomodação para a realização das atividades.

A Cozinha Bem Servir faz uma venda média de 60 a 70 refeições por dia, sendo PF (Prato Feito) e Marmitex e o preço varia entre R\$ 4,00 e R\$ 5,00. Os componentes chegam sempre às 7h:00 para o expediente, de início decidem o cardápio, que é diferenciado a cada dia da semana. Com exceção de alimentos não perecíveis, os produtos utilizados para a preparação da comida, geralmente, são comprados todos os dias, isso por apresentarem

⁷⁸ A sede é bem localizada e visível. Os moradores locais geralmente frequentam a Pastoral há muito tempo em encontros/reuniões da terceira idade. Nesse mesmo local ocorre diariamente a entrega de leite as famílias da comunidade. A Cozinha Bem Servir conta com o apoio da Pastoral da Criança que cedeu o local para o funcionamento do empreendimento e da Associação de Moradores do bairro que colabora para a consolidação do grupo.

⁷⁹ A comida é basicamente composta por arroz, feijão, uma guarnição (verdura e salada), macarrão e duas variedades de carnes. Nessa atividade não é tudo que se vende no dia, ocorrendo sobras de comida, o grupo faz um aproveitamento dos alimentos utilizando técnicas de conservação.

⁸⁰ As condições de higiene, as instalações de água, luz e telefone são apropriadas e nela (sala) cabem tanto os equipamentos quanto a presença dos participantes quando estão juntos realizando o trabalho. Em frente da sala há um pátio ao ar livre com mesas e cadeiras onde os clientes do empreendimento fazem suas refeições.

variações de preço. Esse grupo possui um homem como integrante. A divisão das tarefas leva em conta as habilidades e as condições físicas de cada componente. As mulheres ficam responsáveis por agilizar toda a preparação da comida, as atividades internas nesse momento são feitas por elas.

Faz parte do trabalho do componente, nesse início, observar os alimentos que estiverem faltando, pois é o responsável pelas compras diárias. Este auxilia na preparação da comida, na limpeza, no atendimento dos clientes na hora das refeições, faz entrega de marmitex no bairro e administra o caixa. Pelo fato de ser bem mais jovem do que elas e por ser atuante, disponível e articulado com o movimento da economia solidária, o mesmo traz um grande benefício ao empreendimento.

As mulheres possuem em média 40 anos de idade, algumas delas apresentam limitações físicas relacionadas a problemas de saúde como: depressão, hipertensão e AVC. Essas trabalhadoras não tinham experiência em comércio e nem em trabalho em grupo. Com o apoio técnico vindo da assessoria, juntamente com outros parceiros, qualificaram-se fazendo cursos técnicos básicos como: atendimento ao cliente; cursos de culinária com dimensão mais apurada e profissional; curso de gestão financeira; curso de combinação de pratos; cursos da vigilância sanitária, entre outros. Nesse processo, foram desenvolvidas a experiência e a prática diária, na qual, todas começaram a trabalhar na produção e venda de refeições aos moradores do bairro.

O empreendimento tem como clientes pessoas do comércio local que trabalham no órgão da Mediação de Conflitos e no posto de saúde, pessoas que moram nas mediações e trabalhadores de uma empresa de conservantes da cidade. O grupo também é convidado para cozinhar ou mesmo fornecer marmitex em eventos de pequeno e grande porte. A principal dificuldade consiste no fato de não possuir uma sede própria, o que impede que melhorias sejam feitas no local para atender às demandas. Além disso, por ser isento de aluguel, tem sido favorecido, uma vez que as despesas mensais ficam menores, por outro lado, isso o desfavorece devido à dependência do espaço que é bem localizado e que pode ser requisitado a qualquer momento.

O grupo arca com as despesas de manutenção como água, luz, telefone, gás, alarme e compras diárias dos alimentos. O que sobra é dividido entre todos, uma média mensal de R\$250,00 a R\$ 300,00 para cada participante.

3.5.3 Analisando os grupos informais

A economia solidária engloba uma pluralidade de dimensões e ainda encontra-se em processo de construção gerando vasta e profunda discussão sobre seus limites e possibilidades. Os empreendimentos Padaria Semear e a Cozinha Bem Servir, como mencionado, são grupos relacionados à produção de alimentos, atividade que, sócio-historicamente, está ligada ao trabalho feminino.

Esses grupos estão vinculados em seu conteúdo à prática de atividades que se encontram circunscritas na divisão sexual do trabalho, onde tem (re) construído a desigualdade de gênero, à medida que reforça e dicotomiza práticas consideradas femininas e masculinas, sendo as primeiras invisibilizadas e sem reconhecimento dentro da sociedade (GOMES & CARLOTO, 2010b, p. 03). São ocupações inseguras, desprotegidas, o que contribui para a manutenção da segmentação por gênero no mercado de trabalho, com concentração das mulheres em espaços desconfortáveis e mal remunerados (ARAÚJO, 2012).

O formato dos dois grupos observados apresenta-se com baixa sustentação econômica devido à própria condição de informalidade, o que aponta precarização e instabilidade, além de serem extensões de atividades domésticas. Originaram-se e mantêm ativos por receber recursos materiais, treinamentos de órgãos de apoio como assessorias constantes da ITCP. Permanecem na dependência de incubação. Podemos constatar que o processo de assessoria vinda da incubadora torna-se útil para a permanência desses no mercado, mas apenas esse apoio mostra-se insuficiente.

Além disso, apresentam dificuldades em relação à falta de infraestrutura adequada, de capital de giro e de local próprio para comercialização. Por serem informais, demonstram dificuldades, portanto, para beneficiar-se de mais políticas públicas para a sua expansão e desenvolvimento. Esses são problemas que afetam grupos de economia solidária em nível nacional. Mesmo que ocorram dificuldades nesses espaços, foi possível visualizar alguns benefícios pontuais na direção de uma nova lógica de organização.

Em relação à Padaria Semear, as mulheres são moradoras do bairro, a maioria possui uma média de 40 anos de idade e casadas. O grupo mostra ser unido destacando a ajuda mútua e a responsabilidade, as tarefas são realizadas por todas independentemente da função. Em conversas informais, algumas trabalhadoras apontaram que aprenderam a confiar umas nas outras, por ser o grupo pequeno, isso facilitou a convivência diária. O número restrito de integrantes permitiu um maior envolvimento entre elas, o que é visto como um fator positivo

que auxilia na sobrevivência do empreendimento. Na rotina diária, percebemos que não ocorriam atritos ou problemas de relacionamentos.

No que se refere à Cozinha Bem Servir, seus componentes também são atuantes e ligados ao trabalho. Apresenta um homem como um dos membros. As relações sociais de sexo imbricadas na divisão sexual do trabalho são manifestadas com a questão idade/geracional separando certas atribuições para o integrante por ser mais jovem. Nesse caso, além de dar assistência às participantes nas atividades que desempenham, executa serviços externos como transporte dos produtos e pesquisas de preços. Observar o que é comprado no dia, o local mais barato e representar o empreendimento em eventos e feiras de economia solidária promovidos pela ITCP também fazem parte de sua função.

Observamos que quando há algum problema a ser resolvido, todos se reúnem para conversar, decidindo a melhor atitude a ser tomada. A discussão que acontece na Cozinha é sobre como as atividades deveriam ser realizadas, às vezes uma sócia tem um jeito de fazer os serviços com o qual nem todos concordam. Entretanto esses atritos não ocorrem como muita frequência.

A religiosidade predomina no grupo, destacam-se católicos, evangélicas e espíritas. Nas reuniões internas é comum orarem no início e no final de cada exposição. Colocam os problemas pontuais, discutem e resolvem tudo naquele instante. São realizadas para tratarem de questões de relacionamentos pessoais, ocorrem apenas em ocasiões necessárias. De modo geral, o ambiente do grupo é tranquilo e familiar. Todos são moradores do bairro.

Existem poucos estudos de grupos informais constituídos por mulheres em relação a possíveis benefícios que esses espaços podem oferecer a elas⁸¹. É muito comum apresentarem uma série de deficiências, além de permanecerem por pouco tempo no mercado. Tentando ir para além dessas questões, buscamos averiguar nesses grupos outros sentidos. Mesmo estando vinculadas no âmbito da informalidade das relações de trabalho, essas iniciativas, por outro

⁸¹ Da pouca literatura que encontramos, destacam-se as dissertações de Cherfem (2009) e Amorim (2005), as monografias de Souto (2009) e Oliveira (2009) e o trabalho de Silva & Rumin (2008). Estas pesquisas demonstram a inserção de mulheres em grupos informais no ramo do artesanato e da alimentação e apresentam objetivos particularizados. Nos estudos de Solto e Oliveira, as autoras constataram a ocorrência da solidariedade, o aumento da autoestima e o acesso à qualificação beneficiando mulheres trabalhadoras pobres. Na pesquisa de Amorim, foi observado que as atividades informais desenvolvidas pelas mulheres proporcionaram uma forma de organização social valorizando a cooperação e solidariedade e que, além de gerar uma renda que nesse caso é apenas complementar, contribuíram para o resgate e/ou construção da cidadania das participantes. Silva & Rumin apresentaram que as mulheres sentiam a necessidade de estar protegidas por direitos trabalhistas o que é oferecido pelo trabalho formal, por outro lado relataram que a inserção das participantes nessas atividades produziu o aumento da autonomia e a intensificação da circulação nos espaços sociais. Já Cherfem constatou a realidade vivenciada pelas mulheres marceneiras em suas práticas cotidianas, relacionando as possibilidades do trabalho às transformações pessoais conquistadas. A autora destacou a aprendizagem adquirida e os processos educativos construídos pelas mulheres no trabalho solidário. Entretanto, todas essas pesquisas reconheceram as deficiências e os desafios que assolam os grupos informais.

lado, têm a capacidade de gerar trabalho a baixo custo a mulheres que encontram dificuldades de se inserir no mercado de trabalho formal.

As circunstâncias transferem para essas trabalhadoras a oportunidade de tornarem-se cidadãs empregáveis em uma atividade rentável. Também é importante ressaltar que, mesmo que esses empreendimentos não sejam juridicamente legalizados, isso não os impede de desenvolver normas internas aliadas aos princípios que norteiam o cooperativismo. Em conversas informais, algumas mulheres afirmaram que no início entraram para essa atividade com problemas pessoais, familiares, baixa autoestima e sintomas de depressão, com o passar do tempo viam-se em família na qual podiam se expressar, trocar conhecimentos, estabelecer amizades, além de compartilhar do aprendizado e da organização do trabalho.

Em outro plano, visualizamos que esses grupos reconhecem que financeiramente, a atividade mostra-se insuficiente, no momento atual, através da forma como estão produzindo. Sem capital de giro, infraestrutura apropriada, aperfeiçoamento da produção e baixa comercialização, não se contempla uma experiência economicamente sustentável. Embora reconheçam as dificuldades para continuar ativos no mercado, com retornos financeiros de pequeno porte, persistem em manter a experiência. Observamos que as mulheres consideram o aprendizado, o ambiente familiar, a socialização dos problemas do cotidiano e o apoio que encontram umas nas outras, os principais elementos/motivos que levam à permanência da atividade.

O sentimento desenvolvido a partir da interação que ocorre diariamente entre elas, reflete positivamente em suas vidas pessoais, ajudando a lidar com as dificuldades. Razeto (1997b) constata que os ensinamentos vivenciados e/ou aprendidos nas iniciativas solidárias valorizam o ser humano, colocam a solidariedade acima do individualismo, constituindo, assim, a cooperação mútua a partir das necessidades, desejos e aspirações das pessoas, na luta pelo crescimento coletivo e não individualizado.

A certeza da confiança que se manifesta apoiando umas na outras, de enfrentarem as dificuldades coletivamente, reforça e valoriza os laços de união e solidariedade. O desempenho de uma organização está intimamente relacionado às formas de interação daqueles que a compõem. O envolvimento das pessoas nas iniciativas solidárias torna-se benéfico na medida em que se estabelecem novas relações sociais.

Gaiger & Laville (2009) e Arruda (2003) compreendem que a proposta econômica solidária mostra-se importante em vários sentidos, nesse caso, rompe com as hierarquias, introduz práticas de solidarismo, de reciprocidade, de empoderamento e a partilha social do poder, do saber e das próprias dificuldades podem ser compartilhadas por todos. Foi possível

observar, conforme as exposições mencionadas e as discutidas por Ribas Bonet (2005), Oliveira (2005) e Guérin (2005), que a entrada das mulheres nessas iniciativas, propiciou condições de envolverem-se nas tomadas de decisões, de exporem suas opiniões e de refletirem sobre suas dificuldades. Foi visto que nesses espaços recebem a mesma informação e qualificação.

Nesse sentido, a partir do cotidiano, percebemos que, nos dois grupos, essas trabalhadoras assumem o compromisso com o trabalho realizado, dedicam-se à elaboração dos alimentos, assim como disponibilizam tempo para participarem dos cursos e treinamentos vindos do processo de incubação. Todas as funções (limpeza, atendimento/vendas, cozimento, prestação de contas e pagamento aos fornecedores) são executadas, igualmente, entre elas. Apesar de que o desenvolvimento dessas funções possa ser cansativo de acordo com o momento e/ou circunstâncias⁸², não predomina uma sobrecarga de uma em relação à outra nesses afazeres. A postura coletiva na gestão desses grupos aparece como um elemento importante mostrando empenho participativo. Percebemos que vivenciam os processos decisórios de trabalho.

Na Cozinha Bem Servir, por exemplo, as mulheres decidem o cardápio do dia, analisam o lucro de cada venda de refeição, as despesas diárias e mensais, as sobras do mês como compartilham do aprendizado e da introdução de novos pratos ao cardápio da semana. Todas essas ações são executadas por todas diariamente. Esse mesmo procedimento participativo, também aparece na Padaria Semear, as trabalhadoras desse grupo, em conjunto, analisam a quantidade certa de ingredientes para cada receita, o tempo de cozimento, a média de temperatura para determinado assado, o forno específico, quanto renderá cada receita como o preço destinado a cada produto. Fazem pesquisas de preço e apresentam a planilha com a contabilidade das sobras e despesas do mês.

Nos dois empreendimentos, as mulheres abordaram que com a divulgação desse trabalho na população/comunidade local, houve aumento nas encomendas e na produção, com isso, foi necessário que todas assumissem essas funções para manterem a qualidade e a regularidade do que estava sendo produzido. Os grupos, apesar de pequenos, estão voltados para o trabalho conjunto, valorizando a coletividade e vêm fortalecendo as relações sociais das participantes tanto interna quanto externamente.

Nesse sentido, a partir dessas observações, averiguamos que há um diferencial dessas ocupações informais, dentro da perspectiva da economia solidária, ao contrário daquelas

⁸² Quando há exposição em feiras, pedidos de encomendas para festas/eventos e a própria demanda dos clientes locais, conforme o momento ou época faz com que o trabalho fique mais intenso deixando-as cansadas.

realizadas isoladamente, sob a ótica capitalista, que levam como fundamento principal, apenas, o viés econômico onde as pessoas trabalham individualmente, sem reflexão sobre a realidade em que estão inseridas.

O trabalho conjunto solidário, por sua magnitude e pela divisão técnica que propicia, gera resultados superiores ao trabalho individual, pois os compromissos mútuos, as responsabilidades e as regras são vividas e compartilhadas (GAIGER, 2000a). Percebemos a prática da ajuda mútua, o comprometimento e a coesão na objetivação das atividades, construindo assim, referências de responsabilidade coletiva. Vale lembrar que são grupos muitos simples e fáceis de serem administrados, assim, não se registram grandes complexidades no comando.

O trabalho relacionado à alimentação/cozinha, culturalmente, sempre fez parte do universo feminino, essas trabalhadoras já possuíam a prática desse serviço em casa, sendo então aperfeiçoada conforme treinamentos. Saber lidar ou mesmo como administrar esse ramo de atividade, não se tornou um grande desafio para elas. A entrada nesses espaços, em certa medida, mostrou-se positiva, pois promoveu o bem-estar das participantes no que diz respeito à qualificação, à autonomia (na gestão/tomada de decisões) e à visibilidade do trabalho executado diante da comunidade local. Nesses pontos mencionados, esses grupos têm trazido benefícios à vida dessas trabalhadoras.

Somando-se os dois empreendimentos, muitas das componentes não são as responsáveis diretas pelo sustento de suas famílias. Não dependem da remuneração, exclusivamente, obtida dessas atividades para a sua sobrevivência. A renda adquirida constitui-se apenas em ser complementar, “quebra-galho”, o que ajuda nas despesas de suas casas. A inserção delas nesse trabalho possibilita conciliar as atividades com o serviço doméstico. Isso mostra que as mesmas continuam sendo responsáveis por esses encargos, mesmo que a metade tenha declarado que seus familiares têm as auxiliado, em parte, nessas obrigações.

3.5.4 A reciclagem e a economia solidária⁸³

Na esteira que caminha sobre a preservação do meio ambiente, a reciclagem tem ganhado espaço nos debates públicos e visibilidade na sociedade. Nas últimas décadas, houve um grande crescimento das cidades e do consumo de produtos industrializados e descartáveis. Com a diminuição da vida útil das mercadorias e o estímulo ao consumo em excesso, em pouco tempo, tudo vai para o lixo. A questão do lixo ou mesmo a cadeia produtiva de resíduos sólidos urbanos compreende assuntos referentes a hábitos sociais, cidadania e ecologia. Na atualidade, trata-se de um dos principais temas de debate internacional nas grandes cidades do mundo envolvendo diversos atores sociais, tais como: poder público, instituições de fomento, ONGS, ambientalistas, universidades, indústrias, empresários e trabalhadores informais.

Conforme Cortez (2002), a disponibilidade de objetos ofertados para o consumo na sociedade capitalista deturpou o valor desses, banalizando-os e fazendo com que se perdessem os referenciais quanto ao real significado das mercadorias em termos econômicos e ambientais. Nesse sentido, o consumo em excesso para a rotatividade rápida dos produtos gera grandes volumes de resíduos, principalmente, nos grandes centros urbanos, aumentando os esforços para seu gerenciamento integrado e destinação (FRANCESCHINI, RIBEIRO & MACHADO, 2010, p. 05).

O país produziu em 2010, 195 mil toneladas de resíduos sólidos por dia, um acréscimo de 6,8% em relação a 2009, quando foram geradas 182.728 toneladas (ABRELPE, 2010)⁸⁴. Dos resíduos coletados, 45,1% têm como destino aterros sanitários e 54,9% vão para aterros controlados ou para terrenos a céu aberto (ABRELPE, 2008). Segundo a última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil, dos 5565 municípios, apenas 18% têm programas de coleta seletiva de resíduos (ZANIN & GUTIERREZ, 2010). Entretanto, esses resíduos descartados recicláveis estão sendo cada vez mais utilizados como fonte de trabalho e renda para milhares de pessoas, principalmente para as que se encontram na vulnerabilidade.

A temática dos resíduos sólidos envolvendo aspectos diferenciados no que tange às questões econômicas, sociais, políticas, educação ambiental e de saúde pública é um dos principais problemas enfrentados por uma gestão pública (SILVA, 2006a). A problemática

⁸³ Neste item, não pretendemos aprofundar as questões relacionadas à toda a arquitetura econômica, social e ambiental envolvida na cadeia produtiva da reciclagem, e sim apresentar limites e possibilidades que esta atividade oferece aos trabalhadores/as inseridos/as.

⁸⁴ Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais.

dos resíduos gerados nas indústrias, fábricas, como também oriundos dos diversos processos humanos e do consumo passou a ser considerado alarmante, mediante a situação ambiental atual. Ao encontro dessa complexidade, existem vários grupos de catadores que desenvolvem alternativas de trabalho nas ruas, nos lixões ou mesmo em associações/cooperativas de reciclagem, respondendo, dessa maneira, a falta de empregos, seja reciclando esse material ou fazendo a sua comercialização (SILVA, 2006a).

Com a exclusão do mercado de trabalho e a diminuição dos rendimentos de muitas famílias que se encontram em situação de pobreza, o setor da reciclagem passa a ser um meio de acesso à renda, um trabalho autônomo e precário. Os empreendimentos econômicos solidários de catadores de resíduos sólidos⁸⁵ como cooperativas, por exemplo, estão sendo criados em diversos municípios brasileiros como uma alternativa para a humanização e formalização do trabalho dos catadores junto aos sistemas de coleta de resíduos, nos quais exercem atividades de coleta, triagem, prensagem, beneficiamento e comercialização.

A reciclagem de lixo urbano figura como atividade emergente após movimentos ambientalistas e de preservação ambiental. Este setor está entre uma das áreas do trabalho associado e nos últimos anos vem sendo analisado por uma série de pesquisas. No contexto de formação de cooperativas, Singer (2002, p. 89) comenta sobre algumas características e vantagens que catadores/as podem ter ao escolher organizar desta forma.

(...) a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e desenvolvimento da autoajuda e ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores.

Nasciutti (2001), ao relatar algumas experiências com projetos de ação comunitária na reciclagem de lixo, ressalta que por mais distantes que esta possa parecer estar das ações econômicas, culturais, ambientais que primem pela integralidade do ser humano em sua relação social mais global, o que se pode apreender são elementos ricos em aspectos da cidadania, resgate de autoestima, conscientização e construção de novos sujeitos, a partir da ação coletiva organizada. Ao estudar cooperativas de reciclagem, Vieira (2011) constatou que essas funcionam com trabalhadores sob condições socioeconômicas precárias, visto que são constituídas por trabalhadores marginalizados, desempregados e subempregados. Entretanto,

⁸⁵ Os catadores se dividem em dois tipos: os que catam na rua e os que catam nos lixões ou aterros. Esse último, muitas vezes, é realizado sob condições muito desumanas, uma vez que, faz a coleta em lixões a céu aberto, disputando alimentos com animais e entrando em contato direto com substâncias tóxicas em consequência da inadequação de descarte de alguns resíduos e da decomposição de outros, ao retirar os recicláveis.

essas cooperativas representam significativas experiências para recuperação da dignidade, da solidariedade e da construção de uma nova sociabilidade entre os cooperados (VIEIRA, 2011).

Para Silva (2006b), esses trabalhadores são responsáveis por engendrar uma nova lógica de produção gerando desenvolvimento econômico e sustentável.

Seu trabalho, importante em vários vértices, não só têm impacto direto na coleta seletiva diária do lixo nos grandes centros urbanos e o conseqüente desvio cotidiano dos aterros sanitários, o que prolonga a vida útil dos mesmos, mas também acaba por originar um ciclo que poupa os recursos ambientais, prolongando na reutilização dos materiais recicláveis sua vida útil. Assim o catador, não é apenas aquele trabalhador que tem na catação sua sobrevivência, mas sim um agente ambiental consciente e ativo, que rompendo com o ciclo do desperdício, característico da industrialização cada vez maior, imprime uma nova lógica e um novo modo de pensar a relação com as diversas instâncias de governação, incluindo-se o próprio mercado, pois exige desse o comprometimento e a responsabilidade de reutilização dos resíduos que ele mesmo gerou (2006b, p. 30).

Segundo Calderoni (1998), a formação de associações e cooperativas de catadores consiste numa importante inovação institucional permitindo uma melhoria gradativa nos ganhos desses trabalhadores, em relação ao trabalho de catação nas ruas, tornando-os menos vulneráveis nas negociações com as indústrias e com os intermediários que compram o material reciclável. A formação desses empreendimentos vem sendo incentivada por órgãos de governos (prefeituras), instituições religiosas, ONGs, ITCPs como também por setores privados. Por outro lado, esse trabalho vem sendo realizado de forma amadora e informal. A presença das cooperativas/associações neste processo mostra-se modesta, na maioria das vezes, trata-se de experiências ainda isoladas e pouco consolidadas, fruto da sua própria gestão e infraestrutura precarizadas.

Mesmo que esse ramo de atividade tenha relevância ambiental ao preservar recursos naturais, importância econômica para o processo produtivo e importância social, ao propiciar renda para a população mais carente e excluída da sociedade, apresenta problemas. Na concepção de Freitas (2005), essa atividade compreende dois pólos distintos. Em um lado, as empresas recicladoras que têm lucros exorbitantes e, do outro, os catadores, sem capital, que desenvolvem ações à margem da lei. Para a autora, essa é uma das atividades mais aviltantes e que mais sofrem a exploração da mão-de-obra. Os ganhos advindos da comercialização dos produtos recicláveis são detidos pelas indústrias recicladoras, nesta rede, os catadores situam-se à margem, tanto do ponto de vista econômico quanto social (FREITAS, 2005).

Nessa mesma linha de análise, Conceição (2005) aponta que a reciclagem é a mais pura construção capitalista, que sob o manto da legalidade e, supostamente, da defesa do meio ambiente, alimenta as formas mais predatórias do capitalismo. O uso dos resíduos recicláveis na cadeia produtiva torna-se muito atrativo e vantajoso para o empresário capitalista, pois está em total conformidade com o processo e a meta de reduzir os gastos e aumentar os lucros. Os catadores têm representado, hoje, a base propulsora da indústria da reciclagem (SOUZA, 2005). Esse contingente passa a ser um sujeito ativo no processo de desenvolvimento econômico impulsionando as indústrias através da sua informalidade.

Hoje, o setor industrial é o maior beneficiado da reciclagem do lixo [a rigor reciclagem de resíduos sólidos] promovida pelos catadores e cooperativas de lixo [a rigor cooperativas de materiais recicláveis] no Brasil. É através do sucateiro, seu intermediário e ‘comparsa’ que as indústrias ficam com o maior valor primário extraído dos catadores (CONCEIÇÃO, 2003 p. 41)

De acordo com Carmo (2005), os catadores não possuem conhecimento sobre os aspectos que envolvem toda a arquitetura dessa atividade, desconhecimento que se relaciona ao baixo nível de escolaridade. Muitos desses trabalhadores desempenham suas atividades em condições precárias, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde, além disso, ocorre à ausência total de garantias trabalhistas, sofrem preconceitos, não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente (MEDEIROS & MACÊDO, 2006, p. 66).

É relevante também destacar que, estando em condições de trabalho insalubres, degradantes, horários de trabalho extensos, baixa remuneração, muitos, de acordo com as circunstâncias, recusam propostas de trabalho em outros postos, preferindo permanecer nessa atividade, devido à idade elevada ligada a limitações físicas que impede de exercer outros serviços, além da própria falta de qualificação.

Por outro ângulo, os catadores têm se mobilizado demarcando sua área de atuação, como categoria profissional, oficializada na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações⁸⁶.

⁸⁶ De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, “A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Nessa classificação, os catadores de lixo são registrados pelo número 5192-05 e sua ocupação é descrita como catador de material reciclável. Segundo a descrição sumária de suas atividades na CBO, os catadores “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis” (www.ministeriodotrabalho.gov.br). Segundo estimativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), 90% de tudo que é reciclado vem das mãos dos cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade nas ruas das metrópoles, que atuam diretamente dentro de lixões a céu aberto ou organizados em cooperativas e associações.

Em uma postura mais defensiva, Miura (2004) declara que tornar-se catador é sentido como fonte de decência e modo verdadeiro de obter renda. Trata-se de uma ocupação que faz do excluído, do marginalizado um trabalhador incluído no mundo do trabalho. A possibilidade de organizar os trabalhadores da reciclagem, em empreendimentos solidários, mostra-se importante, pois fortalece e valoriza esse setor. A maioria dos grupos de pessoas que hoje vive ou sobrevive do material reciclado são formados por mulheres. De acordo com o SIES⁸⁷, na área da reciclagem, o total geral dos participantes é de 55% de mulheres e 45% de homens (WIRTH, 2010).

Utilizando dados do SIES⁸⁸, Lima, Araújo & Rodrigues (2011) investigaram uma amostra de 365 experiências de EES na área da reciclagem, nesse universo averiguaram 5169 homens e 5840 mulheres participantes. A maioria desses grupos surgiu a partir do ano de 2000, expandindo no período de 2003 a 2007 e no geral possuem em média 20 sócios/as. O estudo mostrou que esses estão ligados com a precariedade social no que se refere ao espaço próprio de comercialização, à remuneração, a baixa qualificação/escolaridade e dependência quanto à organização e manutenção de apoio vindo de ONGs e prefeituras. Também foi constatado que metade deles não possui sede própria ou alugada, ocupando espaços cedidos ou emprestados, sendo o rendimento médio mensal da maioria dos/as sócios/as abaixo do salário mínimo, além das dificuldades de se manterem autonomamente e da ausência de proteção trabalhista.

Na atualidade, observa-se a existência de uma série de estudos empíricos sobre cooperativas de reciclagem com objetivos diversificados. No entanto, analisado precisamente as mulheres ou mesmo as relações de gênero/sexo nesses espaços, as pesquisas são restritas⁸⁹.

⁸⁷ Utilizando-se dos dados do SIES/CNAE sobre as quatro principais áreas que concentram a maior participação das mulheres nos EES do país, Wirth (2010) constatou que 36,1% delas estão na agricultura, pecuária e serviços relacionados (*sendo 66% Homens e 34% Mulheres*), 19,6% na fabricação de produtos têxteis (*15% H - 85% M*), 7,3% na fabricação de produtos alimentícios e bebidas (*52% H - 48% M*) e 5,2% na confecção de artigos do vestuário e acessórios (*17% H - 83% M*). Na área da reciclagem a participação feminina é de 2,6%. Nessas ocupações, as mulheres, em sua maioria, predominam na fabricação de produtos têxteis, na produção de alimentos e bebidas e na costura, atividades essas relacionadas ao universo do fazer feminino, evidenciando a divisão sexual do trabalho dentro do movimento da economia solidária (WIRTH, 2010).

⁸⁸ Dos 21.859 empreendimentos econômicos solidários identificados, aproximadamente 500 (mais de 13 mil catadores organizados nesses empreendimentos), são de serviços de coleta e triagem de resíduos.

⁸⁹ Na perspectiva das relações de gênero no setor da reciclagem, as dissertações de Costa (2007) e Wirth (2010) mostram relevantes contribuições para esta temática. Costa analisou as trajetórias e a inserção de trabalhadores/as em dois EES do setor da reciclagem, situados em Belo-Horizonte/MG. A autora constatou que ocorreu limites de renda e benefícios trabalhistas, além da presença da divisão sexual das tarefas e de conflitos entre os/as trabalhadores/as. Por outro lado, esses espaços tornaram-se solos férteis para o exercício de relações mais democráticas e a conquista de autonomia para as mulheres. Costa concluiu que a inserção das mulheres, por meio do trabalho cooperativo, proporcionou sociabilidade e pertencimento. Na pesquisa de Wirth, com um viés mais crítico, a autora analisou duas cooperativas populares de triagem de resíduos sólidos, de Campinas-SP, observando o processo produtivo, a divisão sexual do trabalho, a gestão do empreendimento e a incubação.

Analisar as mulheres nessa ocupação é relevante para a compreensão da condição do trabalho que elas exercem e o impacto que ele pode provocar em suas vidas. Selecionamos uma cooperativa de reciclagem na região norte mineira constituída em sua maioria por mulheres. A cooperativa é organizada comparando com outros empreendimentos da região na área da reciclagem. Diferente dos grupos informais, que exploramos ligados à área de alimentação, apresenta uma realidade mais distinta e complexa, possuindo uma quantidade maior de trabalhadoras, de uma infraestrutura estável, assim como maior renda e tempo no mercado.

3.5.5 COOPRARTE

A “COOPRARTE” (Cooperativa de Produção Artesanal Ltda.) foi fundada em maio de 2001 na cidade Pirapora/MG. O seu surgimento deu-se através de uma proposta da prefeitura na qual se buscava soluções em relação ao volume de lixo reciclável que diariamente estava sendo depositado no aterro sanitário da cidade, como também na possibilidade de retirar desse aterro catadores/as que viviam em sua margem, sem infraestrutura, sem segurança, a mercê de contaminações por doenças ou mesmo de acidentes. Nesse sentido, o acirramento das questões ambientais fomentou o surgimento de uma preocupação em gerar renda e criar uma alternativa de trabalho sustentável beneficiando a cidade, moradores e principalmente os/as catadores/as.

Nessas condições, a cooperativa possibilitaria a comercialização de produtos recicláveis com um grau de maior organização, segurança e contribuiria para a satisfação das necessidades sociais e econômicas dos/as cooperados/as, além da disseminação da ideia de responsabilidade ambiental à população local, por meio de ações sociais concretas. A COOPRARTE surgiu há 11 anos, no entanto sua constituição jurídica formal foi consolidada apenas em outubro de 2004. Atualmente é composta por 35 cooperados, sendo 25 mulheres e 10 homens e o trabalho vai desde a produção de vassouras de garrafa Pet, artesanatos, além da coleta, triagem, prensagem, até a comercialização de materiais recicláveis: plásticos, sacolas, papeis, papelão, garrafas Pet, etc.

No decorrer de sua estabilidade, a cooperativa conseguiu fazer grandes parcerias, dentre elas: o Projeto Agente Jovem (programa social da prefeitura): que na apresentação de

Wirth percebeu uma nítida divisão dos sexos nas tarefas, a precariedade e a subordinação destes grupos diante das grandes empresas de reciclagem. Em relação às mulheres entrevistadas, a pesquisadora percebeu sentido contraditório do trabalho associado, significando por um lado, uma melhor possibilidade de articulação entre as atividades produtivas e reprodutivas e por outro, essa flexibilidade relacionada com a exploração.

peças teatrais incentivou as pessoas da cidade a estarem reciclando e ajudando a cooperativa; o SESI⁹⁰ Minas: com o fornecimento de matérias primas; a Coopercred⁹¹ e o SEBRAE⁹²: com o financiamento da logomarca, capacitação e gerenciamento e a Minas Ligas⁹³ e a Cedronorte⁹⁴: com o fornecimento de matéria prima, compra da produção e financiamento dos uniformes. Além dos apoios mencionados, também recebeu auxílio de fábricas, escolas, bancos locais e o apoio do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA, do Centro Mineiro de Referência em Resíduos. Atualmente é assessorada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Pirapora e pela ITCP/UNIMONTES.

A principal conquista da cooperativa foi um recurso do Governo Federal, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁹⁵, que financiou a compra de todo o maquinário necessário fazendo com que o grupo se estruturasse. A estrutura física da cooperativa divide-se em *dois módulos*, um destes situa-se em um galpão localizado no bairro Nossa Senhora Aparecida, nele fica a diretoria do grupo. Já o módulo 2 está localizado no bairro Cidade Jardim⁹⁶. Trata-se de um espaço grande, cercado, composto por um escritório e por um galpão coberto destinado à triagem. Nesse módulo está a grande maioria dos cooperados (mulheres principalmente) e destina-se a todo o processo de triagem, prensagem e comercialização dos materiais recicláveis.

3.5.5.1 Divisão sexual das tarefas, conflitos e dificuldades na gestão

O módulo 1 é utilizado para fabricação de vassouras ecológicas de garrafas Pet e do artesanato⁹⁷ que é feito em cano PVC e em madeira. Neste espaço ficam a presidente e a tesoureira da cooperativa, as líderes do grupo. Acompanham, direcionam, prestam contas e

⁹⁰ Serviço Social da Indústria.

⁹¹ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo.

⁹² Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

⁹³ Companhia Ferroligas de Minas Gerais.

⁹⁴ Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Pirapora/MG.

⁹⁵ A liberação da verba no valor de R\$ 100.000,00 viabilizou a construção de dois galpões necessários para a manutenção e ampliação das atividades como também permitiu a aquisição de um computador, de uma prensa, de uma esteira, de um caminhão (para realização da coleta seletiva) e de uma caminhonete (furgão) para atender as demais necessidades diárias da cooperativa. No início de sua existência, não foram todos/as os/as catadores/as que migraram para ela, até antes do começo, trabalhavam no lixão em condições totalmente desumanas e degradantes, a maioria desconhecia a organização ou mesmo o processo de um trabalho em cooperativa. Nesses 11 anos de existência, uma parte desses/as catadores/as conseguiu permanecer.

⁹⁶ O bairro é constituído por muitas famílias que se encontram na linha da pobreza e apresenta altos índices de criminalidade.

⁹⁷ Pranchetas, porta papel, luminária, filtro, assessórios de cozinha (tábua de carne, forma de queijo, coadores, peneiras, copos de medida, escorredor, funil, vasilhas, peneiras e conchas) e brinquedos pedagógicos. A cooperativa também produz e comercializa produtos artesanais derivados dos materiais recicláveis.

assessoram todos/as cooperados/as. Além do trabalho relacionado à gestão administrativa, são responsáveis também pela produção e comercialização das vassouras e do artesanato. Este módulo é a sede⁹⁸ da cooperativa, o ambiente mostra-se bem organizado. Trata-se de um galpão grande, além de duas salas (escritório e cozinha), com a presença das máquinas⁹⁹ que são utilizadas para o preparo desses materiais.

O local não é muito movimentado pelos/as cooperados/as, apenas essas duas trabalhadoras que atuam neste setor. O trabalho executado por elas é manual, calculado e seguro, não apresenta risco de acidentes. O espaço é todo coberto, não há nenhum material utilizado que gera contaminação ou causa algum problema de saúde, alergia etc. As mesmas já foram qualificadas e possuem a prática nesse serviço.

A jornada de trabalho que realizam é das 8h:00 às 17h:00 - segunda a sexta e no sábado até às 11h:00. São moradoras do próprio bairro e as mais escolarizadas do grupo, possuem o ensino médio completo. As duas cooperadas fazem por igual o que fabricam, dentre eles, o que é mais vendido são as vassouras ecológicas, principalmente a órgãos municipais como a secretaria de limpeza urbana, creches e escolas, além dos moradores. De maneira geral, ficam mais submetidas ao isolamento, pois não participam da convivência diária com os/as outros/as cooperados/as, isso devido ao próprio espaço ser construído para o exercício desse trabalho, sendo elas as únicas que o exercem.

Além do trabalho que realizam, são as que mais têm acesso às entidades de apoio (prefeitura, ITCP e BNDES), pois respondem diretamente pela cooperativa. No que diz respeito às sobras nesse módulo, não são significativas, a retirada mensal constitui-se apenas em 2% de toda a receita¹⁰⁰ adquirida da cooperativa.

Os/as cooperados/as do módulo 2 fazem o expediente de trabalho de segunda a sexta das 7h:00 às 17h:00 com um intervalo de duas horas de almoço e no sábado trabalham até 11h:00. O trabalho é calculado por produção estendendo quando necessário a jornada acima de oito horas. O trabalho é dividido de acordo com o sexo do trabalhador. No caso dos homens, a maioria está no caminhão percorrendo a cidade fazendo a coleta. São responsáveis por, diariamente, recolher o material que foi separado pelos moradores, pelas fábricas e pelo comércio.

⁹⁸ Apresenta uma entrada bem decorada, com pinturas relacionadas à reciclagem e uma visível placa apontando o nome da cooperativa.

⁹⁹ São utilizadas duas máquinas, uma de corte que fatia as garrafas Pet e outra que fura e corta a madeira e PVC.

¹⁰⁰ O que leva a esse baixo valor na comercialização destas vassouras se deve à concorrência de alguns comerciantes da cidade e aos próprios trabalhadores de fundo de quintal, que, informalmente, também realizam esta atividade.

São poucos os homens que conseguem adaptar-se a essa atividade, como a grande maioria dos/as cooperados/as é do próprio bairro e sendo o mesmo muito estigmatizado diante da cidade, isso impede que homens de outras adjacências tenham interesse em participar da cooperativa, além da mesma oferecer uma baixa renda. Quando algum deles adoecer ou encontra empecilhos que impedem de trabalhar no dia, são as mulheres que os substituem.

Os homens não utilizavam uniformes, faziam uso de bonés e luvas. Havia dias da semana que trabalhavam na parte da manhã e retornavam a noite. No geral, são os que mais passam pelo processo de rotatividade¹⁰¹. Em épocas de crises, é comum procurarem outros serviços. Os homens que ficam internos no módulo 2, geralmente dois a três, são responsáveis pela triagem. Possuem uma média de 50 anos de idade e chegam até ser afastados (licença) às vezes por problemas de saúde. Devido a isso, não realizam o serviço de coleta nas ruas. As mulheres de modo geral realizavam o trabalho interno de separação manual como garrafa Pet verde da branca, plástico mole do duro, sacolas brancas das coloridas, o papelão duro dos jornais e cadernos, latinhas de outros alumínios etc. Faziam a triagem, a prensagem e o armazenamento para posteriormente venderem o material reciclado.

O trabalho das mulheres exige a capacidade de identificar materiais e de separá-los, o que de fato é uma ação simples. Todavia, a forma, em princípio, de tocar nesses materiais mostra um valor negativo que é característico desse trabalho, até na época dessa observação, muitas não usavam luvas, botas, máscaras ou mesmo uniformes, e de fato corriam risco de serem contaminadas por doenças ou acidentadas por materiais cortantes. A cooperativa não tinha disponibilizado recursos para a compra desses equipamentos, após reuniões e orientações vindas da prefeitura, providenciou. Mesmo que a cidade facilite o trabalho da cooperativa enviando materiais destinados à reciclagem, ainda assim é possível encontrar lixo orgânico misturado.

Submetidas ao processo de exclusão e pobreza, essas trabalhadoras sujeitam-se a essa atividade, por meio do produto da insalubre e penosa condição de trabalho. Todas as ações desenvolvidas na reciclagem estão marcadas pelo alto grau de precariedade, o que de fato atinge de modo mais acentuado às mulheres envolvidas. A triagem com a separação manual de resíduos sólidos demonstra o quanto essas trabalhadoras estão mais vulneráveis nessa cadeia em relação aos homens que, diretamente, não correm os mesmos riscos mencionados.

¹⁰¹ A cooperativa convive com baixa rotatividade de sócios. O processo de filiação de novos cooperados é feito pela direção que explica o funcionamento da cooperativa. Todos os interessados são aceitos, não havendo um processo de seleção. Por outro lado, a existência variável de membros que entram e saem demonstra que a cooperativa não tem sido capaz de manter por muito tempo aqueles que chegaram depois de sua fundação.

A cooperativa é regida/gerida pelas mulheres, são as que tomam as decisões e buscam assessoria técnica. Ainda que nesse grupo tenham ocorrido alguns avanços como a legalização da atividade, a previdência, a aquisição dos equipamentos e a consolidação da infraestrutura, o trabalho não deixa de ser complexo, precário e degradante. Referente a essas questões, a convivência diária entre as sócias do grupo passava, em alguns momentos, por vários atritos. Um dos motivos deve-se à diversidade que se destaca entre elas, possuindo, as quais, trajetórias diferenciadas. Encontram-se evangélicas, católicas, viúvas, senhoras/idosas, jovens, muitas já foram trabalhadoras domésticas, algumas trabalhadoras rurais, outras foram ambulantes, faxineiras, cozinheiras, algumas já tiveram trabalho com carteira assinada, outras trabalhavam no lixão.

Desse modo são vários perfis, várias situações e experiências vivenciadas, além disso, nesse meio, existem mulheres independentes sem filhos, outras são mães solteiras. Há casos de mulheres que o marido/companheiro apresenta problemas de alcoolismo, já outras têm filhos presidiários etc. A própria trajetória de cada uma, em certa medida, dificulta um relacionamento harmonioso como também a própria dureza e o cansaço do trabalho influenciam nessa direção.

As mulheres eram as que mais reclamavam, as que mais se queixavam sobre as condições do trabalho. Os conflitos que às vezes ocorriam partiam das próprias condições que essa atividade oferece ao afetar o aspecto físico das cooperadas. Como foi discutido por Medeiros & Macêdo (2006), o desenvolvimento da atividade da reciclagem ocorre em condições inadequadas, com alto grau de insalubridade, riscos, desgaste e ausência de proteção trabalhista. Devido a todo um processo de divisão sexual do trabalho ou mesmo do estabelecimento de funções próprias ao sexo feminino, ocorre uma intensificação das dificuldades no exercício da reciclagem para as mulheres (SOBRAL, SANTIAGO & COSTA, 2009).

Outro questionamento que apareceu no grupo diz respeito à renda. As mulheres alegaram trabalhar muito por uma baixa remuneração, somando também com a ausência da carteira assinada e outros benefícios. Do recurso total que a cooperativa dispõe no final do mês, 31% dele vai para o pagamento da previdência. Um dos motivos relacionados à baixa renda está condicionado ao alto desconto do INSS. Observamos que isso se tornava a principal base de conflito no grupo. Caso a contribuição para a previdência fosse menor, conseguiriam receber até um salário mínimo líquido.

O grupo apresentava problemas em relação à organização do trabalho. Os/as sócios/as precisavam de orientação para resolver os problemas que ocorriam diariamente, era a

presidente da cooperativa que fazia esse papel. Os membros, no geral, enxergavam a presidente como a patroa, a dona da cooperativa. Todo tipo de problema e/ou dificuldade que ocorria nesse meio, sempre recorriam a ela. Uma parte das cooperadas não se sentia dona do empreendimento como um negócio próprio. Por não terem experiência prática de trabalho em grupo, nesse caso, não sabiam ser independentes para resolver os problemas do cotidiano. Preferiam ainda receber o comando, demonstrando obediência e assim tendo menos responsabilidades.

Foi possível também observar que alguns/as cooperados/as em certas situações desrespeitavam a divisão das tarefas assumindo uma postura individualista, em detrimento do trabalho coletivo. Essas atitudes são decorrentes do desrespeito ao cumprimento de tarefas e da postura pessoal. A falta de união do grupo nessas situações ou a união apenas em momentos pontuais mostra a fragilidade da cooperativa em relação à gestão. Este problema é reflexo da incompreensão de alguns membros frente à responsabilidade de suas obrigações. A falta de entendimento do que é uma cooperativa, dos princípios que a regem e do que significa fazia com que às vezes os/as integrantes tivessem entendimentos e posicionamentos divergentes entre si. A eficácia da atividade solidária está condicionada às pessoas que a integram e de como são estabelecidas as relações entre elas.

Arruda (2003), Gaiger & Laville (2009), Singer (2002), Arroyo & Schuch (2006), Culti (2004), Reis (2005), Costa (2007) e França Filho (2009) demonstram que existem vantagens positivas do agir coletivo a partir do momento que os/as trabalhadores/as estimulam a participação, a cooperação, a ajuda mútua ou mesmo o comprometimento nos processos decisórios da organização. Na prática, percebemos que esse procedimento na cooperativa permanecia frágil.

Como discutido no capítulo anterior, entre as várias dificuldades enfrentadas pela economia solidária, uma delas refere-se à ausência/falta de afinidade com os princípios que regem essa organização. A inserção de muitos/as trabalhadores/as se dá pela situação circunstancial da pobreza, da exclusão, do desemprego e não, concretamente, pela ideologia do movimento. “O indivíduo ainda não está preparado para romper com a cristalização e com a naturalização de lugares no mercado de trabalho em direção a novas relações psicossociais, tanto com o outro quanto com o coletivo” – exemplo do trabalho em cooperativas (NASCIUTTI, 2003, p. 08).

Os/as trabalhadores/as desconhecem o trabalho autogestionário, e por isso podem apresentar dificuldades na prática cotidiana (NASCIUTTI, 2003). As dificuldades enfrentadas pelo grupo referem-se ao desgaste físico, ao baixo rendimento, aos relacionamentos

interpessoais, além da falta de informação de conhecimentos de uma parte dos/as sócios/as sobre o trabalho cooperativo.

3.5.5.2 Comercialização, renda e despesas

A comercialização executada pela cooperativa divide-se entre duas categorias de produtos: uma é na venda das vassouras ecológicas e do artesanato, e a outra, a dos materiais recicláveis. De acordo com as variações dos preços dos produtos e da quantidade vendida, o faturamento mensal do grupo variava acima de R\$ 10.000,00. A renda das mulheres ficava inferior a um salário mínimo, circulando entre R\$ 250,00 e R\$ 450,00 líquidos. Os homens recebiam mais, uma média de R\$ 500,00. Por motivos pessoais, algumas sócias ficavam ausentes, outras trabalhavam de forma parcial e de fato obtinham uma renda menor, uma vez que a renda era calculada pelas horas de trabalho. As que eram presentes e atuantes conseguiam receber um valor semelhante ao dos homens.

As cooperadas pegavam muito vale de dinheiro antecipado, o que implicava no desconto do pagamento no final do mês. Parte delas não conseguia administrar suas finanças pessoais e sempre buscava antecipar a renda para arcar com despesas como gás, luz, água e alimentação.

A empresa¹⁰² responsável pela compra dos materiais localiza-se em Belo-Horizonte/MG e atua como atravessadora. A cooperativa não tinha condições diretas para vender seus produtos para as grandes indústrias de reciclagem. Desde o início de sua formação, comercializa para essa empresa. Mensalmente eram transportadas três cargas de materiais¹⁰³. O material que mais se encontrava para ser comercializado era o papelão, porém seu preço era bem inferior em relação aos outros produtos reduzindo os ganhos do grupo.

Segundo Gonçalves (2011), a proposta de organização coletiva, a partir de associações e cooperativas, aparece como elemento de reorganização do trabalho no circuito econômico

¹⁰² Comércio de Resíduos Bandeirantes. Trata-se de empresa que atua no comércio de materiais recicláveis originados do descarte de aparas (sobras) e embalagens de papelão e plásticos no Estado de Minas Gerais. Compra de gráficas, editoras, bancos, jornais, supermercados, atacadistas, empresas e de outras cooperativas e associações de catadores produtos recicláveis para posteriormente serem vendidos as grandes indústrias. A empresa não especifica o produto que deseja comprar e nem a quantidade. A COOPRARTE mandava sempre os produtos que possuía no momento.

¹⁰³ Em cada carga iam 56 fardos, o valor de cada carga variava entre R\$ 3.500,00 a R\$ 4.500,00, isso dependendo da época e do material que a cooperativa mais dispunha no momento para ser vendido. A garrafa Pet, por exemplo, é a que tem o maior valor entre os materiais comercializados chegando a R\$ 1.80,00 (um real e oitenta centavos o quilo), mas geralmente é o produto que mais está em falta no mercado. Nestas vendas, a maior parte da carga da cooperativa era feita por fardos de papelão chegando em média entre R\$ 3.000,00 a R\$ 3.800,00 em cada transporte.

beneficiando a inserção dos catadores. Em tese, esse procedimento permitiria avanços, sobretudo nas condições de trabalho e nos rendimentos obtidos com a comercialização dos recicláveis, à medida que mudaria a relação do grupo com os compradores em geral, nesse caso os atravessadores, o que segundo o autor nem sempre ocorre.

A atuação dos atravessadores (ou sucateiros) complementa o processo de maneira desigual na cadeia produtiva da reciclagem. Como especuladores compram os materiais virgens já prensados e separados das cooperativas para vendê-los em melhores condições às indústrias.

No que diz respeito a captura dos dividendos gerados no circuito econômico que envolve a reciclagem, em grande parte, ela é realizada pelos atravessadores, pequenos e médios compradores e pelos diferentes segmentos industriais ligados à reciclagem, que dependendo do setor podem monopolizá-lo, controlando os preços, acumulando em épocas de expansão econômica e socializando os prejuízos com os catadores em períodos de menor atividade na economia (GONÇALVES, 2011, p. 23).

A cooperativa alugava um caminhão com motorista para o transporte desses produtos a essa empresa. Eram transportados fardos de papelão, plásticos, garrafa Pet, papéis coloridos entre outros. Do faturamento mensal adquirido pelo grupo, 31% vai para o INSS e o restante é utilizado nas despesas ocorridas como: conserto de equipamentos¹⁰⁴, folha de pagamento dos/as cooperados/as, IPVA dos veículos, guarda noturno¹⁰⁵, contador¹⁰⁶ e os materiais para a fabricação das vassouras e do artesanato.

3.5.5.3 A dependência de assessoria para manter-se no mercado

Outra questão que atinge o empreendimento é a dependência em relação à prefeitura¹⁰⁷, tendo em vista que ela doou o local de funcionamento e arca com as despesas de água, energia elétrica, além de ter cedido um motorista e arcar com o combustível de dois veículos. A COOPRARTE possui um caminhão próprio que é utilizado para a coleta

¹⁰⁴ A maior e mais frequente despesa está com a prensa, em alguns momentos quebrava e atrasava o serviço. Cada conserto chegava a custar R\$ 1.300,00.

¹⁰⁵ Pago pela cooperativa no valor de um salário mínimo para vigiar esse módulo, isso devido está inserida no bairro que é caracterizado por altos índices de furtos e criminalidade.

¹⁰⁶ A cooperativa paga R\$ 250,00 ao contador pela assessoria contábil. O mesmo faz a folha de pagamento e a regularização de licenças/afastamento e previdência.

¹⁰⁷ É relevante destacar que de acordo com a Constituição Federal, fica a cargo dos municípios, legislar sobre assuntos de interesse local e de organização dos serviços públicos. Assim, a gestão da limpeza urbana e dos resíduos sólidos gerados em seu território, inclusive os provenientes dos estabelecimentos de serviços de saúde, é de responsabilidade dos municípios (IBGE, 2010). Este apoio foi fundamental para o desenvolvimento das atividades da cooperativa, uma vez que a Prefeitura assessora e repassa recursos para a mesma.

financiado pelo BNDES. O motorista é cedido pela prefeitura e a mesma arca com o combustível. O grupo também possui um veículo utilizado para transporte dos membros e para a locomoção da liderança nas questões administrativas, o motorista é um cooperado e a prefeitura paga o combustível.

Há também outro caminhão utilizado para a coleta que é alugado e pago pela cooperativa, nesse caso, o grupo possui um contrato com a prefeitura pelo serviço prestado na coleta seletiva nas ruas. O valor pago por esse contrato é de R\$ 5.000,00. Com esse dinheiro paga o aluguel do caminhão, incluindo o motorista e o combustível. É necessário ter esse outro caminhão devido à alta demanda de materiais produzidos pela cidade. A cooperativa é muito dependente do governo municipal e necessita de verbas para quitar uma parte de suas despesas por sua retirada mensal ainda ser insuficiente. Não possuía recursos para tornar-se independente e a comercialização dos produtos encontrava-se em expansão.

Mesmo com investimentos públicos como: a doação de verbas para a aquisição dos equipamentos, a compra dos veículos, a construção de dois módulos, além da participação da população, dos comércios, das fábricas que separam e fornecem os materiais recicláveis e da própria assistência financeira municipal, ainda assim o grupo não conseguiu se manter autonomamente.

A partir das informações levantadas pelo SIES, os EES de reciclagem ainda são muito dependentes dos apoios recebidos, a maioria dos locais de funcionamento são cedidos ou emprestados e enfrentam dificuldades em relação à comercialização (LIMA, ARAÚJO & RODRIGUES, 2011; ZANIN & GUTIERREZ, 2011). Isso significa que continuam em uma situação desfavorecedora para conquistar a autonomia, sendo necessário que os órgãos de assessoramento arquem com uma parcela das despesas para que permaneçam no mercado.

3.5.5.4 A visibilidade diante da cidade

A cooperativa é conhecida, foi feita divulgação sobre o trabalho da reciclagem. Foram realizadas palestras nas escolas dos bairros coordenadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, houve divulgação nas emissoras de rádio, ocorreu orientação da população havendo feitas visitas a 500 residências de porta em porta onde os moradores foram orientados sobre a pré-coleta seletiva. Nessas visitas aos moradores, de acordo com as informações da prefeitura, os/as cooperados/as focaram na sensibilização e conscientização da população em separar os materiais recicláveis, como também ocorreu distribuição de cartilhas e materiais educativos, além de promoção de gincanas e passeatas ecológicas.

Por ser a única responsável por exercer essa atividade, a COOPRARTE, segundo dados da prefeitura, retira 30 mil toneladas de material reciclado mensal. Isso tem trazido uma melhoria substancial nas condições de limpeza urbana. A quantidade de produtos recicláveis é alta nessa localidade, a cooperativa em alguns momentos não dava conta de acompanhar a alta demanda que a cidade produzia. A coleta seletiva atinge 100% da cidade.

3.5.5.5 Discutindo a organização da cooperativa a partir da observação

A atividade dos/as catadores/as na reciclagem sempre foi marcada pela instabilidade, insegurança e desproteção. Na ponta da cadeia, a catação é realizada por uma população extremamente carente, pobre, inserida em processos informais, exteriormente aos mecanismos do direito e da proteção social do trabalhador. Por mais que a categoria profissional dos trabalhadores de catação seja oficializada, ainda se mostra vulnerável socialmente, pouco organizada, além da dependência de órgãos de fomento e/ou das políticas assistenciais. Isso vai de encontro com a cooperativa pesquisada.

Em relação à COOPRARTE, a entrada desses/as trabalhadoras/as deu-se pela busca e tentativa da sustentação econômica, por trabalho e renda. No caso das mulheres, a maioria apresenta baixa escolaridade, algumas semi-analfabetas, seus históricos de vida são marcados pela pobreza e exclusão. Além do Bolsa Família, que algumas delas recebem, a renda adquirida provém da cooperativa. Ao observar o cotidiano, percebemos a dificuldade de organizar coletivamente a gestão do grupo.

Uma parte dos/as sócios/as ainda não se apropriou de toda a organização do trabalho. Avaliamos que este processo ainda requer tempo e reflexão. Nas reuniões internas, por exemplo, geralmente, feitas no final do mês, os/as cooperados/as não colocavam as dificuldades e quase não davam suas opiniões. Quem transmitia a pauta eram as líderes, que acompanham e assessoram o andamento do grupo. Por serem mais escolarizadas e gostarem de participar da gestão, os/as cooperados entregavam as responsabilidades a elas, ficando-as em alguns momentos sobrecarregadas.

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral, não é a direção da cooperativa que sonha informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles. (SINGER, 2002, p. 19)

Nessas reuniões tudo o que era colocado de imediato todos/as aceitavam. A cada encontro eram discutidos os problemas da organização do trabalho, as informações sobre a

parceria com a prefeitura /ITCP, a prestação de contas como as possibilidades de atuação para melhorar o trabalho e a renda da cooperativa. Porém, nem sempre o que se decidia no coletivo se cumpria e muitas vezes os/as integrantes precisavam de orientação das líderes para executar as tarefas. A maioria dos membros ainda não possui uma formação consolidada em economia solidária, a experiência da incubação desenvolvida pela ITCP mostra-se incipiente.

A novidade do funcionamento autogerido e a forma como a cooperativa se organiza, levam muitos/as a se colocarem mais na posição de empregados/as em vez de posicionarem-se como sócios/as, donos/as, do empreendimento. As líderes estão diariamente no módulo 1, onde são as responsáveis pela fabricação das vassouras e do artesanato e muitas vezes não há possibilidade de estarem presentes no setor da reciclagem, onde os/as cooperados/as necessitam de instruções. A presidente era a que mais atuava na parte decisória, representava o grupo nas feiras, era a que mais fazia cursos/oficinas e a que mais viajava para receber treinamentos, sendo, portanto mais informada e politicamente atuante.

Percebemos em alguns momentos que a gestão coletiva não era vista como responsabilidade de todos/as no que diz respeito à tomada de decisões e as tarefas administrativas. A ideia da necessidade de um patrão, de um chefe que controle o conjunto delegando tarefas, mostra-se mais presente na organização da cooperativa do que a participação conjunta. Problemas relacionados a consertos dos equipamentos e dos veículos, pagamento dos/as cooperados/as, do contador, dos impostos (IPVA dos veículos), prestação de contas (tudo o que a cooperativa vendia e comprava), licença e/ou tratamento de saúde dos que estavam adoentados como a mobilização na separação do rejeito (parte do material que não pode ser reutilizado), não eram compartilhados por todos os membros, restringindo-se em maior parte às líderes e algumas cooperadas. Uma das razões que beneficia a sobrevivência do grupo está no fato de existir um pequeno número estável/comprometido de sócias que são capazes de administrar o negócio.

Vale lembrar que esses/as trabalhadores/as, conforme suas trajetórias de vida e perfil, nunca tiveram experiências de trabalho em grupo, inseridos/as em atividades de forma autônoma e individualizada. Esse fato demonstra que ainda não foi possível fortalecer a cooperativa como lugar efetivo de gestão coletiva. Consideramos, ainda, que são grandes as dificuldades para atender satisfatoriamente a auto-organização das atividades solidárias, visto que na prática o modelo está em construção, sendo, portanto, necessária uma ampla formação política e ideológica dos/as sócios/as participantes. A montagem do grupo não conseguiu estabelecer uma organização horizontalizada, no qual o poder estaria distribuído entre

todos/as, em que as ações de decisão e de ordem administrativa seriam executadas em conjunto.

Além disso, a cooperativa encontrava dificuldade na comercialização de seus produtos. São vários os fatores, entre eles: o baixo preço, pois o material mais barato (papelão) era o mais comercializado; dependência em relação aos atravessadores, dificuldade em vender diretamente às indústrias; de inserir-se no mercado integrado da reciclagem, além da falta de capital de giro. O empreendimento encontra-se em um estágio embrionário, apresenta uma infraestrutura ainda pequena com baixa produção de materiais para serem comercializados - o que inibe a viabilidade econômica e mantém a dependência financeira da prefeitura.

Esses são problemas, deficiências que perpassam todo o universo organizacional da maioria das cooperativas de reciclagem, segundo o levantamento do SIES (ZANIN & GUTIERREZ, 2011). O gerenciamento da COOPRARTE é feito pela diretoria diretamente, a prefeitura e a ITCP não se envolvem na administração, apenas acompanham o andamento, dando o suporte na coleta de informações sobre a comercialização dos resíduos e informando aos membros modelos sobre o procedimento de um trabalho cooperativo.

Observa-se que as mulheres destacam-se em termos numéricos na composição substancial do grupo. Além de estarem nas funções da divisão do trabalho no módulo 2, também participam no cargo de liderança/direção. Essa maioria absoluta de trabalhadoras coloca em discussão questões de gênero em torno da divisão sexual do trabalho. Como discutimos no primeiro capítulo, as relações de gênero são construídas sócio-historicamente a partir das diferenças sexuais, e marcadas por relações de poder do masculino sobre o feminino (SORJ, 1992; SCOTT, 1990).

Essa diferenciação de gênero se processa em vários espaços, entre eles, o mercado de trabalho, diferenciando e determinando as funções consideradas adequadas a cada gênero. Pensar no papel exercido pelas mulheres e pelos homens no interior da COOPRARTE coloca - em evidência - a prática da divisão sexual do trabalho. Esse procedimento mostra que as relações de trabalho entre trabalhadores/as na sociedade são desenvolvidas culturalmente a partir de papéis sociais pré-definidos.

Recorrendo ao que foi explicitado por Kergoat (2003), essa divisão baseia-se em princípios norteadores de “separação” e de “hierarquização”. Eles podem ser permeados por grande plasticidade e assumir diferentes configurações. Esse processo baseia-se na construção sócio-histórica que atravessa todo o universo social no qual podemos visualizá-lo dentro das próprias iniciativas solidárias. A divisão do trabalho na cooperativa desenvolve-se e se

mantém a partir da alegação da existência de habilidades e conhecimentos específicos determinados pelo sexo do trabalhador.

Aos homens destinam-se o trabalho da coleta e do carregamento do caminhão para o transporte dos fardos. Essa função exige resistência e rapidez. Costumam ficar com as atividades que diretamente requerem maior força física. Por serem chefes de família, além da alta demanda de materiais que a cooperativa precisa recolher na cidade, trabalham mais e recebem a mais por isso. A divisão das tarefas entre homens e mulheres sempre fez parte da COOPRARTE, segundo o apontamento da presidente. Raras vezes presenciamos readaptação/alterações nessas divisões, a não ser quando um homem da coleta ficava impedido de trabalhar e uma cooperada o substituíu.

Os homens, com exceção dos que já trabalham na triagem devido a problemas de saúde relacionados à idade, muito raramente participavam das atividades de triagem e prensagem, mesmo que o volume justificasse o empenho de todo o grupo, tampouco na gestão. Em uma conversa informal, um cooperado manifestou que o trabalho da triagem deve ser realizado pelas mulheres. O percurso dos caminhões da coleta no geral inclui materiais que envolvem grande peso, isso confirma a presença masculina nesse setor e justifica a divisão sexual do trabalho. Segundo a fala de duas cooperadas, fica incompatível para os homens desempenharem o trabalho realizado por elas, caso fizessem, o serviço da coleta na cidade pararia, pois fisicamente estariam impossibilitadas de trabalhar nesse setor.

As mulheres, em sua maioria, estavam no trabalho mais minucioso no qual era necessário separar os mais diversos tipos de materiais. O coletivo feminino dividia-se em quatro funções: aquelas que separavam o material que chega da coleta; aquelas que levavam o material separado da triagem para prensa (através dos bags); outras que prensavam o material e o armazenava para a comercialização e; por fim, aquelas ligadas à diretoria realizando funções administrativo-financeiras, bem como responsáveis pelos artesanatos/vassouras.

Observamos que o desenvolvimento dessa atividade realizada pela divisão entre os sexos é marcado por ações vulneráveis atingindo, sobretudo, a maioria das trabalhadoras¹⁰⁸. Essas estão em contato com o lixo (nem sempre usam equipamento de proteção), correm risco de adquirir doenças, risco de sofrer acidentes por materiais cortantes, além de estarem mais expostas ao mau cheiro e aos gases tóxicos vindos dos materiais.

¹⁰⁸ Os homens da coleta não corriam os mesmos riscos que as mulheres em relação à contaminação ou acidentes diante dos materiais recicláveis. Os materiais geralmente vêm em sacos ou sacolas fechados e são depositados no terreno do módulo 2 onde as mulheres manualmente abrem e realizam o processo de triagem. O toque nesses resíduos sem equipamentos de proteção e a exposição ao mau cheiro, as colocam mais vulneráveis a doenças nesse sistema.

Foi possível perceber entre algumas cooperadas a não percepção dos nexos existentes entre a organização e as condições de trabalho em relação a não atenção aos riscos, às dores e ao desconforto. As repercussões negativas diante do alto grau de precariedade desse trabalho tendem a ser aceitos como normais, sendo então, parte da rotina diária de trabalho no qual essas trabalhadoras vão se acostumando, num procedimento de socialização atrelado ao imperativo de sobrevivência. Além disso, as mulheres ainda se encontravam associadas à esfera privada, na qual uma parte delas, na prática, fazia uma jornada de trabalho menor que a dos homens, em função de disponibilizarem tempo para as atribuições do lar e o cuidado com os filhos. Nesse sentido, o trabalho da reciclagem já é desgastante e para algumas mulheres o cansaço ficava dobrado devido à dupla jornada.

As atribuições da divisão sexual do trabalho levam os homens à esfera produtiva, assumindo funções exercidas no âmbito público, visíveis e reconhecidas, e as mulheres à esfera reprodutiva, desempenhando funções no campo privado, desvalorizado, associadas a atividades domésticas. O cuidado com as crianças, com os adultos dependentes e a gestão familiar, em geral fica a cargo da mulher. Conseguindo uma inserção no mercado do trabalho, ela tem que conciliar a vida profissional com a vida familiar (HIRATA & KERGOAT, 2007). Essas atribuições impostas à mulher evidenciam ainda sua posição secundária no mercado de trabalho com a permanência dos modelos familiares tradicionais.

No que diz respeito à renda, mostra-se muito baixa, não se aproximando de um nível seguro, adequado às necessidades básicas de manutenção e, conforme visto, para as mulheres a situação ainda se apresenta de forma mais desigual. É possível observar que o nível de remuneração das mulheres permanece inferior em relação ao dos homens, mesmo que ambos estejam inseridos na mesma atividade econômica.

Ainda considerando a tarefa da triagem, da prensagem e do armazenamento como desconfortante, e queixando de várias dores devido ao trabalho monótono, e por terem que se manter curvadas/abaixadas para separação do material, as cooperadas consideram o trabalho dos homens mais desgastante e a engrenagem da cooperativa, pois são os responsáveis por coletar o material que a cidade produz, segundo elas, esse é o trabalho mais importante do grupo. Esse fato articula a divisão sexual do trabalho mostrando a separação e a hierarquização entre as funções.

Apesar do trabalho que desempenham ser desagradável, pesado, sujeito à ocorrência de riscos, as mulheres dão mais crédito ao trabalho executado pelos homens, em outras palavras, o trabalho masculino é considerado mais importante sendo, portanto, mais valorizado do que o trabalho feminino (KERGOAT, 2002/2003). Essa divisão é concebida

como um princípio organizador do mundo do trabalho (KERGOAT, 2002; MARUANI & HIRATA, 2003). Essa valorização foi manifestada por algumas cooperadas e pelas líderes em uma conversa informal.

Nesse cotidiano também visualizamos posições opostas entre as mulheres e alterações nas relações de poder atualizadas na divisão sexual do trabalho. Ao contrário dos homens, que a partir das eleições poderiam estar no comando¹⁰⁹, quem ocupa a direção, toma as decisões, faz o pagamento e o controle financeiro são as mulheres. Nesse caso, mais as líderes, além de serem mais escolarizadas, são mais jovens e atuantes nesses quesitos, ao passo que aquelas com baixo nível educacional e idade elevada desempenham tarefas que no geral são enfadonhas, demandando habilidade manual e atenção detalhada (triagem, prensagem e armazenamento), sujeitas ao trabalho sujo, ao desgaste físico e a acidentes.

Embora as mulheres estejam inseridas no mesmo espaço de trabalho que os homens, no caso da COOPRARTE, foi possível perceber que, em certa medida, o procedimento dessa atividade manifesta-se desigualmente entre os sexos não significando uma mudança satisfatória ou mesmo positiva em relação aos padrões tradicionais relativos ao papel social da mulher nos espaços de trabalho.

Diferente dos homens, a inserção da grande maioria das mulheres na cooperativa apresenta-se de forma desconfortável e existindo vantagens a favor dos homens em termos de remuneração e valorização de suas funções. As piores condições de inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho e sua condição na divisão sexual do trabalho, aspectos caros às relações sociais de gênero, são fatores preponderantes para que elas estejam em ocupações mais desiguais e precárias (BRUSCHINI, 2000). Todas essas questões estudadas até aqui, podem ser vistas sinteticamente no quadro 04 abaixo.

¹⁰⁹ Segundo a presidente, na maioria das vezes, sempre foram às mulheres que ficou a cargo da gestão da cooperativa. Os homens, historicamente, não costumam ser atuantes nesta função.

Quadro 04
Síntese dos resultados da pesquisa com a cooperativa

Caracterização e organização	
Infraestrutura: divide em dois módulos	<u>Mod1</u> : sede, diretoria, tesouraria e venda de artesanatos e vassouras ecológicas <u>Mod2</u> : coleta, triagem, prensagem e comercialização dos resíduos
Horário de funcionamento	Segunda a sexta-feira, das 7h:00 às 17h:00 Sábado até 11h:00
Órgãos de assessoria	Prefeitura (diretamente) e ITCP/UNIMONTES
Instituição principal de financiamento	BNDES com a verba de R\$ 100.000,000
Composição da diretoria	Presidente, 2º Vice-Presidente Secretário, 2º Secretário Tesoureiro, 2º Tesoureiro
Contribuição previdenciária	A partir de 2004
Remuneração mensal média do/as cooperados/os	Mulheres: R\$ 250,00 a R\$ 450,00 (líquido) Homens: R\$ 500,00 (líquido)
Remuneração mensal média da cooperativa	Variando acima de R\$ 10.000,00
Divisão da sobra	Lucro – despesas do mês = resultado (dividido entre os/as cooperados/as de acordo com o número de horas trabalhadas)
Controle contábil	Contador
Participação no movimento dos catadores	Ainda se mostra inicial
Relacionamentos internos	Marcados por atritos devido à trajetória, o perfil dos partícipes e as condições do trabalho
Divisão das tarefas	<u>Mulheres</u> : gestão, triagem, prensagem e comercialização (serviço de paciência/habilidade) <u>Homens</u> : coleta (serviço de força física)
Gestão/participação	Mostra fragilizada, recaindo apenas a um número de cooperadas que se dedicam na gestão do grupo
Dificuldades	Desgaste físico, baixa remuneração e comercialização, limitação sobre o conhecimento de uma cooperativa e dependência dos órgãos de apoio
Reuniões internas	Mensalmente
Rotatividade dos/as cooperados/as	Pouco, recai mais aos homens
Uso de uniforme/equipamento de proteção	Sim. Blusas, calças, luvas, máscaras e botas (mas não são todos/as que utilizam)
Condição de trabalho	A grosso modo precária, desgastante, em certa medida, condicionada a causar doenças e acidentes, além da desproteção social
Processo de coleta, comercialização e visibilidade	
Região da coleta	Centro e bairros
Fornecedores da coleta	Comerciantes, indústrias, fábricas, escolas e moradores
Materiais comercializados	Papelão, garrafa PET, papel branco/colorido, latinhas, plástico/sacolas, etc.
Comprador dos materiais	Atravessador/Belo-Horizonte – MG
Visualização da cooperativa	Conhecida na cidade, sendo a única responsável por prestar este serviço

Fonte: Observação direta 2011.

A análise dos problemas enfrentados e/ou desafios que passa a cooperativa indica que, embora a organização dos/as catadores/as apresente-se ainda frágil, incipiente e desigual, alguns passos já foram dados no sentido da estruturação e fortalecimento do empreendimento.

A proposta da cooperativa vem favorecendo trabalhadores/as de famílias de baixa renda, pobres, excluídos/as a vivenciarem uma experiência de trabalho em grupo. A presença das mulheres nesse espaço tem sido relevante e intensivo. De fato, o trabalho que executam tem revelado suas competências diante da organização. As mulheres inseridas partilham conhecimentos e através dessas experiências, apesar do desalento em ter que lutar contra a exclusão e o empobrecimento, buscam se adaptar nesse trabalho e desenvolvem a convivência com pessoas diferentes, o que contribui no processo de interação e aprendizagem.

Dentro dessa complexidade, também foi possível enxergar ganhos importantes, seja pelo volume de lixo recolhido – contribuição para a cidade e para o meio ambiente, pelas aprendizagens dos/as cooperados/as e da comunidade local, pelas novas oportunidades criadas quanto pelas relações estabelecidas com os agentes públicos. Além disso, o trabalho com esses/as trabalhadores/as mostrou-se pertinente no sentido de uma consolidação de um grupo entre pessoas que antes atuavam de modo isolado e na possibilidade de “dar voz e poder de decisão” a quem nunca teve isso (GUÉRIN, 2005).

No caso das mulheres, por exemplo, ao entrarem para esse espaço, sabendo que não dispunham do conhecimento sobre a organização de uma cooperativa, as situações incentivaram-nas a desenvolver aptidão e capacitação. Saber quais são os materiais que se reciclam, saber qual a importância para o meio ambiente, entender como, para quem se comercializa ou mesmo como se processa o gerenciamento do grupo, tem representado em suas vidas um processo de entendimento e amadurecimento resultando na valorização do trabalho organizado do qual fazem parte.

As mulheres, juntamente com os homens, que desempenham seus papéis na cooperativa, estão caminhando na esteira do reconhecimento social. Os trabalhadores da reciclagem, por meio de sua atividade, na dimensão social, é comum serem invisibilizados, estigmatizados, ora por sua condição de rua, ora por sua atividade de catação e coleta de lixo. Dois fatores explicam esta invisibilidade: um, por não ocuparem um lugar no processo produtivo hegemônico, e o outro, como consequência, pelo trabalho não ser reconhecido como tal, mas sim, como uma atividade de pessoas excluídas, marginalizadas que se defrontam com situações de discriminação, desvalorização e uma série de preconceitos que se constituem ao seu redor gerando percepções negativas (LIMA, 2008; DIAZ & DARÓS, 2008).

Este não-reconhecimento da sociedade contradiz o reconhecimento que os grupos de catadores proclamam para si. Este conflito provoca nesses trabalhadores um prejuízo a sua autoestima. Através da formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais

Recicláveis (MNCR), os trabalhadores da reciclagem vêm valorizando a sua função social, demarcando seu espaço na arena pública e política e formulando novas demandas sociais. Com efeito, o engajamento nas associações/cooperativas inscreve-se num processo de uma luta por reconhecimento, nos termos em que a questão é abordada por Axel Honneth (2003)¹¹⁰. Assim, nos deparamos com uma gramática de motivações que mobilizam indivíduos vítimas de processo de opressão e discriminação.

Honneth (2007) entende que o reconhecimento acontece na relação com o outro e em respostas positivas às expectativas construídas nestas relações. Honneth analisa, a partir da teoria crítica, o reconhecimento como forma de impulsionar a luta social pelos direitos (quando não há reconhecimento) e/ou de se conhecer e defender seus direitos (através da existência do reconhecimento). O reconhecimento surge, no decorrer do tempo, quando pessoas tomam consciência de si mesmas como indivíduos e de seus direitos, e também percebem, no outro, características que o fazem ter uma identidade própria. Assim, ele se descobre sujeito de seu processo de desenvolvimento pessoal, pessoa plena de direitos e deveres, direitos esses que devem ser vivenciados em sua plenitude (HONNETH, 2007). A organização e as ações coletivas do MNCR, em primeiro lugar, lograram (re)significar o trabalho realizado pelos catadores.

Da estigmatização de um trabalho indigno, impróprio, por estarem em contato com o lixo, os trabalhadores da catação vêm caminhando para o reconhecimento legal da importância e utilidade social do trabalho que desempenham. “O contributo desse trabalho [...] trouxe mudanças sociais, as quais têm possibilitado a retomada de vínculos e sentidos de pertença sociais, a dignidade no aspecto mais subjetivo e a (re)configuração identitária dos catadores” (LIMA, 2008, p. 08). Relacionados como agentes ambientais, destacando o aspecto ecológico de seu trabalho, desenvolve-se um sentido de cidadania enquanto pertença social a este segmento de trabalhadores (LIMA, 2008).

¹¹⁰ Neste estudo encontramos na teoria do reconhecimento de Axel Honneth, um importante apoio para melhor compreensão dos conflitos morais manifestados na vida dos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários. Recorrendo à teoria do reconhecimento de Honneth para analisar o MNCR, buscamos elementos para a compreensão da dinâmica de formação e de atuação do movimento. Os catadores foram e ainda são vistos de forma inferiorizada pela sociedade, sendo estereotipados a partir de uma percepção preconceituosa e distorcida. Desde o início com a organização das primeiras experiências associativas com o apoio da Igreja Católica até atualmente com o MNCR, há uma busca de resgatar a dignidade dos catadores estimulando-os a lutarem por seus direitos, já que essas pessoas se encontravam e ainda se encontram em uma situação de privação de direitos básicos. Honneth observa que o substrato motivacional que incita lutas por reconhecimento é caracterizado por maus tratos físicos, privação de direitos ou degradação, situações constantemente encontradas na trajetória dos trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, nas quais se incluem, por exemplo, violência doméstica, baixos níveis de escolaridade ou experiências de informalidade.

No entanto, o reconhecimento oficial da profissão e as ações governamentais realizadas nos últimos anos ainda não são suficientes para mudar a realidade social marcada por muitas dificuldades e situações precárias de vida e trabalho. Por outro lado, na esteira da luta social, os catadores buscam ampliar e fortalecer as relações de reconhecimento jurídico e de estima social. No engajamento por meio do movimento, os catadores percebem seu valor social, desenvolvem um auto-respeito, à medida que expõem o desrespeito vivenciado e desenvolvem uma estima mútua na experiência de reconhecimento que a solidariedade/convivência dentro do grupo gera (LIMA, 2008).

Em relação à COOPRARTE, estruturados esses/as trabalhadores/as ganharam respeito diante de fabricantes, empresas locais e intermediários, além de maior visibilidade pública junto a comerciantes, donas de casa e a população em geral. No caso das mulheres, executando uma ação, um ato, um serviço que se mostra relevante para a comunidade local, muitas delas passaram a ser valorizadas, impactando na melhoria da sua autoestima.

CAPÍTULO 04

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS A PARTIR DOS POSICIONAMENTOS DAS MULHERES

4.1 Economia solidária além da perspectiva econômica

Na atualidade, muito se tem discutido sobre o papel da economia solidária apresentada como um dos instrumentos de possibilidades de redução das desigualdades socioeconômicas. Não apenas focalizando a possibilidade de gerar trabalho e renda aos seus participantes, é relevante também analisar se essa organização pode possibilitar para as mulheres envolvidas melhorias em relação aos aspectos pessoal, subjetivo, grupal ou mesmo melhorias nas relações com seus familiares, com a comunidade e acesso a uma qualificação. Além disso, é interessante examinar suas opiniões sobre as diferenças que percebem sobre esse trabalho em comparação com as outras atividades que antes realizaram. Sendo assim, buscamos ir além da perspectiva econômica considerando se é possível ocorrer outros sentidos nessas atividades.

Entretanto, a intenção em elaborar essas questões não é a de fazer uma exaltação a essa organização referente a uma comparação crítica ao sistema capitalista, e sim averiguar as percepções dessas trabalhadoras sobre em que medida ou mesmo se é possível mesmo de forma precária, instável e pobre, esse formato de trabalho propiciar tais mudanças.

4.2 Diferenças percebidas do trabalho comum para o solidário

Por ser um movimento recente, desenvolvido no país nas últimas décadas onde trabalhadores, sobretudo as mulheres, em busca de soluções para as injustas condições de vida, inserem-se nessas atividades, é interessante averiguar quais as informações que elas possuíam sobre como era o trabalho em uma cooperativa ou mesmo se tinham alguma informação sobre o que era o trabalho em economia solidária. A intenção é captar novos sentidos ou dificuldades percebidos pelas entrevistadas por meio da ação cotidiana.

Não. O mundo da cooperativa me era totalmente longe. Eu nem sabia o que que era uma cooperativa, não tinha nenhuma noção. (Componente 01)

Não, nunca, nem sabia o que era cooperativa. Cooperativa como que eu conheço que é hoje, não sabia. (Componente 02)

Não, nem tinha nem ideia (...). Não tinha ideia de como funcionava uma cooperativa (...). (Componente 10)

Não, eu nunca tinha ouvido falar não. Não sabia que existia economia solidária. (Componente 15)

Por se tratar de mulheres com média acima de 40 anos de idade e por já possuírem experiências de trabalho anteriores, de fato em suas vivências, ainda assim, não tinham essas informações, onde foram unânimes em desconhecer esse tipo de organização de trabalho. Essa fase inicial, a economia solidária requer ainda uma ampla ação em termos de políticas públicas (Pochmann, 2004) como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento.

No universo das pessoas que estão envolvidas nos empreendimentos de economia solidária na região norte mineira, destaca-se uma grande participação e diversidade de mulheres que já possuíam experiências de trabalho. No caso das mulheres entrevistadas, a maioria nunca esteve vinculada ao trabalho assalariado, concentradas na informalidade e em ocupações degradantes como na coleta de materiais recicláveis no lixão. Diante dessas atividades vivenciadas, foi possível compararem as diferenças entre o trabalho que desenvolvem hoje nos seus respectivos grupos em relação a suas antigas ocupações. Ao perguntarmos sobre estas diferenças, destacaram o seguinte:

É diferente pelo seguinte: porque lá nos outros lugares que eu fazia era preso né? ... aqui é livre, então eu acho que tem muita diferença e também não tem chefe no pé. Não tem patrão para ficar enchendo a paciência toda hora né? chamando atenção ... eu acho muito melhor, aí mais na idade que a gente já tá né? então a gente procura um lugarzinho mais sossegado para gente trabalhar né? (Componente 05)

Na minha situação atual eu acho diferente ... pois quando eu estava trabalhando nos outros trabalhos eu era subordinada a alguém e nem tempo para conversar a gente não tinha e nem podia ... aqui a gente é mais amigo, conversa mais, porque prá eles lá, nas empresas eles acham o seguinte, enquanto a gente estava falando, o nosso ritmo de trabalho diminuía ... mas já vem a contrapartida, se cada pessoa que tem seus problemas e chega aqui e começa a contar seus problemas para gente e a gente não tenta ajudar ... de repente essa pessoa que está com tanto problema assim ... amanhã ela nem viria trabalhar de novo, porque não ia conseguir trabalhar. E se ela teve aquela conversa com a gente, teve alguém que abraçou, que deu atenção, que esteve pronto para ajudar, isso com certeza irá ajudar essa pessoa (...). Nós temos isso aqui. É um diferencial e isso é muito importante para vida. O ser humano precisa disso, nós almoçamos aqui ... o almoço é coletivo, uma completa a comida da outra ... eu acho isso interessante faz bem para a pessoa (...). Isso é gratificante e fortalece o elo que existe entre a gente (...). Eu acho isso muito interessante e nos outros lugares que já trabalhei não tinha isso. (Componente 10)

É diferente, nos lugares que eu estava antes, a gente nem podia conversar, tinha que trabalhar calado e tudo que for fazer, tinha chefe olhando. A gente não trabalhava assim tão segura, trabalhava mais insegura, então não dava para a gente ter assim uma relação para tá conversando sabe? em relação ao

serviço aqui, é totalmente diferente né? (...). Porque é a gente que coordena, quando eu estava em firmas eu ficava preocupada porque tinha que obedecer a patrão. Aqui é bem diferente. A gente trabalha mais a vontade para gente, mas é muita responsabilidade e temos que dá conta né? A gente fica mais a vontade, pois o trabalho é da gente, essa que é a diferença (...). (Componente 15)

Com certeza é diferente sim, ah! é na padaria né? É economia mesmo solidária, é tipo assim: se um dia eu tiver algum problema se não tiver alguém para olhar a minha filha, eu posso levá-la ou se precisar sair para resolver alguma coisa eu tenho essa liberdade sabe? As outras entendem assim, todo mundo procura entender, bem diferente mesmo. É bem melhor. (Componente 13)

Santos & Borinelli (2010) destacam que a emancipação perseguida pela economia solidária apresenta-se economicamente por meio de uma nova lógica organizacional, na qual se busca construir modelos de produção e de sociabilidade amparados por princípios que se opõem à lógica dos modelos hierárquicos de centralização de poder e competição. Para os autores, a economia solidária concentra no ser humano e substitui o modelo hierárquico vertical pela horizontalidade das relações.

Nota-se que, através das atividades anteriores que desempenhavam, essas trabalhadoras conseguiram analisar diferenças com relação ao trabalho cooperativado, principalmente, na gestão promovida por elas mesmas, onde se tornaram empregadas e patroas ao mesmo tempo. Percebe-se que nesse processo é que, sentem-se libertas da subordinação em relação à chefia que pressionavam. Inseriram num espaço agora onde ficam mais à vontade, com menos pressão e mais liberdade tanto para o próprio trabalho quanto para interagirem.

Manetti (2005), França Filho (2009), Singer (2002, 2001) e Gaiger (2007) indicam que homens e mulheres encontram na economia solidária um novo modo de organização do trabalho. A necessidade do trabalho é o fator inicial de abertura do empreendimento, mas a lógica do funcionamento desse formato proporciona novos significados para seus membros. Vivenciar uma experiência sem patrão, construindo uma relação de trabalho não subordinada a alguém são percepções positivas apresentadas por essas trabalhadoras a partir dessa inserção.

A entrada nos grupos propicia o sentimento de pertencer a atividades produtivas mais autônomas e menos submissas. Significa fazer parte de um projeto em construção com perspectivas de ampliação (COSTA, 2007, p. 97). Essas iniciativas têm demonstrado um terreno importante para exercitar novas práticas e novas ações de empreender, beneficiando, diretamente, as trabalhadoras envolvidas (NOBRE, 2003).

Há também uma parcela delas que soube destacar alguns benefícios que as outras experiências de antes ofereciam. Ainda não foi possível e continua sendo longo, incerto e um grande desafio, essa organização contemplar a todos/as os/as participantes, principalmente, no que diz respeito à proteção trabalhista e à remuneração.

Eu acho que tem diferença sim, lá antes onde eu trabalhava, eu recebia salário, aqui a gente recebe menos, porque aqui é por produção, sempre o que a gente faz não chega nem um salário. (Componente 03)

Vejo diferença sim, porque lá onde eu trabalhava, eu ganhava um salário e trabalhando menos, aqui a gente trabalha mais e não chega a ganhar um salário né? ganha menos, a diferença que acho é isso sabe? (...). (Componente 07)

É muito porque antes eu trabalhava com uva, eucaliptos, fruticultura ... mas não era muito trabalhoso não, aqui é mais, pois é um quebra cabeça, você tem que separar peça por peça (material reciclável) ... , lá era bom porque era fichado, aqui a gente paga INSS e não é fichado. (Componente 04)

A única diferença que vejo em relação aos outros que eu fazia é que a gente tinha registro na carteira ... ganhava mais, todo o mês o dinheiro estava ali né? eu gosto do meu serviço, eu gosto do serviço que faço aqui ... só o salário que não aumenta né? (...). (Componente 06)

As iniciativas organizadas pelos/as trabalhadores/as em atividades econômicas solidárias ainda não são caminhos seguros nos requisitos relacionados aos direitos trabalhistas e à renda. É visto, nessas falas, a necessidade que essas trabalhadoras têm de estar mais protegidas, asseguradas com os direitos, nesse caso, com carteira assinada, além de relatarem receber uma renda inferior em relação as suas outras ocupações. Por mais que essas atividades possam possibilitar oportunidade de trabalho para o enfrentamento da pobreza e da exclusão, essas ainda não são suficientemente estáveis e seguras para contemplar seus trabalhadores. Como foi dito por Schwengber (2003), as experiências de economia solidária, por terem um grau de articulação apenas incipiente, ainda são vistas como estratégias de resistência, diante de uma sociedade competitiva, apesar de muitos avanços.

4.3 Mudanças nas relações familiares

Sabe-se que hoje as mulheres vêm conquistando a presença no mercado de trabalho e adquirindo, apesar das restrições, mais independência econômica e visibilidade. No caso das mulheres desse estudo, por estarem inseridas em um trabalho pobre, precário, regido/guido por elas, é interessante saber se os familiares perceberam alguma diferença em suas vidas a partir das novas experiências aprendidas. Por estarem nessa organização na qual desconheciam e que agora tem sido um momento de inserção iniciante, buscamos analisar,

apesar dos grupos ainda serem muito limitados, se os familiares observaram alguma mudança na vida delas ou mesmo se as enxergam da mesma forma que antes. Elas expressaram o seguinte:

Eu acho que não só com meus familiares como eu mesma ... lá em casa são três pessoas comigo, então assim, eu sempre carreguei comigo essa história de tomar frente de tudo, de ser chefe de família, pois minha mãe é mais idosa. Eu tenho um irmão, mas ele tem problemas de saúde, então assim, acabou que, como minha mãe é idosa eu passei a ser mais a chefe da casa, entendeu? Quando eu vim para a cooperativa, eu ainda era um pouquinho imatura em tá solucionando alguns problemas. E aqui dentro eu aprendi, aprendi assim; acho que me fortaleci a não ter medo de tomar responsabilidade e de ficar a frente em certas coisas, então eu cresci e isso foi notado principalmente por minha mãe. (Componente 01)

Eles falam que melhorou bastante, até na minha saúde sabe? Eu tive derrame eu não saía, não trabalhava, eu ficava muito deprimida em casa e agora prá mim aqui é quase uma terapia, minha saúde melhorou bastante, eu antes não andava direito, agora eu ando e eles perceberam isso em mim. (Componente 11)

Eles notaram diferença sim, eles falam muito comigo sobre isso, e essas diferenças são positivas ... eu vejo que meu filho tem mais orgulho de mim, ele fala que mesmo eu sem ter faculdade, que eu tenho aprendido muita coisa na cooperativa e tudo que eu aprendi eu passo prá ele ... se eu não tivesse participando disso eu não teria tido essas descobertas (...). Eles viram que isso tem me ajudado muito. (Componente 10)

Teve sim, a renda lá de casa mesmo melhorou mais, eles perceberam isso, antes era mais difícil e depois que estou aqui na cozinha melhorou mais porque eu ajudo nas despesas. (Componente 12)

A percepção dos familiares é importante e merece ser destacada. Mesmo estando em um trabalho instável e pobre, as mulheres têm sido vistas positivamente. Entretanto, no caso de algumas, não foi percebida nenhuma mudança e até mesmo rejeição e desvalorização. No caso da reciclagem, por exemplo, Freitas (2005) e Medeiros & Macêdo (2006) reforçam o estigma vivido pelos trabalhadores devido ao preconceito da população em relação ao trabalho realizado por eles - condições de trabalho precárias/degradantes com baixa remuneração, alta jornada de trabalho, além da falta de seguridade social, percepção também compartilhada pelos membros da família das pessoas que trabalham nesse setor. Ainda esse ramo de atividade continua sendo estigmatizado e considerado por muitos como um trabalho indigno, impróprio por se tratar de lixo.

Não, não viram diferença nenhuma, o que acontecia antes está acontecendo hoje, é a mesma coisa, não teve mudança nenhuma de melhora vista pela minha família. (Componente 07)

Meus filhos me cobram que estou numa cooperativa que não dá dinheiro, o que a gente ganha é pouco. Eles falam para eu procurar outro serviço (...). Eles questionam esse lado assim financeiro ... mas eu gosto de trabalhar aqui, você aprende muita coisa. (Componente 02)

Eu já trabalhava com meu marido lá em São Paulo em reciclagem, a gente já catava lá e ele está trabalhando comigo aqui também, mas meus meninos nunca aceitaram e não aceitam. A minha família também nunca aceitou. Já fui chamada até de mendiga, que eu fico catando coisa na rua ... que eu fico fazendo eles passarem vergonha. Os meninos (filhos) se eu for sair na rua com eles e se eu pegar o carrinho para catar material reciclável, eles não saem comigo, morrem de vergonha, mais eu falo prá eles que isso é uma coisa que eu gosto ... não me sinto inferior aqui ... e o trabalho que sei fazer é esse serviço. Eles acham que é trabalho de mendigo ... fogem de mim quando estou na rua trabalhando. Sou mais desprezada ... mas eu não ligo, pois não dependo deles, o que eu tenho vem do meu trabalho, do que eu faço e eu gosto de fazer isso do que roubar ou mexer nas coisas dos outros. Estou fazendo o meu trabalho, o meu serviço, mas minha família acha que eu deveria trabalhar em casa de família porque lá ninguém estará me vendo, ninguém ia me ver ... mas eu falei não, pois não é meu ramo, prefiro a reciclagem (...). Eles não entendem. (Componente 06)

A entrada na cooperativa, por outro lado, fez com que essas visões negativas fossem revistas por alguns membros. Uma das entrevistadas alegou não se sentir inferiorizada por exercer o trabalho na reciclagem. Através de capacitações e conscientização, trabalhadores/as passam a apropriar-se do discurso ecológico e inclusivo da reciclagem, o que fortalece a capacidade de ação (COSTA, 2007). No caso em análise, as cooperadas enfatizaram gostar do trabalho que executam - o que ameniza o desconforto causado por manifestações de preconceito. Como apresentado por Miura (2004), o trabalho da reciclagem é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de adquirir renda.

Outra questão que se buscou investigar na relação estabelecida com seus familiares, diz respeito ao trabalho doméstico. A relação entre a vida profissional e familiar sempre tem sido mais desgastante e corrida para mulheres, sobretudo aquelas pobres que não possuem ninguém que as auxilie em casa. Com a participação mais crescente no mercado de trabalho, as mulheres vivenciam uma articulação constante entre a esfera profissional com a doméstica. Por experimentarem o trabalho fora de casa, ainda permanecem transitando no ambiente doméstico. Partindo disso, perguntamos às nossas entrevistadas se continuam fazendo esses serviços, se recebem alguma ajuda dos familiares e/ou se têm ficado sobrecarregadas. Os depoimentos foram claros e seguem abaixo:

Eu mesma, tudo sou eu. Meu companheiro atual só ajuda às vezes quando tô muito apertada. Eu moro hoje apenas com meu companheiro, mas sou eu mesma que faço o serviço de casa, faço tudo sozinha, me sinto muito

cansada e fico até nervosa, sobrecarregada. Ele me ajuda só em vez em quando. (Componente 03)

Eu e minha filha que fazemos o serviço ... mas só cuido com a casa, não tenho filhos pequenos mais e sim netos, mais é minha filha que cuida deles ... têm vezes que tô muito cansada, me sinto muito sobrecarregada, têm dias que a gente trabalha mais e cansa mais né? tô ficando velha, eu faço por que tem que fazer né? não tem jeito! Não posso pagar uma pessoa porque o dinheiro aqui não dá né? (...). (Componente 04)

Eu mesma que faço tudo, meu marido de vez em quando me ajuda lavar um arroz ... em relação ao serviço de casa, mesmo que trabalho junto com meu marido na cooperativa, é tudo nas minhas costas, nem meu marido e nem meus filhos me ajudam ... e falo sempre prá eles prá me ajudar porque eu não estou dando conta ... tenho problemas de saúde e têm dias que não aguento trabalhar ... eles não me ajudam e me sinto muito sobrecarregada e ainda sou doente. (Componente 06)

Eu faço tudo, sou eu mesma. Meu companheiro não ajuda em nada. Sinto sobrecarregada, cansada, desgastada, porque tenho que fazer tudo, não tenho nenhuma ajuda ... eu faço tudo. (Componente 07)

Os relatos extraídos apontam para a dupla jornada, em que as relações estabelecidas com os familiares no espaço doméstico ainda não mudaram, configurando o que é destinado, culturalmente, para a mulher exercer. Mesmo que elas participem da renda familiar, quando não de todo o sustento da família, é obrigação das mulheres organizarem a casa o que acarreta uma grande sobrecarga como denotam as falas mencionadas.

Conforme a argumentação de Santos (2008), as mulheres com rendas mais baixas apresentam menor qualificação e nível educacional, desse modo são as que mais estão sobrecarregadas em dupla jornada o que em muitos casos ocasionam estresses e sérios riscos para a saúde física e mental. Além disso, a autora reforça que grande parte delas sofre com o acúmulo de tarefas múltiplas gerando cansaço, ansiedade, tensão e restando pouco tempo para elas mesmas. Nesse processo, é perceptível o quanto as mulheres trabalhadoras pobres encontram-se em mais desvantagem em relação aos homens.

Segundo Angelin & Bernardi (2007), as mulheres, ao longo do processo histórico, sempre foram responsabilizadas pelas obrigações familiares. Trabalho desvalorizado, não remunerado, de secundária importância, realizado gratuitamente para os outros membros da família, “feito não para si, mas para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2003, p. 56). A reprodução social, associada ao espaço privado/doméstico e à responsabilidade feminina, segundo Araújo & Scalón (2005), evidencia as desigualdades de gênero. A partir dos apontamentos apresentados pelas entrevistadas, visualizamos a persistência dos modelos familiares tradicionais colocando-as em

desvantagem. Mesmo realizando atividades fora do ambiente doméstico, ainda assim as mulheres buscam organizar meios que garantam o cumprimento de tarefas que são de suas obrigações (COSTA, 2007).

Por outro lado, não partindo por uma generalização, é possível acompanhar alterações nessas práticas. Há muitas trabalhadoras que têm recebido muito respeito, ajuda e reconhecimento dos seus familiares. Em muitas famílias, com a participação de todos os membros, é comum ocorrer um procedimento de organização das tarefas domésticas. Há casos que desde início, esse serviço sempre foi dividido entre todos da família, como também há aqueles casos em que os encargos são entregues aos filhos por serem já criados e possuírem disponibilidade. Diversos meios são usados para estabelecer uma interdependência positiva no interior dos grupos familiares, dividir as tarefas e as responsabilidades de maneira rotativa estimulando a ajuda mútua durante a realização dos serviços domésticos é um exemplo disso. Foi possível encontrar esse procedimento na realidade familiar de algumas das nossas entrevistadas.

Recebo ajuda da minha filha Priscila, adolescente de 14 anos. Ela me ajuda muito (...). Eu mesma faço os serviços domésticos, mas ela me ajuda ... porque ensinei (...). (Componente 02)

Tenho uma filha de 15 anos e ela tá mais responsável e ela me ajuda, os outros filhos também ajuda. Eu não me sinto sobrecarregada porque tenho ajuda da família, sempre foi dividido, sempre ensinei desde quando eram pequenos, meu marido também ajuda. (Componente 08)

... meu marido que não fazia nada, hoje depois que tô trabalhando na padaria ele já faz (...). (Componente 14)

Eu mesma que faço o serviço, mas meu marido agora tá ajudando mais, quando eu não estou, ele que fica fazendo as coisas em casa ... ele leva nosso filho na escola ... agora que tô trabalhando aqui no grupo, ele me ajuda bem mais ... mais do que antes. (Componente 09)

O serviço de casa continua sendo meu, só que com o aprender do cooperativismo, do associativismo, eu passei a deliberar tarefas, até então isso não acontecia em casa, antes era eu que fazia, agora não ... meu marido ajuda também, me ajuda até mais, até aqui na cooperativa se precisar dele, ele vem nos ajudar aqui, sempre ajudou ... agora os meus filhos estão ajudando ... não me sinto mais sobrecarregada, tenho apoio de todos agora (...). (Componente 10)

A possibilidade de receber ajuda dos membros familiares e executar o trabalho externo remunerado, faz com que algumas trabalhadoras não fiquem sobrecarregadas. É importante apontar que a manifestação desse procedimento já faz parte da trajetória familiar de algumas dessas mulheres. É visto também por outras, que a partir do momento que entraram para essas

atividades, começaram a receber ajuda da família. Uma entrevistada abordou que com o aprender do ensinamento sobre o cooperativismo foi possível aplicá-lo no espaço doméstico mostrando alterações na distribuição dos afazeres em relação à antes.

4.4 Mudanças em relação à qualificação

Cortizo & Oliveira (2004) argumentam que as iniciativas solidárias garantem a construção de um espaço de politização e de empoderamento. Esse empoderamento enaltece as potencialidades e o crescimento dos trabalhadores e trabalhadoras na medida em que vivenciam outra lógica de trabalho, tecem relações e apropriam-se de informações. Na proposta da economia solidária, o processo de educação e qualificação é um dos seus princípios de sustentação, dessa forma, a apropriação de conhecimento gera criticidade, amplia horizontes e traz independência aos trabalhadores (OLIVEIRA, 2005).

Gaiger (2000b) destaca que uma das metas apresentadas pela economia solidária é qualificar aqueles que dela participam, preocupando-se com a eficiência e ganhando poder para manejar estratégias de crescimento contínuo. Foi necessário entender através das opiniões de nossas entrevistadas, quais foram os ganhos adquiridos em relação à qualificação profissional.

No começo nós não sabíamos de nada ... vieram pessoas de Belo-Horizonte nos ensinar, aí eu aprendi. Fiz cursos, participei de palestras e cada vez tô aprendendo mais ainda né? Foi uma experiência, pois eu não sabia nada. Têm cursos cada dia diferente um do outro, a gente aprende muitas coisas. Eu aprendi a fazer sabão, a fazer cortina, bancos de garrafa Pet ... eu via na televisão e nem sabia como fazia, nossa é um aprendizado de muita coisa. (Componente 04)

Ganhamos, fizemos cursos e a gente aprende uma com as outras, sempre a gente tá aprendendo, eu já sabia fazer algumas coisas, são muitos anos de trabalho doméstico, eu sabia fazer porque eu trabalhava em casa de família e cozinhava e fazia biscoitos e bolos sabe? mais a padaria me ajudou bastante, tivemos mais qualificação. (Componente 14)

Com certeza, por que antes eu não fazia quase nada, tipo assim: mais aqui em casa mesmo para o consumo da gente, agora não, eu aprendi mais com certeza, de tudo um pouco. (Componente 13)

... eu nunca tinha mexido com padaria ... a gente aprendeu a fazer coisas diferentes né? Eu não sabia fazer as coisas, biscoitos, que cada receita é diferente né? ... a gente fez curso de padaria, aprendemos bastante, quando começou eu me queimei porque era difícil, muitas vezes a gente pensa que é fácil mexer com assados, mas é difícil, até você pegar a prática, a gente já se queimou e sofreu demais, queimava bastante, a gente errava as receitas e desperdiçava tudo, jogava tudo fora, hoje o trabalho já é tranquilo, já tenho a prática, já sou profissional do ramo. (Componente 15)

Barreto (2003) defende que o conhecimento não é colocado em prática no mesmo momento que inicia o trabalho cooperativo, ele vai sendo construído paulatinamente, através das experiências que se consolidam. Isso requer tempo, implica paciência, superação de obstáculos e trabalho conjunto. É percebido, nesses relatos, a valorização manifestada pelas trabalhadoras sobre a contribuição que esse trabalho oferece em propiciar acesso a conhecimentos. Na oportunidade de estarem inseridas em atividades coletivas geradoras de renda, organizadas por elas mesmas, acabam trocando informações umas com as outras, têm a oportunidade de receber assessoria de órgãos de apoio, de fazer cursos profissionalizantes e treinamentos, como consequência disso, em vivência prática, vão se qualificando.

Observa-se que, diante dessa experiência, uma já se sente profissional do ramo e caso tivesse que deixar o empreendimento em busca de outro trabalho, até mesmo em setores formais, já está qualificada. Percebemos que é possível, a partir desses espaços, obterem aquisição de novos conhecimentos mostrando, nessa circunstância, o acesso a uma qualificação. Como foi mencionado por Oliveira (2008), essas organizações contribuem para a promoção da cidadania capacitando trabalhadoras com vistas a oferecer-lhes possibilidades de melhorarem suas vidas.

4.5 Mudanças na relação com a comunidade

Boa parte das pessoas que participa das iniciativas de economia solidária do país, principalmente de empreendimentos pequenos, é moradora dos próprios bairros onde esses estão localizados. A aproximação que os grupos desenvolvem com as pessoas da região e adjacências é favorável para a interação, para a construção de redes de amizade, para a visibilidade/reconhecimento, bem como para saber o grau de satisfação dos produtos que estes grupos comercializam. Perguntamos às nossas entrevistadas, pelo fato de serem moradoras dessas localidades, se antes de entrarem nesses empreendimentos tinham contato ou mesmo interagiam com as pessoas locais.

Olha, eu sou aquela pessoa típica que tinha seus amigos pessoais, amigos poucos, mas nada de tá interagindo com toda a comunidade. (Componente 01)

Sim, porque antes tinha a associação dos moradores do bairro, eu participava quando eles faziam reunião ... eu tinha um contato com as pessoas sim. (Componente 04)

Não, eu sempre ficava na minha. (Componente 05)

Não, toda vida fui assim uma pessoa acanhada no meu canto. (Componente 07)

Muito pouco, pois eu não era muito de conversar. (Componente 15)

No intuito de aprofundar o conhecimento sobre a relação que essas mulheres desenvolviam com a sua comunidade antes de estarem nesses grupos, observa-se que maioria estava distante dessa interação. Com o objetivo de encontrar melhorias, buscamos entender se após a inserção nesses espaços conseguiram desenvolver, efetivamente, esse contato.

Agora eu interajo mais, a minha relação melhorou mais, a gente conhece mais gente agora. O povo do posto de saúde agora a gente conhece mais, a gente chega lá no posto, eles até recebem a gente melhor entende? e antes não tinha muito essa relação ... ficamos mais visíveis. (Componente 14)

Agora sem diferença, muito mais. Agora eu conheço quase todo mundo, a gente fica mais visível, as pessoas conhecem mais a gente, por exemplo: quando a gente for na escola e precisar de alguma coisa, eles já conhecem a gente pelo nome, a gente já conhece eles, o pessoal do posto de saúde enfim, todo o mundo. (Componente 13)

Consegui conhecer mais pessoas sim, tenho mais contato, agora a gente conversa com muitas pessoas, as pessoas conversam mais com a gente né? Tinham pessoas que não conheciam antes e agora já conheço. Eu sou uma pessoa que faço rápido amizade ... eu consegui envolver com mais pessoas agora do que antes, muito mais ... agora tenho muita amizade no bairro ... todo o lugar que chego eu me envolvo mais (...). (Componente 07)

Com certeza. Agora tem muita gente do bairro que vem comer aqui. Vem comprar comida, vem almoçar aqui. Agora eu pego amizade com muita gente. Agora é muita gente que conheço mais. (Componente 11)

Eu fiquei conhecendo mais pessoas, só que meu jeito é mais para amizade e pouca liberdade sabe? ... mais eu conheci bastantes pessoas. Sou mais vista, inclusive a gente saiu até no MGTV... , eles vieram entrevistar a gente aqui na padaria, todo o mundo do bairro veio falar prá mim que me viu no MGTV, a gente ficou bastante conhecida. (Componente 15)

Da mesma forma que acontece em setores formais de trabalho onde mulheres têm acesso à informação, à interação entre as pessoas e visibilidade local da atividade que desempenham, é possível observar que esses ganhos também podem ser adquiridos nas atividades da economia solidária. O que se entende diante disso, é que pelo fato de serem grupos relacionados ao comércio, estão diariamente em contato com o público. Nesse contato, é comum a ocorrência de diálogos, de conversas, o que influencia nas redes de amizades.

Podemos constatar que esses espaços constituem-se como pontos chaves na construção e vivacidade dos laços comunitários. Nessa inserção, desenvolvem-se maneiras de se relacionar que, por conseguinte, oferece um tipo de interação comunitária. Ao contrário das tarefas domésticas, invisíveis e fechadas à esfera privada, a presença delas nesses grupos ganha visibilidade pública. A partir do aumento do nível de conhecimento da população local

com relação ao trabalho que realizam, criam-se novas interações o que influencia no convívio social comunitário.

4.6 Mudanças na subjetividade

Uma das estratégias adotadas no interior da economia solidária refere-se à valorização da autoestima dos trabalhadores. Para Oliveira (2005), o envolvimento nessas atividades auxilia na emancipação psicológica dos envolvidos. O sentimento de pertença, o resgate da autoestima, os processos empáticos, a valorização de cada integrante são construídos dentro desses espaços. Desse modo, buscamos explorar algumas questões que partem da subjetividade dessas trabalhadoras. Nesse sentido, a nossa intenção foi fazer com que expressassem o que sentem por esse trabalho, se gostam de estar nessa organização coletiva, se esse trabalho proporciona alegria, satisfação.

Elas declararam o seguinte:

Olha, desde que eu entrei na cooperativa, hoje eu falo bem assim: ... eu amo fazer o que eu faço, eu amo fazer uma vassoura e olhar prá ela. Têm vezes que eu amo tanto que eu não quero que ela (vassoura) saia, fica tão bonita, eu amo tudo que eu faço, eu amo lidar com eles (outros cooperados), eles são difíceis, mas eu gosto de lidar com eles. Eu gosto de fazer o meu trabalho na direção, eu gosto de fazer a vassoura, eu amo assim de verdade mesmo ... têm aquelas épocas difíceis, mas tem me dado muita satisfação, essas viagens mesmo que a gente faz, você conhece tanta gente, você aprende tanta coisa, outra cultura, você conhece pessoas, isso me acrescentou muito. (Componente 02)

Eu gosto, aqui o trabalho é da gente, a gente tem que trabalhar com carinho, porque é onde tá saindo o sustento da gente né? Por isso que eu gosto de trabalhar aqui. No dia que eu não venho prá cá eu fico agoniadinha, quando vou resolver alguma coisa eu fico esperando a hora de ir trabalhar. Quando vou resolver coisa na rua eu preocupo prá voltar logo ao trabalho. Fico muito alegre aqui, só por saber que vou receber meu dinheiro e resolver minhas coisas fico alegre, quando estou aqui tenho maior alegria. (Componente 07)

Eu gosto, no requisito financeiro nem tanto, mas me traz sim muita satisfação, me faz muito bem, eu não aguento ficar em casa, o dia que não venho pra cá eu fico muito ansiosa. (Componente 08)

Eu gosto, aqui é uma terapia sabe? Além de ser uma ajuda de renda prá mim, é uma terapia por causa do meu problema, já tive muitas complicações, já tive derrame sabe? Então eu tenho que ficar movimentando e eu sinto bem ficar movimentando, conversando, me traz bastante alegria, a gente rir, a gente canta, eu gosto sabe? me faz muito bem. (Componente 15)

O envolvimento nessas iniciativas, apesar dos ganhos econômicos não serem satisfatórios, em certa medida, faz com que as pessoas consigam se beneficiar desse trabalho

por outros planos. Para uma, essa atividade beneficia em aspectos relacionados à saúde, tornando-se uma terapia. É percebido por outras, satisfação pelo trabalho executado gerando bem-estar e pelo fato de estabelecerem relações entre elas e com outras pessoas. Com a aquisição de conhecimento/qualificação, visibilidade do que fazem, interação com a comunidade, com as pessoas do grupo, a igualdade no espaço de trabalho e a própria mudança nas condições de saúde, as entrevistadas destacaram melhoria na autoestima.

Com certeza melhorou sim ... tem aquela qualificação de que você é capaz de fazer alguma coisa ... o grupo dá esse suporte prá gente. (Componente 08)

Melhorou bastante. Eu tenho aquela alegria de sair de casa, eu tinha problema de pressão alta e não tenho mais, eu tinha nervoso e agora não tenho mais. Minha autoestima melhorou muito. Antes de entrar no grupo eu era muito doente, deprimida, era muito sozinha, agora aqui eu mim sinto bem, no meio da turma aqui todos me aceitam e me ajudam, eu sinto que estou melhorando até a minha cabeça, minha cabeça não era boa, talvez se eu tivesse em outro serviço teria mais é pressão, exploração prá trabalhar né? ... não iria aguentar sabe? não ganharia isso aqui. (Componente 11)

Minha vida mudou muito depois que eu entrei no grupo, a gente vê mais o lado da outra, aprende a entender melhor as situações prá poder tá ajudando a colega sabe? ... antes eu pensava só mais era em mim e aqui a gente na rotina e nos ensinamentos aprende a mudar isso sabe? aprende a vê o lado mais do outro ... então assim, eu fico muito feliz por isso, aqui tá me ensinando mudando meu jeito sabe? me faz bem isso. (Componente 15)

Você fica conhecida, o povo fala ah! eu te conheço de algum lugar, eu te vi na TV, ah! você trabalha na Cozinha Bem Servir! Eles perguntam como que funciona, dá os parabéns pela nossa iniciativa e isso prá mim é válido, porque você fica se sentindo como gente ... o povo reconhece o nosso trabalho (...). (Componente 12)

Aqui na cozinha as pessoas se sentem mais humana com direitos de igualdade, eu acho que ela traz a valorização da pessoa humana de uma forma muito ampla, eu acho que o trabalho aqui enriquece muito a pessoa com direito de igualdade que outros lugares não têm né? A gente lidera, coordena tudo em igual né? Ninguém é explorado. Esse serviço então aqui no meu emocional assim desse jeito me faz bem sabe? (...). Aqui o serviço é diferente. (Componente 09)

Santos & Borinelli (2010), Barreto (2003) e Oliveira (2005) alegam que nas organizações econômicas solidárias os ganhos conquistados vão além do econômico, principalmente aqueles que valorizam a subjetividade (autoestima) dos trabalhadores. Podemos considerar que a inserção delas no âmbito desse trabalho nesse sentido vai ao encontro dessa constatação. Por essas mulheres estarem experimentando, inicialmente, um trabalho em grupo, é interessante compreender nessa mesma esfera subjetiva que estamos explorando, os principais motivos que as levam ainda a permanecer nessas atividades.

A oportunidade de executar um trabalho com obtenção de um rendimento é o elemento primordial para o envolvimento de pessoas que aderem a esse movimento. Isso faz parte, obviamente, da realidade das mulheres desses grupos. Mas com o propósito de elevar mais a fundo os aspectos relacionados ao procedimento subjetivo, procuramos ir além da questão econômica procurando outros sentidos que ainda vêm segurando-as nesses espaços. Os motivos de permanência que apontaram foram os seguintes:

... é por que nós temos liberdade, não há patrão, ninguém prá mandar e pegar no pé, aqui todo mundo é igual, eu gosto de trabalhar assim desse jeito entende? (...). (Componente 08).

Eu acho que é ... esse ganho pessoal de experiência de vida ... é economia solidária mesmo ... se fosse pelo lado financeiro, talvez não estaria aqui, mas o ganho pessoal é muito grande (...). Aqui todo mundo participa, todo mundo trabalha ... é uma companheira ajudando a outra, assim as tarefas são feitas por todas nós, a gente trabalha igual e recebe igual, temos assessoria ... é isso que é bom. (Componente 09)

Aqui as regras são boas o que acontece de errado a gente fala, questiona, conversa ... coloca tudo nos eixos as coisas que a gente senti que não tão boas. Eu gosto desse tipo de serviço prá trabalhar... muda isso, muda aquilo, todo mundo aceita numa boa. Então a forma da gente trabalhar aqui no grupo é diferente dos outros serviços. Cada colega dá sua opinião e a gente vê o que pode ser melhorado né? (Componente 11)

É importante dizer que a renda é o motivo principal de permanência da maioria dos membros que se estabelece na economia solidária. Porém, de acordo com as falas mencionadas, a proposta de um trabalho não subordinado, sem patrão, com direitos/deveres iguais onde todos têm a oportunidade de expor suas opiniões, também agrada algumas integrantes e as levam a querer permanecer.

4.7 Mudanças nas relações de trabalho

A participação em grupo favorece a criação e o aumento dos vínculos sociais necessários para a construção de uma sociedade mais dinâmica, participativa, confiável e com laços fortalecidos a partir da civilidade e da cidadania (PUTNAM, 2006). A participação coletiva nesses grupos, visando alcançar um objetivo comum, entendemos que faz a conexão de todos com todos e fortalece as relações sociais. A interação realizada nessas iniciativas apresenta como oportunidade para trabalhadores e trabalhadoras relacionarem-se, repartirem as atividades, exercerem a comunicação, o diálogo e a ajuda mútua. Por essa atividade ser diferenciada e estar fundada em princípios de união, reciprocidade, solidariedade entre outros, é relevante apreciar as dimensões que perpassam nesses empreendimentos a partir dessa

prática. Diante desses argumentos procuramos entender como é a relação dessas mulheres entre elas mesmas, ou seja, a relação com os colegas e as colegas.

Engraçado né? a nossa relação eu acho que é assim: aí eu vou colocar todo mundo, eu acho que cooperado quando eles tão juntos são marido e mulher, têm brigas, têm discussões, mas tem também amor, eu acho que tem também companheirismo (...). (Componente 01)

A relação é excelente, dou bem demais com todos aqui, graças a Deus. (Componente 11)

É uma relação muito tranquila, aqui se você tiver uma diferença você já chega e já fala logo com a pessoa e resolve aquilo, aqui não tem esse negócio de ficar guardando não, nos damos muito bem. (Componente 08)

Muito bem, eu já considero elas como da família sabe? (Componente 15)

Oliveira (2009) enfatiza que na perspectiva da economia solidária os integrantes constroem em coletivo o procedimento de trabalho e de forma processual vão estabelecendo novas relações de trabalho e novas relações humanas. Nesses espaços as pessoas são estimuladas a aproximarem-se umas das outras, a partir de uma participação diária, estando na mesma posição, com isso, é possível o desenvolvimento de vínculos horizontais (SANTOS & BORINELLI, 2010). Ao ampliar o conhecimento sobre as relações sociais desenvolvidas nesses grupos e pelo fato dessas trabalhadoras já terem tido outras ocupações de trabalho, buscamos identificar através de seus depoimentos uma comparação entre as relações com os/as colegas. Nesse caso, perguntamos a elas se nesse trabalho a relação com os/as colegas tem sido melhor do que em outros trabalhos que antes participavam.

É melhor, todos eles aqui é mais amigo do que nos outros lugares que eu estava. É uai! todo mundo é unido um com o outro, aqui quando uma pessoa sente uma coisinha, o outro já preocupa mais, dá mais apoio e antes não, pois eles só ficavam concentrados no trabalho cada um por si. Eu acho aqui muito melhor, os meus amigos e amigas daqui eu acho muito mais legal, a gente tem muito mais amizade um com o outro. (Componente 05)

A relação aqui é melhor porque a relação é mais aberta, as pessoas se comunicam mais, nos outros lugares às vezes não pode nem comunicar né? eu acho que é melhor nesse ponto. (Componente 09)

É bem diferente, bem melhor. Olha, quando você trabalha para outra pessoa, mesmo que você tem um colega, você não pode chegar naquele colega e falar o que você quiser né? o colega te fez alguma coisa que você não gostou, primeiro você vai falar com o encarregado né? e aqui não, você já chega e já abre logo e fala e pronto e resolve aquilo, aquela pendência e já fica resolvido, aqui é muito melhor. (Componente 08)

Aqui é muito melhor, aqui a gente é mais amigo e ninguém manda no outro. (Componente 11)

Segundo Gaiger (1996), as experiências ligadas à economia solidária assumem novos contornos, pois desenvolvem outros comportamentos sociais e pessoais no âmbito do trabalho, “os indivíduos [...] por conta dos objetivos que os unem [...] tecem laços que ultrapassam a esfera material e as satisfações imediatas” (GAIGER & CORRÊA, 2011, p. 10). O exercício de participar nessas iniciativas, além de fazer parte de um novo lugar social, contribui para novos valores de convivência (DARÓS, 2009; OLIVEIRA, 2008). Nessas relações percebe-se que essas trabalhadoras têm convivido com os seus semelhantes de modo mais satisfatório do que nas outras ocupações que antes exerciam. Apesar de a economia solidária ser marcada por deficiências e fragilidades, ela oferece a possibilidade de relações sociais mais equilibradas (SOUZA, 2011). No entanto, encontram-se alguns poucos depoimentos que a relação de antes é igual a do grupo atual.

Eu acho que prá mim é a mesma coisa, sempre trabalhei antes e não tive inimizade com ninguém, a amizade é a mesma tanto aqui como antes. (Componente 03)

É igual, as pessoas que eu trabalhei no restaurante antes é igual com as daqui, todo mundo muito legal. (Componente 07)

4.8 Mudanças em relação à autonomia/independência

Dentre tantos outros aspectos, o trabalho cooperativo, apesar das circunstâncias, de acordo com alguns autores, também possibilita a seus participantes um ganho de autonomia e independência. Esse aspecto foi encontrado na realidade desses grupos onde foi analisado pela observação. Os fatores que vieram auxiliar no sentimento de independência e autonomia na vida dessas mulheres foram as assessorias, as reuniões, os cursos e a conscientização que têm recebido dos órgãos de apoio, como consequência disso, na rotina diária, vão adquirindo mais amadurecimento. O autodesenvolvimento das mulheres é permeado pela valorização de seu saber, pela apreensão de novas informações que fundamentam seu posicionamento, que lhes dão argumentos, sustentação e autonomia (OLIVEIRA, 2005, p. 166). Pode-se dizer que algumas já reconhecem e valorizam o ganho adquirido nessas atividades.

Sim, e como! Eu criei ... independência, eu me sinto muito mais independente em relação a antes. Você ter sua renda mesmo que seja pouca, mas você poder organizar sua vida financeira a partir dessa renda, é muito bom! É ótimo! E sem falar que quando têm certas situações que te obrigam a tomar uma decisão seja ela certa ou errada e você toma, isso vai te criando coragem para você não ter medo de trilhar. Aqui tive mais autonomia, tive e estou tendo uma experiência enorme, eu era e sempre vou tá falando essa palavra para você, muito insegura, muito mesmo e dependente e quando você se torna um cooperado que você aprende na prática o que é ser um cooperado e aí vem de novo aquilo que a gente chama que cooperado é

patrão e empregado, se eu sou patrão de mim mesma, se as responsabilidades são minhas, eu tenho que assumir essas responsabilidades, isso vai criando sim independência (...). (Componente 01)

... sou independente ... eu me sinto lá em cima. Esse trabalho tá dando isso prá mim sim aprendi a ter mais decisão para resolver as coisas sem ficar dependendo dos outros, agora corro mais atrás das coisas ... sou mais positiva e ... sou mais decidida prá agir sabe? ... tenho palavra. (Componente 04)

Eu acho que sim ... agora eu tenho a mente mais aberta, tenho mais conhecimento das coisas aqui e aqui tá me proporcionando isso, a gente viaja de vez em quando ... tem mais conhecimento ali, você vai prá uma reunião assim ... e interage com muita gente, ganhei mais experiência, mais maturidade, com certeza tenho mais autonomia agora. (Componente 08)

Agora eu sou uma mulher mais decidida, mais preparada, me organizo melhor, eu entendo mais as coisas, melhorei mais. (Componente 09)

4.9 Aprendizado sobre a solidariedade e a cooperação na prática¹¹¹

Para dar sentido à existência da economia solidária é necessário que seus membros conheçam nesse cotidiano a prática da cooperação e da solidariedade. Atuar de forma coletiva no desenvolvimento do grupo apoiando-se nesses princípios implica na aquisição de paciência, compreensão e aprendizado. Uma vez que, culturalmente, socializamos numa sociedade pautada por valores competitivos e pela verticalização das relações. Nessa perspectiva, por mais que haja pessoas que aderem ao movimento e que venham recebendo assessorias e permanente conscientização, ainda assim não é fácil incorporar esses elementos, pois estamos inseridos em uma sociedade marcada pela estrutura capitalista.

Manetti (2005) explica que os trabalhadores envolvidos na economia solidária sentem dificuldades na gestão do empreendimento, porque nunca tiveram antes contato com uma organização de trabalho em que eles são autores de todos os processos. Construir um trabalho cooperativo desafia homens e mulheres a desconstruir valores individualistas e estabelecer relações solidárias.

Na perspectiva de Gaiger & Asseburg (2007), essas organizações ao apoiarem-se na cooperação e ativarem circuitos de solidariedade, tendem a contribuir diretamente para com o fortalecimento dos seus membros propiciando a eles maior autonomia e confiança, e maiores

¹¹¹ A solidariedade é entendida aqui como algo que transcende as necessidades individuais. Considera-se então, que as soluções dos problemas individuais requerem a consideração dos problemas coletivos. Já a cooperação entende-se como a existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.

possibilidades de promoção da igualdade. Quando nos referimos a um empreendimento autodenominado solidário, tendo como foco a participação feminina, visamos analisar a disposição dessas trabalhadoras a aprender e experimentar a adesão da solidariedade, da cooperação, bem como a disposição de seguir com esses princípios na vida cotidiana. Partindo do objetivo exposto e tomando por referência a prática cotidiana que já manifestam nesses grupos, perguntamos se têm aprendido sobre esses princípios.

(...) olha, é um aprendizado de como lhe dá com as pessoas né?, com as diferenças, como dividir as atividades, viver em coletividade. Tenho aprendido muito a lidar com as diferenças, respeitar os limites de cada pessoa aqui no grupo, antes eu não tinha essa noção sabe? (Componente 07)

Sim, pois a gente tem que cooperar com todo o mundo, eu ajudo, dou conselho, quando eu vejo uma pessoa que tá errada eu ajudo e oriento ela ... tem sido um aprendizado prá mim, de como a gente tem que viver, a gente tem que ter a amizade, conversar, ser unido. No início eu era esquentadinha, eu era, esquentava e brigava por tudo, qualquer coisinha eu chorava, agora não, eu tenho aprendido a mim controlar (...). Tenho aprendido a ter muita paciência e compreensão, mas não é tão fácil. (Componente 04)

Sim. No nosso dia a dia mesmo tem isso né? A união, o cooperativismo, a ajuda, eu vejo no meu dia a dia, ... falo gente! vamos unir prá fazer isso, eu mesmo chego lá na reciclagem falo gente! vamos fazer assim, converso com eles, aí se alguém tá precisando disso, tá com problema em casa, passando alguma necessidade, eu falo prá o pessoal vamos unir, ajudar entendeu? Se aqui a gente não puder ajudar o colega, vou na prefeitura pedir ajuda sabe? eu vou, eu tenho aprendido sim. Praticar a solidariedade foi aqui mesmo, mas eu já praticava isso, sem mesmo conhecer isso. (Componente 02)

Sim, temos que cooperar um com o outro, pois aqui é uma cooperativa, quando uma vai puxar o bag, a outra vê e vem ajudar, a gente vai pegar um material e a outra vem e ajuda a gente, isso é cooperar uma com a outra. (Componente 03)

Tem sim. (...) eu falo o seguinte aqui com minhas colegas: quem não tem o espírito do cooperativismo não fica numa cooperativa, não fica ... quando uma pessoa entra na cooperativa, a gente já observa se a pessoa tem esse espírito, a gente observa o jeito de falar, de agir, a gente já sabe se essa pessoa vai ficar ou não sabe? ... eu entendo que quem trabalha numa cooperativa ... só fica se tiver o espírito do cooperativismo, quem não tiver não fica não ... então tenho aprendido sim, porque isso é a base (...). (Componente 10)

Sim, tenho aprendido bastante, aprendi a trabalhar em equipe e ajudar o outro. Esses princípios são a base de tudo né? se não tiver a união, a cooperação aqui na cooperativa, eu acho que não convém a gente trabalhar aqui né? na cooperativa um depende um do outro e isso dá sim prá gente aprender muita coisa. (Componente 05)

Tenho aprendido sim (...). Se eu ver uma pessoa fazendo o serviço ali, eu já vou lá ajudar, porque eu sei que aquilo ali depende de mim também, quando eles falam prá juntar todo mundo prá fazer o serviço, eu já tô na frente prá

ajudar entendeu? (...). Estou sempre pronta para ajudar no que for aqui, nunca falo não entendeu? sempre eu tô na frente prá ajudar. Eu tenho um coração bom, não tenho o coração ruim prá ninguém sabe? Eu gosto de todo o mundo e sobre isso aí, todo o serviço que trabalho é assim. (Componente 07)

Tenho sim, o primeiro passo do grupo é isso né? é cooperar uma com as outras, se uma tá com dificuldade você vai e ajuda, não só na parte do serviço, mas em casa ou dificuldade com o filho, com o marido, a gente sempre ajuda, faz o possível. Com certeza tem sido sim um aprendizado. (Componente 08)

Para grande parte delas, saber cooperar tem sido um novo aprendizado. As respostas apontam que, apesar das resistências, é possível que esses princípios possam ser incorporados e executados na prática. A ajuda mútua compartilhada relaciona-se com a ideia de que a união dessas trabalhadoras pode representar uma estratégia que ameniza as situações do desemprego, da pobreza e da exclusão. O fato de ser solidária, de ajudar, de cooperar com o próximo, de saber lidar com as diferenças respeitando o espaço de cada um, orientando e aconselhando tanto na divisão das tarefas quanto na vida pessoal/familiar, são alguns dos exemplos apresentados pelas trabalhadoras sobre o aprendizado desses princípios.

As organizações cooperativadas envolvem pessoas com perfis diversificados e, conseqüentemente, interesses diferenciados. A não efetivação da economia solidária na prática aparece como um dos grandes desafios (COSTA, 2007, p. 151). O não cumprimento dela pode estar relacionado a ações individualistas de muitos integrantes que desconhecem a ideologia do movimento ou mesmo a própria dificuldade de incorporação dos princípios no cotidiano.

Ao verificar a ajuda ao próximo, à cooperação/solidariedade na prática, observamos que algumas trabalhadoras ainda estavam distantes desse processo. Trata-se de uma situação contraditória exercida diariamente, porque a gestão compartilhada e a participação nessas experiências envolvem motivações variadas (COSTA, 2007). Não que seja o caso de todas, mais algumas tinham dificuldades de cumprir e colocar em prática esses princípios - caso observado na COOPRARTE. A proposta de um trabalho cooperativo ainda representa um desafio para muitos que dele participam, pois propõe a substituição das relações de trabalho individualistas, centralizadas por relações solidárias e horizontais. No entanto, o exercício coletivo/participativo característico desses grupos proporcionou um novo aprendizado para grande parte dessas mulheres, conforme as falas mencionadas.

A interdependência dessas trabalhadoras cumprindo esses elementos torna-se relevante para a capacidade de ação, para o funcionamento e permanência dessas atividades no mercado

(GAIGER & CORRÊA, 2011; GAIGER & ASSEBURG, 2007). Por outro lado, mesmo que esse aprendizado seja relevante para modificação de vidas como para o desenvolvimento dos grupos, é importante compreender se elas têm levado o que aprendem para outros espaços como para o ambiente doméstico, para os/as amigos/as, para vizinhos ou pessoas próximas.

Sim, olha só, eu não conseguia ouvir muito as pessoas, só conseguia me ouvir, e hoje não, pela força do trabalho, do que eu tenho aprendido dentro de uma cooperativa, dentro do cooperativismo, eu aplico também para minha vida pessoal, levo para fora, para minha família, para o ciclo de minha amizade. Essa é a solidariedade de ajuda né? o cooperado é assim: cada um ajudando o outro que tá ali na produção, terminou a sua parte, vamos lá ajudar o outro a terminar a tarefa dele, aí a gente leva muito esse tipo de elemento para a nossa vida pessoal. (Componente 01)

Eu levo e faço questão de passar isso, assim a gente vai ter um mundo melhor sabe? a gente quer ter um mundo melhor (...). Minha educação foi de sempre ajudar o outro que está do lado, de ser solidária, prestativa, uma educação bem humana, tive muitos ensinamento bons, coisa de família mesmo. Assim tudo que eu aprendi aqui na cooperativa, eu também comecei a passar prá dentro de casa, eu aprendi também que a família é um grupo pelo qual todos têm que trabalhar em prol dela e eu passei a aplicar os ensinamentos da economia solidária, do cooperativismo prá dentro de casa. (Componente 10)

Eu sempre quando chego lá em casa eu sempre falo prá eles, passo prá eles como que é aqui, como que é a união da cooperativa que todo mundo reunido aqui se for prá resolver um serviço aqui todo mundo vai, se for prá resolver uma coisa aqui todo mundo vai ajudando, é assim sabe? Eu passo para as pessoas, eu levo e explico como é aqui ... o meu jeito é assim sabe? ... a gente faz a parte da gente né? eu sempre gosto de tá conversando e explicando o que aprendo aqui. Eu sempre fui de ajudar os outros, sou prestativa desde nascença ... se eu vejo alguém que tá precisando de ajuda eu não fico de braços cruzados, eu vou lá e ajudo (...). (Componente 07)

Tenho sim, a gente passa a conhecer né? e passa isso prá frente, assim para o colega, para o vizinho, para um amigo né? eu tenho levado sim. (Componente 13)

Toda vida sempre fiz isso, sou uma pessoa muito solidária, lá em casa sempre falo para eles serem unidos, solidários, sempre ajudo os outros, se eu tiver roupa eu divido prá quem tá precisando ... às vezes a pessoa não tem condições de comprar eu divido e assim eu vou levando a vida ... é um ajudando o outro. (Componente 06)

Isso eu sempre tive, sempre pratiquei isso toda a vida. (Componente 15)

Aplicar o conhecimento adquirido dentro do movimento da economia solidária a outros espaços, a outras pessoas fora do ambiente de trabalho não tem sido um desafio para essas mulheres. Levam não apenas o conhecimento, as informações do trabalho que desenvolvem como também os valores aprendidos dessas experiências. Algumas delas em suas trajetórias de vida relataram que receberam uma educação mais humana de ajuda ao

próximo. Ser solidária, prestativa, ajudar as pessoas, isso já fazia parte da vida antes mesmo de entrarem para essas atividades.

4.10 Economia solidária como inclusão

Conforme Singer (2003), a economia solidária é promotora de um modelo de desenvolvimento inclusivo com prioridades para com a população trabalhadora em geral beneficiando, principalmente, aquela mais desfavorecida. Esse movimento vem se tornando uma ferramenta de inclusão para pessoas social e geograficamente excluídas, sobretudo trabalhadoras pobres. Nesse sentido, buscamos compreender se as mulheres que, diretamente, participam desse trabalho, sentem-se incluídas.

Sinto incluída sim, pois aqui é meu emprego e eu tô aqui todo o dia, apesar de que a gente não é reconhecida, porque o trabalhador normal tem direito a uma férias, um décimo terceiro, carteira assinada e isso a gente não tem (...). Mas aqui é um trabalho de dignidade, a gente limpa a cidade, evita a poluição, eu me sinto orgulhosa de trabalhar aqui, eu me sinto incluída como qualquer um, porque eu trabalho né? (...). (Componente 04)

Eu acredito que sim né? ... com certeza. Mesmo que não seja registrado, mas eu estou no mercado de trabalho né? é um trabalho também isso aqui né? eu me sinto incluída no mercado de trabalho, meu trabalho aqui, é muito importante, eu luto prá isso. Você fica muito conhecida, todo o lugar que você chega o pessoal te conhece (...). Independente dele não ter carteira assinada, ele é um trabalho, eu me sinto incluída normalmente como qualquer uma pessoa eu trabalho a semana toda aqui, busquei me qualificar e recebo meu dinheiro por isso aqui né? ... eu sinto a mesma coisa, pois tenho minha renda e sinto lá em cima, nas alturas. Eu não me sinto baixa nesse serviço aqui não, me sinto digna (...). Sou feliz, me sinto bem. (Componente 05)

Aqui prá mim é uma entrada no mercado de trabalho sim, normal, tranquilo, com toda certeza, é tanto que se um dia a gente tiver muito serviço aqui, se nós não tivermos cooperadas suficientes prá executar o trabalho, a gente terá que contratar mais pessoas prá trabalhar e elas vão entrar aqui como se estivessem entrando no mercado de trabalho como qualquer um outro, pois aqui é um emprego normal como os outros. (Componente 10)

Com certeza, aqui é como qualquer outro serviço, me sinto incluída sim, ... aqui é um serviço digno, decente onde eu me sinto bem nele. Sou uma mulher trabalhadeira e trabalho aqui na cooperativa, aqui eu tenho renda, é onde tiro o meu ganha pão, com certeza me sinto incluída sim, porque aqui é o meu trabalho. (Componente 07)

Sim, sinto sim, eu sou uma trabalhadora normal como qualquer outra, eu levanto cedo, faço minha coisas em casa, pego minha bicicleta e venho prá cá e trabalho o dia inteiro. Faço meu serviço aqui junto com minhas colegas, cumpro com nossas responsabilidades, os problemas que vêm a gente resolve juntas, faço minha parte, recebo meu dinheiro igual como qualquer

trabalhador. Eu me sinto incluída como uma trabalhadora independente de qualquer coisa. (Componente 08)

A presença da economia solidária nos interstícios da vida social dos setores populares mais vulneráveis tem sua justificção pelo desejo de reduzir as desigualdades socioeconômicas e de fortalecer a capacidade de ação dos empobrecidos e excluídos (CULTI, 2004). Nas atividades de natureza associativa, os indivíduos, a partir da vivência e por conta dos objetivos que os unem no trabalho reconhecem-se como integrantes de um coletivo de que são os principais protagonistas (GAIGER & CORRÊA, 2011).

Pelo fato de agregar uma população excluída das conquistas sociais básicas, é percebido, diante dessas falas, que esses empreendimentos oferecem a seus membros uma possibilidade de trabalho. O acesso à renda, a participação diária, a qualificação, a importância do serviço que fazem, o sentimento de pertença, a empatia vivenciada, o comprometimento, a partilha das dificuldades e as conquistas possibilitaram uma atitude de valorização desse trabalho fazendo com que essas trabalhadoras sintam-se parte do processo inclusivo promovido por essas iniciativas. De acordo com as respostas mencionadas, sentem-se dignas e incluídas da mesma forma que os trabalhadores dos setores formais.

No entanto, por ainda os grupos apresentarem limitações de estabilidade, de renda e inexistência de direitos trabalhistas, algumas de fato apontaram suas posições contra o processo promovido de inclusão.

Eu não me sinto incluída no mercado de trabalho não, ainda é meio termo. Aqui prá mim eu não considero como emprego não. Mais por causa da questão financeira porque o dinheiro daqui a gente não pode contar né? A gente não pode fazer compromissos, porque a gente não sabe quanto vai ganhar no mês. Já no mercado de trabalho normal paga mais e é mais seguro. Aí eu não me sinto incluída aqui não. (Componente 09)

Eu acho ... que a gente tinha que contribuir com o INSS ou então o Governo criar alguma coisa e nos ajudar, porque a gente trabalha e exige muito da gente, porque a gente trabalha muito na padaria. A gente levanta cedo, têm compras sou eu quem faço, me sobrecarrega bastante nesse sentido. Assim a gente não tá contribuindo, se a gente ficar doente não tem nem como. A padaria não dá o suficiente prá colocar uma pessoa para substituir a gente né? (...). Nesse trabalho aqui eu não me sinto protegida e amparada no sentido de carteira assinada como numa empresa, assim me sentiria mais incluída (...). (Componente 13)

Ainda que existam alguns depoimentos não favoráveis, as mulheres, em sua maioria, reconhecem que estão relacionadas, normalmente, com o mercado de trabalho. Por outro olhar, indo de encontro com esse processo inclusivo que essas experiências vêm proporcionando, principalmente, a pessoas de maior carência social, foi relevante observar

através das falas, a possibilidade de trocarem esse trabalho por um emprego formal com direitos trabalhistas assegurados e com possibilidades maiores de renda. Nesse sentido, buscamos visualizar se essa atividade para elas torna-se, de certa maneira, uma opção ou mesmo se é por falta de um trabalho devido ao processo de desemprego e exclusão.

Não, a minha saúde não dá mais prá trabalhar assim, eu já dei hemorragia craniana, então eu não posso forçar minha cabeça, aqui eu trabalho e vou prá casa direto e descanso a cabeça. Eu não tenho saúde prá trabalhar em outros lugares fichada, porque até prejudica a minha saúde, já aqui, eu sinto que é uma coisa minha, ... sinto mais livre ... lá é mais responsabilidade prá mim e chefe fazendo pressão, aqui a gente já começa sabendo que não tem chefe não. (Componente 15)

Não, prefiro ficar aqui, mesmo que me paguem mais em outro serviço ... a gente já tá acostumada com o serviço, com o trabalho, eu gosto daqui. Eu ia sentir muito se sair daqui. Quando eu saí do restaurante eu sentia muita falta e demorou demais prá eu acostumar (...). No dia que tenho que resolver as coisas e não venho trabalhar, eu sinto falta. Esse serviço é muito bom, eu já achei oportunidade de trabalho prá cozinhar no restaurante e pagava mais que aqui ..., mas é muita responsabilidade trabalhar em cozinha e eu já tive aneurisma então eu operei da cabeça, (...). Eu prefiro ter o meu lado emocional bom do que a renda, por isso não fui trabalhar em outros lugares e estou aqui. (Componente 07)

Até hoje não, eu até achei propostas de trabalho em indústrias ... mais eu não me interessei ainda não. Eu não fui por que eu não gosto de trabalhar sobre pressão, com patrão, eu que quero ser o meu próprio patrão, eu faço meu ritmo de serviço, mesmo lá pagando mais, mais eu acho que prefiro aqui, não sei, a gente não sabe o dia de amanhã né? pode acontecer alguma coisa porque eu não dependo totalmente da renda daqui desse trabalho, talvez seja por isso, eu tenho o meu marido que sustenta a casa e tenho meus filhos onde todos trabalham, assim eu não dependo totalmente da renda daqui, talvez seja por isso. Talvez se chegasse de eu depender totalmente da renda daqui, aí eu sei que não daria, aí eu tinha que procurar outro meio. Se fosse prá sair, seria por causa da renda, caso contrário não sairia, porque já convivo há muito tempo aqui. (Componente 08)

No momento ainda não, ... eu penso nisso mais prá o futuro, eu tenho criança ainda e eu não queria ter uma responsabilidade muito longa prá ficar sem tempo para a família, a responsabilidade aumenta muito né? por causa do horário, porque aqui meu horário é mais tranquilo e dá para conciliar prá tá com a família. Nesse momento eu não deixaria aqui prá ficar mais com minha família. (Componente 09)

Para algumas trabalhadoras esse trabalho caminha mais por uma opção. O momento atual faz com que algumas delas estejam nesses espaços devido a alguns fatores como: problemas de saúde (inseridas nesse trabalho é mais favorável para o bem-estar físico e mental do que em trabalhos formais que poderiam exigir mais dedicação), pela oportunidade de não depender exclusivamente da renda (sendo os outros integrantes da família os

provedores do domicílio), pelo fato de conciliar o trabalho com a família e por ser um trabalho mais livre, com ausência de chefe (o que propicia um sentimento de satisfação). Pode-se perceber que tiveram a oportunidade de se envolver em outros postos, mas devido a essas circunstâncias optaram por se manter nesses empreendimentos.

Já algumas outras trabalhadoras manifestaram sua opção pelo trabalho atual, devido à idade em que se encontram, onde o emprego formal já não lhes é acessível e quando conseguem, o serviço é mais desvantajoso, pesado ou mesmo desgastante. Foi dado apreço aos benefícios do trabalho formal e a segurança que ele possibilita.

Olha, eu poderia até ir, se o salário compensasse, se fosse melhor um pouquinho e me ajudasse mais naquilo que preciso, a gente poderia ter oportunidade de ter um médico, plano de saúde, essas condições que a cooperativa ainda não dá prá gente né?, mas se for um trabalho desgastante prá o corpo, eu prefiro ficar aqui, na verdade eu já arrumei muitos empregos por aí, assim eu tinha que pegar ônibus muito cedo, tinha horário de saída, mas não tinha horário de chegar em casa, então prá mim não é vantagem, já arrumei serviço na colheita de laranja, na colheita de café, mas eu não quis, na verdade ganha mais, só que prá mim não serve, porque é muito mais cansativo e muito desgastante e na idade que estou não pretendo me acabar não. Mas em relação à amizade, eu prefiro aqui. Eu só sairia daqui se o trabalho não fosse cansativo e tivesse uma renda melhor e com direitos trabalhistas. (Componente 05)

Eu acho que sim, aqui é bom, mas as condições (...). Se eu arrumasse um serviço que ganhasse melhor, não tanto do ganhar melhor, mas sendo fichado, eu sairia sim, por dá segurança né? se aqui adoecer, a gente tem que vir trabalhar doente, porque não tem outra pessoa prá substituir, a gente sai mais cedo prá fazer as coisas, com dificuldades tem que vir, então se eu trabalhasse de carteira assinada, eu poderia apresentar um atestado e não ir trabalhar, e aqui não tem como, aqui você tem que trabalhar de qualquer jeito ... pois a gente não pode deixar uma colega na mão né? Se aqui me desse essa segurança, eu ficaria sim aqui (...). (Componente 13)

Eu iria porque aqui a gente trabalha muito e ganha pouco, eu sairia daqui só se me pagasse um salário, mas por outro lado, a minha idade não dá mais prá trabalhar assim em outro serviço, por que depois de 40 anos as firmas não pegam né? aí eu vou ficando aqui prá ver se melhora, eu já tive oportunidade de ter um trabalho prá ganhar um salário, eu não fui por que o serviço é pesado, de enxada, aí eu não aguento né? A gente acha serviço prá até ganhar melhor, mas é pesado, e nossa idade não aguenta mais. (Componente 03)

Se eu aguentasse e achasse outro prá ganhar mais, e todo mês tivesse certeza que estaria ganhando esse dinheiro, pelo menos uns R\$ 600,00, eu já até pensei em sair e procurar, mas é o medo de eu não aguentar depois né? e aí como é que fica né? (risos). (Componente 06)

Eu iria, só não vou por causa da idade (...), iria mais por causa da renda e da estabilidade de ser fichada, mas vejo que se pagasse bem aqui eu não sairia caso eu tivesse um outro trabalho. (Componente 04)

É importante salientar que, mesmo que disseram que sairiam desse trabalho, podem mudar de ideia caso a situação melhorasse. O que seria mais estável, confortável e seguro para elas é a introdução de uma proteção trabalhista e uma maior remuneração. Essas trabalhadoras têm a consciência de sua pouca qualificação e escolaridade, além da idade elevada, o que dificultaria encontrar postos de trabalhos qualificados. Observamos que para elas, é mais viável permanecer devido a esses fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações dos problemas sociais existentes nas últimas décadas ocasionadas pelas transformações no mundo do trabalho estão demandando a construção de alternativas de trabalho e renda, como fonte de subsistência e inclusão social, aos indivíduos e grupos sociais mais afetados. A economia solidária constitui-se, nesse cenário, como uma forma de organização social que visa promover o trabalho colaborativo e a ação coletiva com vistas à redistribuição de recursos no enfrentamento das desigualdades sociais.

Nesse trabalho foi possível analisar a entrada de mulheres trabalhadoras vinculadas a contextos de vulnerabilidade, em experiências econômicas solidárias voltadas para a inclusão social. Nossa intenção foi captar mudanças na vida delas a partir da inserção nesses espaços. De maneira geral, os resultados obtidos indicam que as mulheres envolvidas nesses empreendimentos são, em sua maioria, pardas e negras, desvinculadas do trabalho formal, com experiências concentradas na informalidade, com baixa qualificação profissional, baixa escolaridade e com média de idade acima de 45 anos. O trabalho doméstico apresentou-se destaque em relação às ocupações que antes exerciam e grande parte são mulheres chefes de família sem a presença do cônjuge.

Pesquisas sobre mulheres e gênero na economia solidária ainda são insuficientes frente às contribuições das mulheres nas práticas registradas neste campo. Conforme Nobre (2003), as discussões de gênero ainda ocupam um espaço muito restrito, mantendo-se, muitas vezes, aquém do quadro de reflexões e práticas desvelado por experiências de geração de trabalho e renda dirigidas por mulheres. Para a autora, “esse momento é muito mais de desafio em um campo aberto de possibilidades ainda não exploradas” (NOBRE, 2003, p. 209).

Em relação aos grupos informais **Padaria Semear e Cozinha Bem Servir**, as mulheres participantes inserem-se em nichos tradicionais de atividades que são consideradas “femininas”, tratando-se, portanto, de extensões dos afazeres domésticos. A condição que leva as trabalhadoras a entrarem nessas atividades evidencia uma divisão sexual do trabalho que reforça a desigualdade entre os sexos no mundo do trabalho. As mulheres diante da sua condição de gênero, em relação aos homens, continuam mais presentes em postos invisibilizados e de baixo reconhecimento social.

As desigualdades de gênero reproduzem-se dentro do movimento da economia solidária. Essas trabalhadoras integram grupos de pequeno porte em condições de informalidade e pobreza. Ainda que esses dois empreendimentos não venham alterar a posição social ou mesmo o lugar da mulher na sociedade e apresentem dificuldades em

relação à falta de infraestrutura, de capital de giro, de local próprio para comercialização e dependência de incubação, foi possível perceber e acompanhar certos aprendizados vivenciados pelas suas integrantes.

A participação nesses espaços tem dado a elas o exercício de grande autonomia diante do trabalho. Os grupos não apresentam dificuldades para serem conduzidos; a demanda da população local incentiva o trabalho conjunto e a responsabilização coletiva. O ambiente mostrou-se bastante amigável, sendo todas moradoras do bairro. A possibilidade de tomarem decisões, de socializarem as dificuldades, de compartilharem os resultados alcançados e a própria oportunidade de receberem o mesmo conhecimento e qualificação, de forma horizontal, foram os fatores positivos na gestão e funcionamento desses empreendimentos (RIBAS BONET, 2005; OLIVEIRA, 2005; OLIVEIRA, 2008; GUÉRIN, 2005). Foi possível também perceber que a partir dessa diferente racionalidade na organização de trabalho, essas experiências diferenciaram daquelas atividades marcadas por ações individualizadas, isoladas e que caminham apenas para a obtenção do lucro.

No caso da **COOPRARTE**, a situação mostra-se mais complexa e heterogênea devido ao alto grau de precariedade que caracteriza a atividade da reciclagem e a própria diversidade do grupo feminino. A cooperativa apresenta um espaço que agrega majoritariamente mulheres excluídas e vulneráveis a maior situação de pobreza. A inserção da mulher na cadeia produtiva da reciclagem também reproduz a desigualdade de gênero. A diferença amplia-se devido às condições precárias do trabalho – alto grau de periculosidade e insalubridade que estão sujeitas.

Analisando o caso da **COOPRARTE**, diferentemente dos grupos de alimentação analisados, possui uma viabilidade econômica maior, com uma infraestrutura mais consolidada e com um potencial de crescimento em relação ao tratamento dado às questões ambientais. Por outro lado, essas conquistas não propiciaram grandes resultados. A cooperativa passa por dificuldades para manter-se autonomamente devido à baixa produção e comercialização dos resíduos, tem dificuldade de vender diretamente a grandes indústrias - o que a faz ainda permanecer na margem da cadeia e dependente de assessoria e de recursos financeiros dos órgãos de apoio.

Devido a um perfil diversificado e ao fato de antes nunca terem vivenciado atividades econômicas cooperativas (Nasciutti, 2003), (Manetti, 2005), o cotidiano revelou as dificuldades que esses/as trabalhadores/as encontram na administração do grupo. Uma parte dos/as cooperados/as não construiu uma consciência participativa dada pela gestão. Ainda predominam alguns membros que desconhecem o significado de uma cooperativa, assumindo

posturas individualistas e desrespeitosas no ambiente de trabalho. Percebemos que as líderes e algumas outras cooperadas eram as que mais atuavam na parte decisória/administrativa. A divisão das funções do trabalho manifestava-se a partir da habilidade e conhecimentos específicos determinados pelo sexo do trabalhador, reforçando a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003).

O impacto dessa divisão (Bruschini, 2000) revela a condição vulnerável para a grande maioria dessas trabalhadoras, pois estavam ligadas ao trabalho sujo e degradante. Por outro ângulo, a despeito dessa realidade de vulnerabilidade, a cooperativa possibilitou meios de subsistência e integração social a famílias de baixa renda, nesse caso, auxiliando mulheres trabalhadoras chefes dos domicílios pobres. Em certa medida, esse trabalho torna-se um caminho encontrado por muitas que se inserem, de alguma forma, para suprir suas necessidades imediatas e cotidianas. Mesmo que a precariedade permaneça grande no grupo, é importante apontar que se trata de trabalhadoras, com baixa instrução escolar e sem nenhuma ou pouca qualificação profissional, além da elevada idade, o que dificulta ou mesmo impossibilita encontrar postos de trabalho mais bem qualificados e bem remunerados.

Foi possível também visualizarmos algumas vantagens que diretamente as beneficiaram. A inserção deu condições de adquirirem novos conhecimentos ligados ao meio ambiente, à reciclagem e a própria organização de uma cooperativa. Além disso, o grupo possibilitou a elas o sentimento de pertencimento e interação social diante dos agentes externos como o poder público, a prefeitura, a ITCP, moradores, comerciantes, fábricas/indústrias locais e compradores.

Referindo-se aos três empreendimentos analisados, em relação à percepção das integrantes sobre as mudanças ocorridas em suas vidas, podemos considerar que essas iniciativas aparecem com potencial de positividade percebido por elas a partir da ausência de patrão, de maior autonomia, igualdade e liberdade no espaço de trabalho. Como foi apresentado por Arruda (2003), Lavelle & Gaiger (2009) e Santos & Borinelli (2010), a economia solidária é uma proposta de trabalho cooperativo que busca substituir as hierarquias pela horizontalidade das relações, adotando critérios mais igualitários e socializando os recursos produtivos, a base que valoriza e sustenta esse diferente formato de trabalho baseia-se na igualdade.

Por outro lado, apresentam dificuldades relativas à baixa remuneração e a ausência de proteção trabalhista. A instabilidade financeira impossibilita que os grupos consigam se beneficiar de formas alternativas de seguridade. Atualmente, boa parte dessas mulheres ainda

continua sendo responsáveis pelos serviços domésticos. Em alguns casos, ocorreram pequenas alterações nos arranjos familiares com maior ajuda dos membros da família.

A entrada nesses empreendimentos deu condições a essas mulheres de obterem ganhos de qualificação, de autonomia e maior interação com a comunidade local. A qualificação resultou da constante presença dos órgãos de apoio que ofereceram cursos profissionalizantes e treinamentos. Oliveira (2005), Gaiger (2000b) e Oliveira (2008) destacam que um dos objetivos apresentado pela economia solidária é qualificar aqueles que dela participam dando condições de valorizar suas capacidades e potencialidades. Em relação à interação com a comunidade local, mostrou-se um procedimento importante. A construção de diálogos, a vivacidade dos laços de amizade e a socialização com os moradores locais foram sendo desenvolvidas, diariamente, a partir dessa relação. Nesse sentido, acabaram interagindo e ganhando visibilidade pública local.

No que diz respeito aos ganhos de autonomia na gestão do trabalho, podemos constatar que se tornou um desafio e um grande aprendizado pelo fato de nunca terem exercido um trabalho em conjunto. A autonomia compartilhada simboliza aspectos positivos na medida em que a participação nas decisões nos grupos fortalece sentidos de pertencimento (COSTA, 2007). Nesses empreendimentos, muitas vivenciaram responsabilidades dadas pelo coletivo revelando suas capacidades de ação e decisão.

Outro ganho mostrado nesse estudo foi a “valorização da subjetividade” (SANTOS & BORINELLI, 2010; BARRETO, 2003; OLIVEIRA, 2005). Através dos depoimentos, foi enfatizada a satisfação pelo trabalho executado contribuindo para a melhoria da autoestima. O acesso ao conhecimento/qualificação, a visibilidade do trabalho, a interação social e a melhoria nas condições de saúde foram os principais elementos destacados por elas. Os grupos, em certa medida, também deram condições para que essas mulheres compartilhassem de novas relações sociais de trabalho. Foi possível observar a importância dos/as colegas nessas atividades. Isso mostra um diferencial importante na promoção de novos valores de convivência entre as pessoas (DARÓS, 2009; OLIVEIRA, 2008).

No que diz respeito ao aprendizado sobre os princípios de cooperação e solidariedade, em parte, foi possível serem aprendidos e executados. Não é o caso de todas, mas para a grande maioria esses princípios têm sido um novo aprendizado.

A literatura sobre economia solidária exalta a possibilidade em oferecer inclusão social. As mulheres, em sua maioria, alegaram que nesses espaços sentem-se dignas e incluídas. Pode-se considerar que estão incluídas? A economia solidária está repleta de sentidos, possibilidades, desafios e limites. O que se torna desafiador é a sua efetivação. As

experiências estudadas demonstram uma realidade complexa, heterogênea e ainda distante para tornar-se um verdadeiro e ideal procedimento inclusivo.

A renda das trabalhadoras é notoriamente baixa e irregular, e para muitas limita-se à sobrevivência imediata, o que demonstra que ainda continuam socialmente vulneráveis (MELO, 2005; ABRAMO, 2004). Os grupos têm buscado caminhar em prol da estabilidade e independência, mas são marcados por dificuldades financeiras. A possibilidade de trocar esse trabalho por outro que ofereça maior renda e proteção trabalhista demonstra que o ideário solidário passa por fragilidades. Algumas mostraram sua opção pelo trabalho atual, devido à idade em que se encontram, o que inviabiliza o acesso a outras ocupações remuneradas. Sentem vontade de sair na possibilidade de estarem protegidas, asseguradas com uma renda estável e direitos trabalhistas.

As iniciativas econômicas solidárias ainda são incipientes, instáveis e apresentam vários desafios para que seus resultados estejam de acordo com o seu potencial de mudança e desenvolvimento. Não ficaremos presos apenas a essas questões, essas experiências também são portadoras de outra racionalidade constituindo “como uma possibilidade importante de trabalho, sobretudo para mulheres de comunidades pobres” (OLIVEIRA, 2010, p. 19). No plano de sentidos/possibilidades, os impactos gerados, em parte, propiciaram oportunidades sociais de bem-estar recíproco, aprendizado sobre os princípios norteadores e fortalecimento dos laços sociais. Mesmo que os grupos estejam em estado de precariedade e pobreza, ainda assim, têm possibilitado maior acesso à autonomia, à qualificação, oportunidade de trabalho, melhoria da autoestima e visibilidade do trabalho realizado a uma parcela dessas trabalhadoras.

Como aponta Souza (2011, p. 182-183), “Em vez de romantismo ou busca delirante de algo inalcançável, seria uma meta distante que, ao ser buscada, já provoca resultados positivos na vida de pessoas acostumadas à marginalização”. A economia solidária constitui-se numa realidade socioeconômica, “apesar de pequena, tímida e ainda pouco nítida”, “não se trata de uma miragem” (p. 182-183).

REFERÊNCIAS

ABRAMO Laís. Perspectiva de Gênero e Raça nas Políticas Públicas. Mercado de Trabalho/IPEA. Nota Técnica. Novembro, p. 17-22, 2004.

_____. A Situação da Mulher Latino-Americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. Proposta. nº 88/89, Março/Agosto, p. 73-96, 2001.

AMORIM, Rizioneide Souza. A Economia Solidária, Um Passo Além da Informalidade: a experiência do Dendê – Fortaleza – Ceará. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2005.

ANGELIN, Rosângela; BERNADI, Cecília Margarida. Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero. Revista Espaço Acadêmico, v. 6, n. 70, São Paulo, mar. 2007.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de P. (Orgs). Novas configurações do trabalho e economia solidária, São Paulo, Annablume, 2012.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; DURÂES, Bruno José Rodrigues. Informalidade e Desproteção Social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In: COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia; SILVA, Rosane; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica. (Org.). Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo. 1 ed. Recife: Edições SOS CORPO, 2010, v. , p. 83-113.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero, Família e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Cap. 1, p. 15-78.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, Marcos. Situando a Economia Solidária. In: Fundação Luís Eduardo Magalhães Economia Solidária: desafios para um novo tempo. Salvador: FLEM, 2003.132 p. (Cadernos FLEM, 5).

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil. MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes (Orgs). Unidad Mujer y Desarrollo Proyecto “Governabilidade democrática e igualdade de gênero” CEPAL - SERIE Mujer y desarrollo N° 66. Santiago de Chile/ Junho, 2005.

BARBOSA, R.N.C. A Economia Solidária Como Política Pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARRETO, André Valente de Barros. Cultura da Cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, André Ricardo et al (org). Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003, p.287-312.

BOLETIM DIEESE (2004). Edição Especial. A Mulher Chefe de Domicílio e a Inserção Feminina no Mercado de Trabalho (www.dieese.org.br).

_____ (2003). Edição Especial. Mulher Negra: Dupla Discriminação nos Mercados de Trabalho Metropolitano (www.dieese.org.br).

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O Novo Espírito do Capitalismo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, Empoderamento e Metodologias Centradas na Família: conexões e uma experiência para reflexão. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, UNESCO, 2009.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e Homens no Mercado de Trabalho Brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (Orgs). As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. Seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios, ABEP e NEPO, Campinas/SP, abril, 1998.

_____. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Rosa Maria B. da (Org). Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000. 384 p.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

BRUSCHINI, C; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e Gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina O; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (Orgs). Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações internacionais. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008.

CALDERONI, Sabetai. Os Bilhões Perdidos no Lixo. São Paulo. Humanitas/Publicações/FFLCH-USP, 1998.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. 1.ed: Buenos Aires : CLACSO, 2011.

CAPPELLIN, Paola. Gênero, Trabalho e Cidadania em Tempo de Crise do Emprego. In: II Encontro de Intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Brasília, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Grupos de geração de renda para mulheres: reforço ou ruptura com a divisão sexual do trabalho? I Simpósio sobre Estudos de Gênero e

Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina/Paraná. Anais ISSN 2177-8248, p.16-24, Junho, 2010a.

_____. Geração de renda para mulheres e divisão sexual do trabalho: Limites ao trabalho feminino. Associativismo, Profissões e Políticas Públicas – III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero. UFG/Goiânia. 2010b.

CARMO, M. S. A semântica “negativa” do lixo como fator “positivo” à sobrevivência da Catação – Estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Administração. ENANPAD, Brasília – DF, 2005.

CARNEIRO, C.B.L. Programas de Proteção Social e Superação da Pobreza: concepções e estratégias de intervenção. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade Em Rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, M. G. “Feminização da pobreza” em cenário neoliberal. In: I Conferência Estadual da Mulher – Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.

CHERFEM, Carolina Orquiza. Mulheres Marceneiras e Autogestão na Economia Solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2009.

CONAES, II Conferência Nacional de Economia Solidária: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. Documento Final, Brasília/DF, 2010.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas, SP: Editora Átomo, 2ª Ed. 2003/2005.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CORTEZ, A.T.C. A coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos urbanos. In: CAMPOS, J.de O. et al. (Org.). Manejo de Resíduos: pressupostos para a gestão ambiental. Rio Claro: UNESP, 2002.

CORTIZO, Maria Del Carmen; OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A economia solidária como espaço de politização. In: Serviço Social e Sociedade. Ano XXI, nº80, v.25. Editora Cortez, Novembro de 2004, p.83-90.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. Olhares Feministas. MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lúcia (Organizadoras). Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

COSTA, Bianca Lima. Em Busca de Autonomia: A trajetória de mulheres na economia solidária. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte/Minas Gerais, 2007.

CULTI, Maria Nezilda. O Desafio do Processo Educativo na Prática de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2006.

_____. Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos. IV Congresso Europeu CEISAL de Latinoamericanistas. Bratislava-República Eslovaca. 2004.

DARÓS, Marilene Liége. Pobreza, Ressentimentos e Luta por Reconhecimento: um estudo na Ilha Grande dos Marinheiros – Porto Alegre. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2009.

DIAZ, Mariela Inés; DARÓS, Marilene Liége. Situação de pobreza e valores que colaboram para lutas de reconhecimento. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina "Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?" UEL. Londrina, 2008.

DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização. Orgs: FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESCRITÓRIO DE PRIORIDADES ESTRATÉGICAS. O Desemprego Em Minas Gerais. Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

FERREIRA, Maria da Luz Alves. Trabalho Informal e Cidadania: heterogeneidade social e relações de gênero. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/2007.

FLAX, Jane. (1987) Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.217- 250.

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade? Mercado de trabalho – 41, nov. 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Economia Solidária. In: VERACIDADE, Ano IV, nº 04, Março/Salvador, 2009.

_____. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. In: Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, jan.-jun. Porto Alegre/RS. 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANCESCHINI Guilherme; RIBEIRO, Caroline Lins; MACHADO, Maria Lúcia Teixeira. Economia Solidária e Autonomia Social: contribuições do trabalho de catadores/as de

resíduos para a sustentabilidade socioambiental. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis - SC, 2010.

FREITAS, Maria Vany de Liveira. Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo-Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio; CORRÊA, Andressa da Silva. O diferencial do empreendedorismo solidário. Ciências Sociais UNISINOS, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 34-43, jan/abr 2011.

GAIGER, Luiz Inácio; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; PEDRO, Hespanha (Orgs). Ed: ALMEDINA, AS. Lisboa, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio; ASSEBURG, Hans Benno. A economia solidária diante das desigualdades. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 499 a 533.

GAIGER, Luiz Inácio. A Outra Racionalidade da Economia Solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, Dezembro, 2007.

_____. A Dimensão Empreendedora da Economia Solidária: Notas para um debate necessário. Revista Otraconomia, volumen II - nº 3 - 2º sem/2008.

_____. “Os Caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul”. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000a.

_____. A economia popular solidária no horizonte do terceiro setor. Dublin: July 2000b.

_____. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: Formas de combate e resistência à pobreza. São Leopoldo: Ed. UNISINO. 1996, p.101-124.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. Transformações e Permanências no Trabalho de Catação: organização e precarização. Revista Pegada – Especial. UNESP-Julho/2011.

GUÉRIN, Isabelle. As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Caminhos Cruzados - Estratégias de Empresas e Trajetórias de Trabalhadores. São Paulo: Ed 34, 2004.

GUTIERREZ, Rafaela Francisconi; ZANIN, Maria. Panorama de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores no Brasil. In: GUTIERREZ, Rafaela Francisconi; ZANIN, Maria (Orgs). Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas. São Carlos: Claraluz, 2011.

_____. Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores do Estado de São Paulo: um panorama a partir do sistema nacional de informação em economia solidária. Revista Pegada - Especial O Trabalho no Lixo. UNESP-Julho/2010.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna - Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HASENBALG, Carlos. Pobreza no Brasil no Final do Século XX. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Mesa Redonda: Exclusão Social e Cidadania. UNICAMP, Campinas/São Paulo. Setembro, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil: 1975-1995. In: MICELI, Sérgio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, set./dez, 2007.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual de trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena (Orgs). Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo, Ed USP, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. Nova Economia, nº 14, p 35-58, Maio/Agosto, 2004.

HOLZMANN, Lorena. Empreendimentos Solidários. Autonomia ou tutela? Seminário Franco-Brasileiro sobre Economia Solidária. Campinas/Brasil, Agosto de 2009.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade! In SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs). Teoria Crítica do século XXI. São Paulo: Annablume, 2007.

IPEA. Mulher e Trabalho: avanços e continuidades. Brasília: Comunicados do IPEA, nº 40, 8 de março/2010.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, UNESCO, 2009.

KEGOART, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-65.

_____. A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. Revista Pró-posições Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, v.13, n 1 (37), jan/abr. 2002. p. 47-59.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia Popular Solidária: paisagens e miragens. In: Serviço Social em Revista- V.9, nº 1 jul/dez 2006.

LAVILLE, J. L. Economia Social. In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. *Econômica*, v. 4, p. 25-59, 2002.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As Raízes Históricas da Economia Solidária e Seu Aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002.

LEITE, Márcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: teorias e realidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 24. nº 69. São Paulo Feb. 2009.

LEITE, Márcia de Paula; SOUZA, Silvana Maria de. Igualdade de Gênero e Raça no Brasil: Uma Discussão sobre a Política Pública de Emprego. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 1, 2010, pp. 195 a 231.

LEONE, Eugenia Troncoso. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. Organização Internacional do Trabalho/Escritório do Brasil. Documento de trabalho nº 3. Série Trabalho Decente no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

LESSA, Simone N. (org.) Mesonorte: diagnóstico para a agenda de desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião do Norte de Minas. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2007.

LIMA, Cristiano de França. Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina "Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?" UEL, Londrina. 2008.

LIMA, Jacob Carlos; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; RODRIGUES, Cecília Carmen Pontes. Empreendimentos Urbanos de Economia Solidária: alternativa de emprego ou política de inserção social? *Sociologia & Antropologia* - v.01.02: 119 – 146. UFRJ/Rio de Janeiro/RJ, 2011.

LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais/Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais*. Vol 19. nº 56, Outubro, 2004.

_____. Participação, Empreendedorismo e Autogestão: uma nova cultura do trabalho? In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez., p. 158-198, 2010b.

_____. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)*, v. 13, p. 17-26, 2010a.

_____. A Globalização da Precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. In: *Retratos do Trabalho no Brasil*. NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria (Orgs). Uberlândia: Edufu, 2009.

LOMBARDI, Maria Rosa. Anotações sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de P. (Orgs). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*, São Paulo, Annablume, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAGALHAES, Edgar Pontes de. Combatendo a Pobreza e Enfrentando as Vulnerabilidades: desafios para a articulação entre o programa bolsa família e a proteção social básica. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, UNESCO, 2009.

MANCE, E. A. A revolução das redes – A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANETTI, Dione. Autogestão e Economia Solidária. In: Revista de Economia Solidária. Economia, solidariedade, e gestão: a auto – organização do trabalho no Brasil Ano 1 n° 0 Dezembro de 2005, p. 7-10.

MARQUES, LÍlian Arruda; SANCHES, Solange. Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho: tendências recentes. In: Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2010.

MARUANI, Margaret. Emprego, Desemprego e Precariedade: uma comparação europeia. In: Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Orgs). Rio de Janeiro: Ed FGV, 2008.

MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (Org.) As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? Psicologia & Sociedade; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006.

MELO, Hildete Pereira de. Mulheres, Reestruturação Produtiva e Pobreza. Seminário Internacional “Políticas y programas de superación de la pobreza desde la perspectiva de la gobernabilidad democrática y el género”. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. Proyecto gobernabilidad democrática e igualdad de género en América Latina y el Caribe Quito, Ecuador, agosto, 2004.

_____. Gênero e Pobreza no Brasil. In: Relatório Final do Projeto Governabilidad Democrática de Género en America Latina y El Caribe. Brasília: CEPAL, 2005.

MELO, Hildete Pereira de; BARROS, Flávio, “O Desemprego no Feminino”, em Archétypon, n. 22, jan/ab. 2000.

MELO; Hildete Pereira de; VASCONCELOS, Márcia; BERG, Janine; PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália. Crise econômica internacional e o impacto sobre as mulheres: respostas e desafios no Brasil. In: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

MISSIO, Fabrício J; ALVES, Fabiano F; VIEIRA, Rosele. Economia Popular Solidária e Precarização das Relações de Trabalho. Análise Porto Alegre/RS v. 18 n. 2 p. 5-22 jul./dez. 2007.

MIURA, P. C. O. Tornar-se Catador: uma análise psicossocial. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. 2004.

NASCIMENTO, Cláudio. A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, Maio, 2004.

NASCIUTTI, Jacyara Carrijo Rochael. Participação comunitária para melhor qualidade de vida. Série Documenta, no 11, Ano VIII. Eicos/Cátedra da UNESCO de Desenvolvimento Durável. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001.

NASCIUTTI, Jacyara C Rochael; DUTRA, Fabiana Silveira; MATTA, Juliana Santana et al. Cooperação e Autonomia: desafios das cooperativas populares. Cad. psicol. soc. trab., dez. 2003, vol.6, p.91-107. ISSN 1516-3717.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e Gênero: permanências e desafios. Sociedade e Cultura/Revista de Ciências Sociais, UFG, julho-dezembro, vol.9, nº 002, pg 257-265, 2006.

_____. Gênero, mercado de trabalho e qualificação. In: Revista de Administração da FEAD-Minas, v. 1, n. 2 - jul./dez. Belo Horizonte: FEAD-Minas, 2004b.

_____. As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: ZEBALLOS, Eliseo; SANTOS, José Vicente Tavares; FIGUEREDO, Dario (Org). América Latina: hacia una nueva alternativa de desarrollo. Arequipa, Peru: Unsa, 2004a p. 186-199.

NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 205-211.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: Modulo 1. Brasília: OIT, 2005.

OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de. Incubadoras universitárias de empresas e cooperativas; contrastes e desafios. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. SP. DPCT/IG/UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A Trajetória de Empoderamento de Mulheres na Economia Solidária. Gênero. Niterói, v.5, n.2, p. 157-177, 1º sem. 2005.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na Economia Solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. In: Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

_____. O trabalho associativo em economia solidária sob a ótica do gênero. In: III Seminário Nacional Trabalho e Gênero: associativismo, profissões e políticas públicas, 2010.

OLIVEIRA, Sílvia Cristina Aragão. A Economia Popular Solidária Como Enfrentamento à Pobreza: um estudo sobre a experiência da Cozinha “Bem Servir” do Bairro Santos Reis – Montes Claros. Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros – MG, 2009.

PEREIRA, Maria Cecília Camargo. Experiências Autogestionárias no Brasil e na Argentina. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2007.

PINTO, João Roberto Lopes. Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ, 2004.

POCHMANN, Márcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidade e limites. Mercado de Trabalho/IPEA. Nota Técnica. Agosto, p. 23-34, 2004.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes; PESSOA, Cleudes. Economia Solidária e Feminista: reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres. II Encontro Internacional – Trabalho e Formação dos Trabalhadores. Fortaleza/CE, 2008.

RAZETO, Luís. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ, F. (Orgs). Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Revista Proposta Nº 75 dezembro fevereiro de 1997a.

_____. El Factor “C”. Santiago/Chile: campus virtual de la economiasolidária, 1997b. Disponível em: <http://www.economiasolidaria.net>

REIS, Carlos Nelson dos. Economia Solidária: um instrumento para inclusão social? In: Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre/RS. FEE, 2005.

REIS, Maurício. Um panorama do mercado de trabalho brasileiro no período 1996-2009. In: Mercado de trabalho: conjuntura e análise/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego. - v.1, n. 50 - Brasília: IPEA: MTE. Ano 17, Fevereiro, 2012.

RIBAS BONET, Maria Antonia. “Mujer y trabajo en la economía social”. Editorial CES: Madrid, 2005.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: Ed: FGV, 2003.

ROCHA, Maria da Consolação. As políticas neoliberais implementadas no Brasil nos anos 90 e as repercussões na vida das trabalhadoras brasileiras. Caderno Espaço Feminino, v.13, n.16, Jan./Jun. 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHES, Solange. O Trabalho Doméstico no Brasil, Brasília, OIT, 2006 (mimeo).

SANTOS, Tânia Steren dos. Gênero e Políticas Sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p . 97-128, jan./jun. 2008.

SANTOS, B. S. (org.) Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; BORINELLI, Benilson. Economia Solidária: propostas e perspectivas. In: Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional / (organizador) Benilson Borinelli...[et al.] – Londrina: UEL, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SCHWENGBER, Ângela M. Economia Solidária – de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-65.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, v. 16. n (2), Jul/Dez, 1990.

SILVA, T. A. D. ; RUMIN, C. R. O trabalho feminino numa experiência autogestionária. In: VI Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca - O Trabalho em Debate. Anais, Franca/SP, 2008.

SILVA, Marcelo Rodrigues da. Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Resíduos Sólidos: o caso da associação de catadores Érick Soares do município de Abreu e Lima/PE. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife/PE, 2006a.

SILVA, Rosemeire Barboza da. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. INTERthesis, v.3 n.º.2. Florianópolis/SC, Jul/Dez, 2006b.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
_____. Economia Solidária: possibilidades e desafios. Este texto foi extraído da palestra proferida pelo Professor Paul Singer no Sindicato dos Engenheiros no Rio de Janeiro. Proposta, n.º 88/89 Março/Agosto, 2001.
_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 116 - 129.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOBRAL, Natália Gomes; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; COSTA, Jussara Carneiro. Gênero e Invisibilidade Social Entre Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande/PB. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações. 2009.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: Gênero e Ciências Humanas: desafios as ciências desde as perspectivas das mulheres. Org: Neuma Aguiar. Rio de Janeiro: Record: Rosas do Tempo, 1997.

SORJ, Bila; FONTES, A; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre trabalho e família no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132. Set/Dez. 2007.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, Albertina O; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (Orgs). Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações internacionais. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.15-23.

SOUTO, Leila Gonçalves. Economia Popular Solidária Desenvolvimento no Norte de Minas: uma análise da Casa de Costura Com Arte. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais - Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros – MG, 2009.

SOUZA, André Ricardo de. Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária. SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs). São Paulo: Contexto, v. 1. 2003.

_____. Um Exame da Economia Solidária. Otra Economía, vol. 5, n. 9, julio-diciembre, 2011.

SOUZA, Wander Pereira de. Catadores de Materiais Recicláveis das Ruas de Porto Velho: cotidiano e estratégias de sobrevivência. UNIR. Porto Velho/RO. 2005.

VIEIRA, Elias Antônio. Participação da Cooperativa de Trabalho de Materiais Recicláveis como Modalidade da Economia Solidária na Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos Domiciliares: a experiência de Serra Azul (SP), Brasil. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET-CT/UFMS. VIEIRA, v(2), n°2, p. 129 – 141, 2011.

WIRTH, Ioli, Gewehr. As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão? Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação. Campinas/ SP, 2010.

ANEXOS

Questionário:

Idade_____. Nome:_____.

Escolaridade:

- () Não Alfabetizada
 () Alfabetizada (Antiga 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental Concluída)
 () Ensino Fundamental incompleto
 () Ensino Fundamental completo
 () Ensino Médio incompleto
 () Ensino Médio completo

Estado Civil:

- () Casada () Solteira () Divorciada () Desquitada () Vive com o
 companheiro () Viúva () Outros

Raça/Cor

- () Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena () Outros

Tem filhos? () sim () não. **Quantos?**_____. **Alguns deles recebem alguma assistência financeira do Governo?** () sim () não.
Qual?_____.

Quantas pessoas moram em sua casa?_____. **Quantos trabalham?**_____.

Você ajuda nas despesas da casa? () sim () não. **Quem é a pessoa da sua família que mais contribui nas despesas da casa?**_____. **Ela é o/a chefe da família?**
 () sim () não.

Qual tem sido a sua média de renda por mês, no empreendimento, nos últimos seis meses:

- () até ½ salário mínimo
- () ½ a 1 salário mínimo
- () 1 a 2 salários mínimos
- () Acima de 2 salários mínimos

Qual é a média de renda geral por mês de todas as pessoas da sua família que trabalham:

- () até ½ salário mínimo
- () ½ a 1 salário mínimo
- () 1 a 2 salários mínimos
- () Acima de 2 salários mínimos

A renda adquirida no empreendimento tem ajudado a melhorar a sua vida e a dos seus familiares?

- () sim, tem ajudado
- () não tem ajudado
- () um pouco

Você possui alguma outra fonte de renda além da que você recebe no empreendimento?

- () sim
- () não. Se sim, qual é essa outra fonte de renda? _____.

Há quanto tempo está no empreendimento?

- () 1 a 6 meses
- () 6 meses a 1 ano
- () 1 a 2 anos
- () 2 a 3 anos
- () Acima de 3 anos

Você exerce algum outro trabalho além do que você executa no empreendimento?

- () sim
- () não. Se sim, qual? _____.
- Recebe por ele? _____.
- Quanto? _____.

Quem cuida dos serviços domésticos em sua casa? _____.

E quem cuida dos filhos menores? _____.

O tempo diário que você trabalha no grupo é:

- () 4 horas diária
- () 5 horas diária
- () 6 horas diária
- () 8 horas diária
- () acima de 8 horas diária

O que fazia antes de se envolver no empreendimento?

- Estava desempregada
- Ajudava em casa nos serviços domésticos
- Trabalhava em outra atividade. Qual? _____.
- Trabalhava no lixão
- Não fazia nada,
- Apenas estudava
- Outros

Quais os motivos que a levaram a participar do empreendimento?

- Estava desempregada
- Alternativa de ter um trabalho e de ter uma renda
- Achei interessante a proposta
- Para não ficar parada, para ocupar meu tempo
- Pela oportunidade de ter uma qualificação, de ter uma profissão.
- Para melhorar a realidade da minha comunidade
- Outros

Roteiro de Entrevista:

Diferenças percebidas entre a relação do trabalho comum para o solidário.

Antes de começar a trabalhar no grupo, você já tinha ouvido falar sobre o trabalho de Economia Solidária?

Como você conheceu o grupo que trabalha? Como entrou nele?

Você já teve algum trabalho com carteira assinada? Quais tipos ou experiências de trabalho você já teve antes?

Em sua opinião existem diferenças entre o seu trabalho atual aqui no grupo em relação a outros que você desempenhava antes?

Melhorias nas relações familiares

A)

Como era a sua relação com sua família antes de entrar no grupo?

Depois que entrou para este trabalho você acha que a sua família observou alguma mudança em você ou na sua vida? Eles enxergam você hoje da mesma forma que antes?

Você sentiu mais valorizada por seus familiares depois que entrou no grupo?

B)

Antes de entrar para este trabalho, quem era a pessoa da sua família responsável pelo serviço doméstico? Quem cuidava dos filhos?

Depois da sua entrada no grupo, você ajuda nos serviços domésticos em casa? Você se sente sobrecarregada?

Melhorias em relação à qualificação

Com a sua entrada no empreendimento, o trabalho que você faz lhe proporcionou um ganho de aprendizado, de qualificação profissional em relação à antes?

Melhorias na relação com a comunidade

Antes de entrar para o empreendimento, você tinha contato ou mesmo interação com as pessoas da sua comunidade/bairro?

Com sua entrada no grupo, você desenvolveu uma melhor relação, uma amizade com as pessoas da sua comunidade (bairro)? Em quais aspectos?

Melhorias na subjetividade

Você gosta do trabalho que faz no empreendimento? Ele traz alguma alegria, alguma satisfação?

A sua autoestima melhorou?

O que motiva você a permanecer no grupo?

Melhorias nas relações de trabalho

Como é a sua relação com as/os colegas de trabalho?

Você acha que neste trabalho a relação com as/os colegas é melhor do que em outros trabalhos que participava?

Melhorias em relação à autonomia/independência

Depois que entrou para este trabalho, você se sente mais independente, tem mais autonomia, administra melhor a sua vida em relação à antes?

Aprendizado sobre a solidariedade e a cooperação na prática

Neste trabalho, você tem aprendido sobre a solidariedade e a cooperação/união?

Você tem praticado e levado esse aprendizado sobre a solidariedade e a cooperação/união para sua comunidade? E para a sua família/amigos?

Inserção Social

Você se sente incluída no mercado de trabalho pelo fato de trabalhar no grupo?